

UNIVERSIDADE DO PORTO  
FACULDADE DE LETRAS  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA  
ANO LECTIVO 2007/08



Tese de Mestrado em Sociologia

Dirigentes no feminino:  
Perfil das dirigentes das Associações Juvenis Portuenses

Novembro de 2008

**UNIVERSIDADE DO PORTO  
FACULDADE DE LETRAS  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA  
ANO LECTIVO 2007/2008**

**Tese de Mestrado em Sociologia**

**Ângela de Fátima Matos**

**Dirigentes no feminino:  
Perfil das dirigentes das Associações Juvenis Portuenses**

Orientado por:  
Prof. Dr. João Miguel Teixeira Lopes

**Porto  
Novembro de 2008**

*“Toda a ignorância é ignorante de um certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular.”*

Boaventura de Sousa Santos

## **AGRADECIMENTOS**

Um agradecimento amigo a todos os que por diferentes formas estiveram sempre ao meu lado no decorrer da presente investigação:

- Aos meus pais que sempre me apoiaram ao longo de todos estes anos e tornaram possível o concretizar de mais uma etapa da minha vida académica.

- Aos professores Carlos Gonçalves (coordenador do mestrado em sociologia) e João Miguel Teixeira Lopes (orientador da presente investigação), por se mostrarem sempre compreensivos e atentos a qualquer dúvida ou questão que pudesse ter ao longo de todo este processo de investigação.

- A todos os meus amigos mais próximos que mesmo nas horas em que quase tudo parecia impossível, com uma só mensagem de telemóvel davam-me o ânimo necessário para continuar. E principalmente aqueles que puseram «mãos à obra» e ajudaram no trabalho de campo com a aplicação dos questionários.

- Finalmente, a todos os dirigentes das associações juvenis portuenses que cooperaram com este estudo e que viram nele uma forma de se darem a conhecer à comunidade científica. Continuem o bom trabalho!

A todos agradeço reconhecidamente.

## RESUMO

Numa primeira fase deste estudo fazemos uma abordagem à construção do papel do género feminino na sociedade em sectores cruciais como o trabalho, a família, educação e a política. Analisando todo o panorama teórico da emergência do género feminino nas sociedades ocidentais, desde as lutas pela igualdade de direitos, até à entrada crescente da mulher no mundo político e do trabalho, criamos um quadro teórico base para a explicação da nossa temática de análise, o perfil das dirigentes das associações juvenis portuenses.

Referenciamos a relação entre a classe social e a posição ocupada pelos indivíduos na sociedade, focando sempre a análise no caso específico do género feminino. Desta forma, pretendendo dar a entender a importância das classes sociais e do seu simbolismo (códigos de conduta, disposições sociais, capital escolar, etc.), que está associado a cada uma delas e que permite a mobilidade ascendente ou descendente dos indivíduos, normalmente a sua ocupação ou não de cargos de poder.

Neste sentido, conduzimos a investigação para o campo teórico do Associativismo Juvenil, que se encontra intimamente ligado às correntes que explicam a evolução dos Novos Movimentos sociais e ao seu impacto nas associações e participação colectiva dos actores sociais. Tentamos descortinar o que leva os indivíduos a unirem-se em causas comuns e principalmente a formar associações em que o aspecto formal está mais patente e pressupõe uma ligação entre os indivíduos mais perene. Termina com a conceptualização da juventude, já que são os jovens o principal público das associações juvenis.

A segunda fase da nossa investigação consta de um estudo empírico realizado ao perfil dos membros do género feminino que ocupam cargos no órgão executivo das associações juvenis portuenses, procurando entender alguns aspectos mais simbólicos ligados ao poder e à sua relação com o género. Centrando a aplicação dos métodos de recolha de dados numa amostra estritamente feminina, identificar-se-ão ainda algumas das perspectivas das dirigentes sobre o cargo ocupado na direcção.

Procurou-se articular as perspectivas teóricas com os dados fornecidos pelo estudo empírico, no sentido de analisar as dinâmicas de poder inerentes às interacções sociais desenvolvidas no contexto associativo e local e compreender o carácter plural das mesmas.

## **ABSTRACT**

In the first part of this study we referred to the construction of the role of the feminine gender in the society in important areas such as work, family, education and politics.

Analysing all the theoretic scenario related to the rise of the feminine gender in western societies, from the struggles for equal rights to the growing entrance of women into the world of work and politics, we created a basic theoretic picture for the explanation of this analysis, the profile of the Oporto youth associations' leaders.

We mentioned the relationship between social classes and the position occupied by the individuals in the society, always focusing the analysis in the specific case of the feminine gender. As it is understandable, we wanted to reinforce the importance of the social classes and their symbolism (conduct codes, social dispositions, educational capital, etc.) that is bounded to each one of them, and that allows the ascending or descending mobility of the individuals, normally in cases of occupation or non occupation of power positions.

According to this, we conducted the investigation to the theoretic field of youth associations, which is strongly connected to the currents that explain the evolution of the New Social Movements and to their impact on the associations and the collective participation of the social actors. We tried to discover what makes individuals unite themselves in public causes and mainly in the process of forming associations in which the formal aspect is more visible and which imply the permanent connection of the individuals. It ends with the youth conceptualization because young people are the main target of the youth associations.

The second part of our investigation consists of an empiric study of the feminine gender members' profile who work in the executive board of the Oporto youth associations. We tried to understand some more symbolic aspects that are related to power and its relationship with gender. Putting the application of the data gathering methods strictly in a feminine sample, we will identify some personal perspectives of the leaders about their roles on the executive board. We attempted to articulate the theoretical perspectives with the data supplied by the empirical study, in order to analyse the power dynamics inherent in the social interactions developed in the associative and local contexts and understand the plural character of those interactions.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – Juventude e Classes Sociais</b>	<b>6</b>
1. Juventude, construção de um conceito	7
2. As classes sociais e o papel socializador da família	11
<b>Capítulo II - Associativismo e Novos Movimentos Sociais</b>	<b>18</b>
1. Abordagem Sociológica dos Novos Movimentos Sociais	19
2. Perspectivas histórico-sociológicas do Associativismo	26
3. Caracterização do Movimento Associativo	36
<b>Capítulo III – Estudos de Género</b>	<b>39</b>
1. Perspectiva Teórica sobre as diferenças entre sexo e género	40
2. Género – Uma breve incursão histórica	43
3. Perspectiva histórica da luta pela Igualdade de Género nas sociedades Ocidentais	45
4. A construção do papel feminino na Sociologia da Família	48
5. Um retrato do Género Feminino no Mundo Laboral	52

<b>6. A posição das mulheres no Mundo Político</b>	<b>55</b>
<b>Capítulo IV – Da Teoria à Empiria</b>	<b>58</b>
<b>1. Caracterização do Objecto Empírico</b>	<b>59</b>
<b>2. Corpus da Investigação</b>	<b>62</b>
<b>3. Inquérito por Questionário</b>	<b>65</b>
<b>4. Observação Directa</b>	<b>69</b>
<b>5. Percepções pessoais – o curso da investigação</b>	<b>71</b>
<b>Capítulo V – Análise dos Dados – A construção do Real</b>	<b>74</b>
<b>1. O perfil da Dirigente Associativa</b>	<b>75</b>
<b>2. A Herança Familiar</b>	<b>80</b>
<b>3. Vida Associativa</b>	<b>83</b>
<b>4. Percepções pessoais</b>	<b>89</b>
<b>Capítulo VI – Notas Finais</b>	<b>96</b>
<b>1. Conclusões</b>	<b>97</b>
<b>2. Pistas de Reflexão e de Investigação para o Futuro</b>	<b>101</b>



<b>3. Glossário de Conceitos</b>	<b>102</b>
<b>4. Referências Bibliográficas</b>	<b>106</b>

## **Capítulo VI**

### **Anexos**

- I – Formulário do Inquérito por Questionário**
- II – Apresentação dos Resultados dos Questionários**
- III – Diário de Campo**
- IV – Cronograma**
- V – Outros Documentos**

## **INDÍCE DE QUADROS E GRÁFICOS**

<b>Quadro 1</b>	<b>Posição de Lugares de Classe (Dulce Magalhães)</b>	<b>16</b>
<b>Quadro 2</b>	<b>Os dois Paradigmas Teóricos dos Novos Movimentos Sociais</b>	<b>22</b>
<b>Gráfico 1</b>	<b>Estado Civil das Dirigentes Associativas</b>	<b>75</b>
<b>Gráfico 2</b>	<b>Intervalo de Idades das Dirigentes Associativas</b>	<b>76</b>
<b>Quadro 3</b>	<b>Escolaridade das Dirigentes Associativas</b>	<b>77</b>
<b>Gráfico 3</b>	<b>Actividade Profissional das Inquiridas</b>	<b>77</b>
<b>Gráfico 4</b>	<b>Distrito das Inquiridas</b>	<b>78</b>
<b>Quadro 4</b>	<b>Concelho de residência das Inquiridas</b>	<b>79</b>
<b>Gráfico 5</b>	<b>Habilitações Literárias dos Pais</b>	<b>81</b>
<b>Quadro 5</b>	<b>Escolaridade das Inquiridas e dos Pais</b>	<b>82</b>
<b>Gráfico 6</b>	<b>Lugar de classe social de origem das Inquiridas</b>	<b>83</b>
<b>Gráfico 7</b>	<b>Anos de filiação no Associativismo Juvenil</b>	<b>84</b>
<b>Quadro 6</b>	<b>Intervalo de anos de ocupação do cargo</b>	<b>85</b>
<b>Quadro 7</b>	<b>Número de Associações em que é filiada</b>	<b>85</b>

<b>Quadro 8</b>	<b>Cargos da Direcção Ocupados por membros do Género</b>	<b>86</b>
<b>Feminino</b>		
<b>Gráfico 8</b>	<b>Género do Presidente da Associação</b>	<b>87</b>
<b>Gráfico 9</b>	<b>Género dos Dirigentes Associativos</b>	<b>88</b>
<b>Gráfico 10</b>	<b>Áreas de Intervenção das Associações</b>	<b>89</b>
<b>Gráfico 11</b>	<b>Razões para a entrada no Associativismo Juvenil</b>	<b>90</b>
<b>Gráfico 12</b>	<b>Razões para a Ocupação de um Cargo na Direcção</b>	<b>91</b>
<b>Gráfico 13</b>	<b>Importância e visibilidade do cargo ocupado na</b>	<b>92</b>
<b>Direcção</b>		
<b>Gráfico 14</b>	<b>Satisfação com a ocupação de um cargo na Direcção</b>	<b>92</b>
<b>Gráfico 15</b>	<b>Impacto na vida socioprofissional da ocupação de um</b>	<b>93</b>
<b>cargo na Direcção</b>		
<b>Gráfico 16</b>	<b>Actividade profissional exercida e o impacto da ocupação</b>	<b>94</b>
<b>de um cargo dirigente</b>		
<b>Gráfico 17</b>	<b>Evolução da ocupação de cargos na Direcção pelo Género</b>	<b>95</b>
<b>Feminino</b>		
<b>Gráfico 18</b>	<b>Importância da ocupação de cargos na Direcção pelo</b>	<b>95</b>
<b>Género Feminino</b>		

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho enquadra-se no âmbito do mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo como orientador o Prof. Dr. João Miguel Teixeira Lopes.

A presente tese de mestrado vai de encontro às **perspectivas sobre a igualdade de género nos órgãos executivos das associações juvenis** no concelho do Porto. A nossa escolha recaiu sobre esta temática há já algum tempo, pois o nosso trabalho nesta mesma área proporciona uma visão privilegiada das dinâmicas associativas e da composição das direcções das associações.

Este tema da igualdade de géneros em cargos de poder despertou-nos o interesse, já que nos nossos dias tanto em meios de comunicação, como em instituições políticas e sociais a discussão tem vindo a ser cada vez mais divulgada e objecto de mudanças estruturais na lei e na mentalidade dos portugueses.

O associativismo juvenil assume-se como espaço de aprendizagem de cidadania e de socialização dos jovens para uma participação cívica mais activa. Como tal, pensamos ser interessante e necessário abordar esta temática da igualdade de género, tendo como pano de fundo os órgãos executivos das associações juvenis e a distribuição de cargos de poder pelos associados do género feminino.

Esta pesquisa no âmbito do mundo associativo prendeu-se com questões como: a igualdade de género na estruturação do órgão executivo; o peso e influência do dirigismo feminino no seio das associações juvenis e finalmente se o poder ainda é um factor de desigualdade entre os diferentes géneros.

No decorrer do trabalho directo e indirecto com as associações juvenis, tanto a nível académico, como profissional tivemos acesso a dados de carácter sociológico que de outra forma, seriam menos visíveis. Deparamos com o interesse por parte das instituições governamentais ligadas à juventude (Instituto Português da Juventude, Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, Fundação da Juventude, etc.), e de algumas associações na divulgação e no apoio a projectos para a igualdade de género no mundo associativo.

Esse interesse demonstrava-se através de campanhas com o propósito de alertar os jovens para as diferenças que poderiam eventualmente existir nas suas próprias associações e incentivá-los à mudança e à tomada de decisões que pudessem alterar de forma positiva alguns aspectos mais negativos que porventura poderiam estar associados ao fenómeno da desigualdade de género.

Além das campanhas nacionais e locais, a publicação de documentos e a crescente publicitação do fenómeno levaram a algumas mudanças no seio das direcções das associações juvenis.

No entanto, apesar de cada vez mais existir um equilíbrio em termos de participação de elementos do género feminino e masculino nas direcções das associações, o poder não se encontra igualmente distribuído, a maior parte dos presidentes são ainda do género masculino e já fora das faixas etárias da juventude. Ou seja, o poder de decisão ainda se encontra na mão dos homens, que assumem quase sempre o cargo máximo na direcção, o de presidente.

O que motiva este tipo de desigualdades entre géneros é aquilo que nos levou a seguir este caminho de investigação e a procurar respostas, para o afastamento “livre ou forçado” dos cargos de direcção das associações juvenis os associados do género feminino. As respostas que o senso comum dá não são as mais correctas e científicas, muitos associados diziam-nos que as mulheres percebiam pouco de política e preferiam outro tipo de actividades e temas que eles denominavam de mais “femininos”, como a decoração da associação, a organização das festas, etc. Mas será este o único motivo, pelo qual as mulheres permanecem em menor número nos cargos de direcção? Foi com esse objectivo de encontrar respostas para este fenómeno que procuramos abordar as jovens do género feminino que ocupam cargos na direcção das associações e tentar saber as razões que as levaram a desempenhar um papel com mais responsabilidade e visibilidade para o interior e exterior da associação e com um forte carácter político e formal. O enfoque centrou-se nestas mulheres dirigentes, já que são elas que poderão dar muitas das respostas às questões postas desde o início da investigação.

A opção por uma pesquisa de cariz mais quantitativo foi tomada, tendo em conta, que os sujeitos analisados por si só, não nos proporcionariam o real, pois o que pretendíamos neste estudo era averiguar de forma mais generalizada o número de jovens do género feminino, e as suas percepções pessoais sobre alguns aspectos ligados à ocupação de cargos dirigentes e o seu impacto no funcionamento das associações juvenis.

Como já tinha referido anteriormente, o nosso contacto com o objecto de estudo é quotidiano, e essa mesma situação leva-nos a conhecer e a entender qual a melhor forma de conduzir a investigação, de modo a produzir resultados contundentes. Contudo, como profissionais de sociologia que somos, devemos estar sempre atentas a possíveis juízos de valor e a opiniões etnocêntricas, e combatê-las com o recurso aos métodos e regras científicos, que são a base para uma investigação sociológica de qualidade. Desta forma, construímos uma amostra, que desse uma imagem o mais pertinente possível do que é a realidade da des/igualdade de género no associativismo juvenil portuense.

Assim, a amostra são as associações juvenis do concelho do Porto que estão inscritas no RNAJ (Registo Nacional das Associações Juvenis) no ano de 2008. Esta opção pelo ano de 2008 prendeu-se com a exequibilidade da aplicação dos questionários, já que as associações todos os anos concorrem com um órgão executivo ao RNAJ, que pode ainda corresponder ao ano de actividades anterior, ou seja, cada associação tem autonomia para marcar as eleições dos seus órgãos representantes. O mapa RNAJ mais actual sobre as associações seria o de 2008 e mostraria a real situação do funcionamento das mesmas, por isso foi pelo qual optamos para prosseguir a nossa investigação.

Tendo em mente todos estes objectivos, torna-se premente tal como Quivy e Campenhoudt (1998, pág. 44)) referem “...um trabalho em investigação consiste em esforçar-se por enunciar o projecto sobre a forma de uma pergunta de partida.”. Para que a função de condução da pergunta de partida possa ser conseguida é necessário ter em linha de conta alguns indicadores importantes como: a clareza, ou seja, ela deve ser precisa e concisa; exequível, isto é, deve ser realista e finalmente pertinente, abordando e compreendendo as características dos fenómenos estudados.

Assim sendo, o nosso trabalho encontra-se secundado pela seguinte pergunta de partida: **“Em que medida o perfil das dirigentes das associações juvenis portuense é condicionado pelo género, pela faixa etária e pelas actividades desenvolvidas?”** Salientamos que esta pergunta de partida surge depois de um processo intrínseco de elaboração, já resultado de algumas pesquisas bibliográficas e de observações e diálogos que mantivemos com algumas dirigentes associativas em actividades ligadas ao associativismo juvenil. Ou seja, queremos com esta questão abranger todas as áreas da vida pessoal e associativa das jovens em estudo. Teremos também em conta a importância que as

Associações Juvenis têm no delinear da construção identitária e da prossecução dos conhecimentos que adquirem no meio associativo para o exterior. Mais concretamente, o que pretendemos saber é se as práticas de cidadania que estão inerentes à participação dos jovens em associações influenciam a sua forma de estar na sociedade e os tornam cidadãos mais activos.

Através desta pergunta de partida pretendo obter um conhecimento mais amplo dos órgãos de direcção das associações juvenis na cidade do Porto, destacando os processos que permitirão compreender de uma forma mais clara os fenómenos e os acontecimentos observáveis e interpretá-los mais acertadamente.

Para enquadrar da melhor forma o leitor face ao nosso objecto de estudo, passamos a explicitar as diferentes fases por que passou o nosso trabalho, permitindo uma visão global desta investigação. Assim sendo, nos quatro primeiros capítulos, começamos por realizar uma revisão da literatura, em que expomos as principais teorias do movimento associativo. Procuramos que estas teorias fossem o mais representativo possível do que se vem produzindo a nível científico no âmbito do associativo.

Optamos por dividir a parte teórica, como já referimos acima em quatro grandes capítulos. No primeiro capítulo apresentamos as perspectivas teóricas que estão ligadas à caracterização do conceito de juventude, analisando a sua evolução a nível histórico e sociológico ao longo dos tempos. Abordamos os dois paradigmas base de compreensão do fenómeno social que é a Juventude. Pretendemos deixar bem claro que a Juventude não é uniforme e que se diferencia consoante o tempo e o espaço onde é analisada. Assim sendo, remetemos para a análise das classes sociais e para a construção dos lugares de classe de origem, no processo no qual a família tem um posição chave. Esta análise é alargada também ao panorama nacional, proporcionando uma visão das classes sociais e fracções de classe existentes e as denominações especificamente dadas tendo em conta cada situação de classe a nível nacional.

O segundo capítulo começa por apresentar as teorias relativas aos Movimentos Sociais, à sua evolução histórica e social, e no papel fundamental que assume na formação dos alicerces do associativismo. Abordamos a oposição entre dois paradigmas chave dos Movimentos Sociais, os “Antigos Movimentos Sociais” mais baseados numa luta económica entre operariado e burguesia e os “Novos Movimentos Sociais” mais virados para novos

actores sociais e novas lutas sociais. Ainda introduzimos mais duas novas teorias sobre esta temática, que nos dão uma perspectiva mais alargada da evolução do fenómeno dos Movimentos Sociais.

Finalmente, após termos explicado em que consiste o movimento associativo, bem como o conceito de juventude apresentamos o terceiro capítulo da parte teórica, referente exclusivamente ao género e que reflecte as varias dimensões onde as diferenças de género se fazem mais sentir, a família, o trabalho, a escola e a política. Sendo uma das principais temáticas do trabalho, é necessário proceder ao levantamento das noções sobre o conceito de género, a evolução das percepções teóricas e científicas sobre o fenómeno.

O quarto capítulo incide sobre a parte metodológica do trabalho, começamos esta análise pela apresentação e caracterização do objecto empírico, ou seja, as associações juvenis seleccionadas e as dirigentes que a elas pertencem. Iremos reflectir ainda sobre a pertinência da escolha deste objecto de estudo e da amostra. Posteriormente, explicamos a nossa posição metodológica seguida ao longo do trabalho, neste caso, a investigação de cariz quantitativo. Teceremos algumas considerações acerca de algumas das virtualidades deste tipo de investigação sociológica, acima de tudo tendo em conta os objectivos a que nos propusemos. No seguimento da apresentação metodológica exibimos as técnicas de recolha da informação, a primeira e a primordial é o inquérito por questionário, neste ponto daremos conta de todo o processo de aplicação desta técnica, desde a construção até à fase final de análise. A segunda técnica escolhida para recolher informação junto do objecto de estudo foi a Observação Directa, onde iremos reflectir sobre este procedimento de pesquisa tanto a nível teórico como prático.

Por fim, a um nível mais pessoal, explicitaremos as dificuldades, as motivações, os anseios, os medos, as alegrias que nos foram guiando ao longo desta “viagem” científica.

A Análise de Dados, preenche o sexto capítulo, onde pretendemos compilar e analisar todos os dados recolhidos através das técnicas anteriormente mencionadas. Outro dos objectivos será infirmar ou refutar as hipóteses de pesquisa, tendo em conta o que foi observado no terreno, procurando sempre estabelecer uma relação entre o mundo da empiria e da teoria, dado que são dois mundos contínuos e não estanques.



Para finalizar, apresentaremos as considerações finais, que fazem um balanço de todo o trabalho realizado, procuraremos responder à nossa pergunta de partida tendo em conta a vertente teórica e de terreno.

Deste modo, depois da leitura deste trabalho, damos o mote para uma visita mais atenta a uma das associações juvenis portuense, ou porque não se tornar um associado? De certeza que verão as dinâmicas de poder associativas com “outros olhos”, talvez mais sociológicos....

## **Capítulo I – Juventude**

## 1. A Juventude, construção de um conceito

O conceito de juventude é algo de muito recente no panorama científico, já que esta fase da vida dos indivíduos passou por inúmeras mutações e só hoje em dia é que está institucionalizada como tal.

Desde já começemos por descrever as várias etapas pelas quais passou a construção do conceito de juventude, idêntico ao dos dias actuais. Nas sociedades primitivas e clássicas, os jovens eram vistos como indivíduos que deviam única e exclusivamente ser preparados para a vida adulta, e como tal necessitavam de passar por uma série de rituais, ou aprendizagens para aceder ao estatuto de adulto na sociedade. Nas primeiras sociedades primitivas, os rituais festivos e tribais tomavam conta desta passagem entre crianças para adultos, havendo para tal uma quebra total com o mundo da infância, passando os indivíduos a ter de lidar com tarefas, direitos e deveres exclusivamente ligados aos cidadãos adultos.

Durante as sociedades clássicas, os jovens passaram a gozar de um estatuto político-militar que até então não tinham. Na sociedade helenística receberam formação cívica e militar e na Romana Antiga foram reconhecidos jurídica e politicamente, com o objectivo de os preparar para a vida adulta. Isto devia-se sobretudo às condições económicas favoráveis das duas sociedades que permitiam o desenvolvimento desta faixa etária, *“Na Roma Antiga o aparecimento da adolescência foi possível graças a uma série de transformação sócio-económicas (...) reconhecimento jurídico, podendo participar dos comícios...”* (Carvalho, 2007, pág. 193)

Com a entrada na Idade Média, as condições económicas e sociais foram afectadas por sucessivas guerras e invasões mudando os hábitos e leis das sociedades europeias. Por esta razão, o conceito de juventude deixou de fazer sentido, já que a esperança média de vida era muito baixa e as crianças eram desde logo consideradas adultos em miniatura, *“...a partir dos sete anos a criança passaria a ser vestida como os seus pais.”* (ibidem). Desta forma, o conceito de Juventude não existia no séc. XIX tal como é conhecido hoje em dia, assim como não é ainda falado nos países do Terceiro Mundo, onde a esperança média de vida é muito baixa e em que os indivíduos desempenham tarefas de adultos muito cedo.

A consolidação das sociedades industriais levou a que a partir da Segunda Revolução Industrial ganhasse peso o conceito de juventude que se mantém até hoje, pois foram operadas mudanças em diversas frentes da vida social dos indivíduos: na esfera familiar, a criança libertou-se do estigma de *“criança-adulto”* e passou a ter um lugar privilegiado no novo tipo de família que se começou a constituir *“...a história também designa de transição de família patriacal para família nuclear.”* (Carvalho, 2007, pág. 195). Esta tendência deve-se sobretudo às grandes vagas de êxodo rural, que levavam os indivíduos a deixarem o campo para buscarem na cidade novas oportunidades e conseqüentemente a um aburguesamento da sociedade; na esfera da escola, esta instituição revela-se agora um espaço onde é feita a transição entre infância, adolescência e juventude. Enquanto a criança se encontra na escola está longe do mundo do trabalho.

Conseqüentemente com a construção e solidificação do conceito de juventude em várias áreas da vida social e científica, surgem também dentro da sociologia várias correntes que aprofundam o estudo deste fenómeno e a sua heterogeneidade. A juventude é um conceito social que transcende o fenómeno demográfico. De forma, a explicar o fenómeno social Juventude e a construção da identidade de cada jovem existem duas correntes teóricas com maior peso: a corrente geracional e a classista. Ambas abordam os problemas e virtualidades dos jovens, adaptando-se a várias realidades sociais. José Machado Pais e outros autores defendem, deve-se olhar *“...as culturas juvenis a partir de diferentes ângulos de observação,...umas vezes elas aparecerão como culturas de geração, outras como cultura de classe.”* (Pais, 2003, pág.109).

A corrente geracional vê a juventude como uma fase da vida e vais buscar influências teóricas ao funcionalismo de Parsons, em que os casos de conflito inter e intra geracionais são apenas disfunções do processo de socialização. Contudo, estes mesmos conflitos são a razão da existência desta teoria e dos denominados “grupos geracionais” de Sedas Nunes. Com efeito, este mesmo sociólogo aponta as principais características destes grupos: primeiro, as idades são idênticas e concentram-se numa faixa etária com um intervalo curto; segundo, subsiste um sentimento comum entre os indivíduos entre grupos, que se adquire e reforça através de uma socialização quer com “grupos geracionais” mais velhos, quer com mais novos, ou seja, existe uma partilha de conhecimentos inter-geracionais o que acaba por desconstruir um pouco a ideia de “grupos geracionais”, como algo fechado e estanque;

finalmente, em terceiro, o sentimento comum entre os membros do mesmo “grupo geracional” faz que se criem imagens pré-definidas de cada um dos grupos, por exemplo o dos jovens, será aquele grupo onde as características principais apontam para a aventura, a diversão, etc. Essas mesmas características comuns entre membros do mesmo “grupo geracional” são também aquelas que os diferenciam dos outros membros de outros “grupos geracionais”, como por exemplo, o dos idosos.

Tal como tinha referido acima, a tensão e a conflitualidade entre gerações permite a continuidade e a passagem de conhecimentos e aprendizagens, mesmo que muitas vezes estes mesmos conflitos entrem um pouco em colisão com a lógica funcionalista desta corrente “...a renovação e a continuidade da sociedade dependeriam da relação entre gerações, dialecticamente submetidas a uma ou a outra forma de tensão.” (Pais. 2003, pág. 50). Consequentemente a corrente geracional acaba por se fracturar em dois pólos o que defende a continuidade intergeracional e o oposto que aposta na descontinuidade, apesar de ambos serem contrários convergem num panorama de socialização em que os dois se colmatam. Por um lado, temos a opinião dos teóricos que defendem a continuidade, ou seja, os grupos geracionais são alvo de uma socialização por parte de instituições sociais específicas, como é caso da escola e da família, as duas principais instituições socializadoras, e delas apreendem os valores e símbolos, porém essa interiorização pode ser feita pelos indivíduos do mesmo grupo geracional de uma forma passiva ou mais conflituosa, consoante os aspectos que os rodeiam, como por exemplo uma ditadura militar, que leva muitas vezes à contestação dos grupos geracionais mais jovens, neste caso podemos referir as manifestações estudantis do Maio de 68 em Paris.

A segunda corrente, a classista, fundamenta a sua teoria nas questões de reprodução tanto social, como de género, raça e outros aspectos que estão na base das classes sociais. A juventude acaba por ser uma fase da vida, em que os jovens enfrentam os mesmos problemas de outros indivíduos que sejam do mesmo estrato social. As diferenças mais flagrantes na sociedade e neste caso para os jovens são as de género e as sociais, com as disparidades entre indivíduos do género feminino e masculino quando se trata de arranjar trabalho e auferir o salário por esse mesmo trabalho. São nestes contextos que as jovens do género feminino ficam quase sempre em desvantagem, agravando-se mais ainda em contextos sociais e económicos de maior taxa de desemprego. No caso das diferenças sociais, tal como Machado Pais refere

*“...o sistema educativo e a condição social dos jovens acabariam por «determinar» que, por exemplo, os filhos de operários se tornassem operários.”* (Pais, 2003, pág. 56).

Na verdade, há um abismo cada vez maior entre as diferentes classes sociais, já que a classe média tem vindo a perder poder social e económico ao longo dos tempos, e a bipolarização cada vez mais entre as classes mais desfavorecidas e as mais favorecidas é também mais flagrante. Estudos de investigação tendo como objecto de análise as culturas juvenis, tais como o de Machado Pais em Portugal e de Lidíce Araújo no Brasil focam bem a importância que a universidade tem ainda como meio de ascensão social e factor de diferenciação social e cultural mesmo entre os próprios jovens, fenómeno, que no entanto tem vindo a perder força, com o consequente aumento do mercado universitário e o aumento do desemprego entre os jovens licenciados.

Contudo, existem outros factores que ajudam a explicar o fosso existente entre os jovens, podemos exemplificar este fenómeno recorrendo ao estudo de Lidíce Araújo, o qual foca a cultura juvenil *“o manguebite” oriunda do Recife. Efectivamente, demonstra a estratificação social, pois mesmo dentro de um grupo onde os gostos musicais e de moda são idênticos existem sempre aspectos de diferenciação, tais como por exemplo a localização das habitações “Os jovens do Asfalto moravam em edifícios simples, de três ou quatro andares, tipo «caixão» os jovens da Beira-Mar pertenciam a um segmento bastante privilegiado economicamente (...). Praticamente vizinhos, esses jovens estavam separados, fisicamente, apenas por alguns quarteirões.”* (Pais e Lidíce, 2003, pág.132. ).

Assim sendo, as duas correntes carecem de força para se sustentarem por si sós, já que a corrente geracional constrói uma ideia de juventude baseada na união intra geracional, em que só existe possibilidade de conflito entre gerações, descurando a análise das conflitualidades intrageracionais. Em alternativa, a corrente classista centra a sua análise da juventude no aspecto da conflitualidade entre jovens de diferentes classes sociais, mas deixa de parte aquilo que a corrente geracional analisa da melhor forma, as igualdades de gostos culturais e de valores entre jovens da mesma faixa etária.

Por conseguinte, as duas correntes preenchem as falhas de cada uma, enquanto juntas, criando, tal como Machado Pais referia no estudo sociológico “Culturas Juvenis”, a possibilidade de uma análise mais rigorosa e científica da juventude.

## 2. As classes sociais e o papel socializador da família

**“As sociedades humanas distinguem-se das sociedades animais num aspecto importante: mesmo as mais simples das sociedades humanas (...) surge-nos muito mais diferenciada internamente que a mais complicada das sociedades animais.” (Barber, 1964, pág.2).**

O grau de diferenciação interna das sociedades humanas foi ao longo dos tempos evoluindo e nas sociedades contemporâneas encontramos os papéis sociais muito mais especializados que nas sociedades mais arcaicas. A estruturação dos papéis sociais obedece também a um grau de valorização social também diferenciado.

A razão que leva os homens em sociedade a tornarem-se “animais valorizados” (Barber, 1964) prende-se com duas razões: em primeiro lugar, os homens estão permanentemente empenhados numa actividade, para a qual determinam objectivos e apercebem-se que para a prossecução desses mesmos objectivos tem de utilizar meios, que normalmente são outros homens. Desta forma, os homens acabam por ser simultaneamente obstáculos e ajudas para atingirem os objectivos uns dos outros, o que cria uma interligação necessária entre os mesmos e valoriza-os reciprocamente.

Em segundo lugar, a razão que leva a esta “valorização” do homem pode estar ligada ao sistema de partilha de valores mais ou menos comuns, formando como disse Durkheim uma “comunidade moral” (Durkheim cit. in Barber, 1964). Senão existisse este equilíbrio e partilha de valores entre os membros da sociedade, o caos social instalar-se-ia, é pois em consequência desta partilha comum que existe integração social. Consequentemente, a valorização social leva à estratificação social e estrutura hierarquias diferenciadas dentro da sociedade.

O sistema de estratificação social acaba por ser “...*uma estrutura das desigualdades regularizadas* ...” (ibidem), ou seja, os homens são situados numa escala hierárquica, com lugares mais acima ou abaixo, tendo em conta os seus vários papéis e actividades sociais e a valorização que estes detêm na sociedade.

No sistema de estratificação social, as classes sociais acabam por deter o papel mais relevante, já que funcionam como unidades divisórias. Devido a essa mesma relevância, os sistemas de classe foram alvo de estudos teóricos de várias ciências sobre o seu funcionamento nas diversas sociedades, tanto modernas, como mais arcaicas.

As ciências sociais também abordaram este tema, os primeiros teóricos a analisar o papel das classes sociais e a construir o conceito foram Karl Marx e Frederich Engels que no “*Manifesto Comunista*” de 1848 expuseram a perspectiva histórica da luta de classes. Desde os tempos mais remotos existiram sempre lutas entre duas forças constantemente opostas, a força laboral e a do capital. No final de cada uma dessas lutas dava-se uma transformação revolucionária da sociedade inteira, por exemplo, o caso da Revolução Francesa.

Previamente à sociedade onde esta teoria se inseriu, a divisão entre classes nas sociedades pré-industrializadas era feita tendo em conta aqueles que possuíam terras (aristocracia, clero) e aqueles não possuíam (servos, escravos, camponeses livres). Com o advento da revolução industrial e como já referimos acima, a revolução francesa, os parâmetros que definiam as classes sociais alteraram-se. Nas sociedades industriais modernas, onde estes dois autores se inserem, o conceito de classe social estava mais ligado à posse ou não dos meios de produção. O conceito de classe e as relações entre elas foram definidas por Marx e Engels basendo-se no indicador de exploração. Por um lado existiam os exploradores dos meios de produção (a burguesia) e por outro lado, os explorados que não detinham meios de produção próprios, a não ser a sua mão-de-obra, que vendiam à burguesia (proletariado) “*Esta mais-valia é uma fonte de lucro que os capitalistas usam em seu próprio proveito*” (Giddens, 2000, pág.302). Marx faz ainda referência à necessidade de uma construção de consciência política de classe dos trabalhadores, para que a luta contra a burguesia fosse nacionalizada e lhe conseguissem fazer frente, porque os subjugava e oprimia política e economicamente.

Contudo, uma das lacunas da teoria de classes marxista reside nessa mesma ideia de identificação das classes sociais apenas tendo em conta as desigualdades económicas objectivamente estruturadas da sociedade. O conceito de classe encontrava-se assim independente da valorização ou opinião pessoal que cada um mantinha acerca da sua posição, baseando-se como já referimos acima nas condições objectivas que permitiam a alguns um maior acesso a regalias materiais do que a outros.



No seguimento da análise teórica de Marx, um novo teórico entrou em cena, Max Weber, que no entanto a modificou e reelaborou. Apesar de ter aceite a premissa de que as classes sociais se baseavam em condições económicas, alarga o campo da sua estruturação a outros factores, tais como, o capital escolar e científico, que acabam por estar na base de diferenciação dos postos de trabalho e conseqüentemente da valorização social. Para Weber “uma classe social, ou “estrato” (...), *consiste num conjunto de famílias que têm um prestígio igual ou quase igual, de acordo com os critérios de valorização associados ao sistema de estratificação. (...)*” (ibidem).

Assim sendo, a família acaba por ser tratada como unidade dentro das classes sociais, já que é no interior dela que se criam novas ligações de classe, que se socializam os indivíduos nos valores da sua classe e que se partilha o prestígio e o mesmo grau de privilégio social. A associação entre os membros da família baseia-se num sistema interno de identificações mútuas que usam quando em contacto também com membros exteriores ao núcleo. A solidariedade é a base e a condição para que a família funcione de forma eficaz, mas ela torna-se mais importante, sobretudo, quando a função é socializar uma criança do núcleo familiar. Todos os membros se reúnem em torno do mesmo objectivo, levar a que a criança se integre na sociedade e se torne um membro apto da sua comunidade e represente a classe em que nasceu, ou consiga subir na hierarquia, através de meios de mobilidade social de classes.

No decorrer da nossa investigação sentimos necessidade de aprofundar um pouco mais o “background” das dirigentes associativas e como tal achamos pertinente compreender o lugar de classe social de origem. Como sabemos quando se estuda as diferenças de classe nas práticas de socialização, uma das principais entidades socializadoras que se deve analisar é a família, pois constitui um núcleo fulcral para o desenvolvimento da identidade da criança. Alguns dos resultados que se tem obtido provam tal como Barber diz que os “...pais tendem a tornar os filhos muito semelhantes a eles; ...” (ibidem), imputando-lhes aspirações a uma posição mais elevada de classe, se essas são concretizáveis na sociedade onde estão inseridos. Tal como Merton denominou “*a profecia que se cumpre a si mesma.*”, os pais tentam fazer uma profecia táctica daquilo que vão ser os seus filhos no futuro, baseando-se na personalidade destes que inclui valores, conhecimentos e emoções que eles mesmos lhes inculcaram.

Contudo, a criança nasce na classe social dos seus pais, a denominada classe social de origem e como tal encontra-se sujeita desde logo às vantagens, ou desvantagens inerentes à sua condição social. Na esteira de Parsons (Parsons, cit. in Barber, 1964) compreendemos que associado a um lugar de classe elevado dos pais, as vantagens inerentes a essa mesma condição social são partilhadas pelos filhos, e o mesmo se passa no sentido inverso da estrutura hierárquica de classes, pois as desvantagens também estão inerentes a uma situação de classe menos alta. A família pode constituir em si um entrave para a igualdade de oportunidades.

O lugar de classe social de origem acaba por ser estabelecido pela classe social que a família como um núcleo ocupa na sociedade. Para Weber esse lugar de classe era determinado pelo papel social desempenhado pelo chefe de família. Contudo, com a evolução do papel da mulher na sociedade e com a sua entrada no mercado de trabalho, o conceito de chefe de família foi-se diluindo um pouco e existiu a necessidade de se criarem outro tipo de denominações de como é formado o lugar de classe de origem.

No contexto nacional, o estudo das classes sociais e dos lugares de origem é relativamente recente e teve como grande influência a publicação nos finais da década de 60 e no início dos anos 70 dos trabalhos de N. Poulantzas e P. PH Rey. Autores como João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e João Ferrão tentaram compreender a realidade demográfica e geográfica, de forma a entender a realidade sócio-profissional dos portugueses.

João Ferrão foi um dos prossecutores da “Nouvelle École Française” em Portugal, elaborando um estudo denominada “*Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-70)*”, na qual constrói uma grelha dos diferentes lugares de classe relacionando-os com o quadro profissional existente em Portugal. Na definição dos critérios para a construção das posições de classe, João Ferrão adoptou três oposições fundamentais: a primeira a existência ou inexistência de propriedade económica; a segunda oposição, o trabalho produtivo e improdutivo e a terceira o trabalho intelectual e oposto ao manual. As duas primeiras oposições têm um carácter económico, a terceira é de índole político-ideológica.

No geral, como João Ferrão (1985) aponta o quadro profissional português apresenta algumas peculiaridades, com o surgimento em força de uma nova pequena burguesia que se caracteriza por:

- a) Crescente complexidade e segmentação do processo de trabalho favorecendo, com especial incidência, a multiplicação de lugares de chefia intermédios e de serviços subalternos de apoio (contabilistas, dactilógrafos, operadores de máquinas, etc.);
- b) Desenvolvimento de actividades em estreita dependência do processo de urbanização, responsável pela propagação de novas formas de convivialidade e de necessidades sociais (porteiros, pessoal de restaurantes, etc.); inclui-se portanto neste grupo o sector “moderno” do comércio e serviços anteriormente referido:
- c) Reforço da intervenção estatal, sobretudo a partir de 1974, quer ao nível administrativo (reestruturação interna acompanhada pela concentração, ou mesmo descentralização de diversas funções tradicionalmente desenvolvidas em Lisboa: alargamento das atribuições do poder local), quer no interior da esfera de reprodução social (saúde e ensino,...)

As restantes fracções de classe, tais como o patronato e o operariado industrial e agrícola foram-se reduzindo e são hoje em menor escala do que eram anteriormente ao 25 de Abril.

O lugar de classe de origem social acaba por ter em conta estas novas fracções de classe e cruza a classe social dos dois conjugues. Para a definição da classe social de pertença, Dulce Magalhães propõe na linha do modelo de construção de classes de João Ferrão e da Classificação Nacional das Profissões, uma matriz de construção de lugares de classe. Para a análise são tidos em conta dois parâmetros: o de situação na profissão (patrões, isolados, assalariados) e os grupos de profissões.

No quadro abaixo podemos ver a matriz de construção de lugares de classe:

<b>Situação na Prof.</b>	<b>Patrões</b>	<b>Isolados</b>	<b>Assalariados</b>
<b>Grupo de Profissões</b>			
1. Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas	BEP (Burguesia empresarial e proprietária)	BP (Burguesia Proprietária)	BD (Burguesia Dirigentes)
2. Especialistas e profissionais de nível intermédio	BEP	BP	PBIC (Pequena Burguesia Intelectual e Científica)
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio 3.3 Outros	BEP	BP	PBIC PBTEI (pequena burguesia técnica de enquadramento intermédio)
4. Profissional Administrativo e Similares  - Gestores, inspectores, chefes, encarregados e similares	BEP	PBIP (pequena burguesia independente e	PBTEI  PBE (pequena burguesia de enquadramento)

- Outros		proprietária)	
5. Pessoal dos serviços e vendedores -Ecónomos, governantas, chefes e similares -Outros	BEP	PBIP	PBTEI  PBE
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas - Mestres e Similares - Outros	BEP	PBA (pequena burguesia agrícola)	PBTEI  OA (operariado Agrícola)
7. Operários, artífices e trabalhadores similares - Chefes, mestres, encarregados e similares - Outros	BEP	PBIP	PBTEI OI (operariado industrial)
8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem - Chefes, mestres, encarregados e similares - Outros	BEP	PBIP	PBTEI  OI
9. Trabalhadores não qualificados - Empregados, chefes e similares  -Outros	BEP	PBIP PBA	PBTEI PBE OA OI

**Quadro nº1 Posição de Lugares de Classe (Dulce Magalhães)**

**Capítulo II – Associativismo e Novos Movimentos  
Sociais**

## 1. Novos movimentos sociais

A sociedade tem vindo ao longo dos tempos a sofrer grandes mutações, principalmente a nível da figura do Estado-Providência, que tem deixado de ter cada vez mais o papel interventivo e regulador que o caracterizava no início. Nesta nova época representada por alguns autores de pós-materialismo, vão surgindo novos actores com diferentes características, mais independentes dos poderes políticos e das lutas sindicais, adoptando posturas “pós-materialistas” que defendem interesses diferentes dos de até então, como por exemplo, os grupos ambientalistas, ou activistas das lutas pelos direitos humanos, são também alguns dos modelos de associações juvenis portuguesas.

Primeiramente daremos lugar à explicação do porquê da criação e recriação de laços sociais e da sua manutenção e à teoria dos recursos que surgiu antes da mudança para uma era pós-materialista. Segundo alguns teóricos relacionados com a análise dos movimentos sociais, tais como Weber, “Cada indivíduo conduz racionalmente a sua acção no sentido de determinadas preferências por si eleitas, procurando os meios mais adequados para obter um benefício.” (Monteiro, 2004, pág. 118), uma das formas para atingir mais facilmente os seus objectivos é através da mobilização de um grupo de indivíduos, na denominada acção colectiva.

Estes processos de mobilização têm uma lógica de custo-benefício, em que os membros além de receberem têm de dar algo em troca. Recorrendo à teoria de Mancur Olson, a *Lógica da Acção Colectiva – bens públicos e teoria dos grupos*, em que é criado o conceito de “paradoxo de Olson”, dá-se conta da existência de comportamentos denominados *free rider*, ou seja, que para alguns indivíduos é racional aproveitar-se dos benefícios do resultado das lutas que os outros tiveram em nome de um colectivo. Na grande maioria das concentrações colectivas em larga escala, este fenómeno *free rider* nem chega a ter peso suficiente para inviabilizar o movimento, ou simplesmente nem é notado pelos outros participantes, isso pode por exemplo passar-se em casos de associações com um grande número de associados, em que a falta de alguns associados não constitui uma perda na mobilização para alguma *actividade*. O contrário passasse em movimentos, ou associações com menor número de associados, pois nestes casos o fenómeno *free rider* pode revelar-se

altamente prejudicial para a prossecução dos objectivos, “..., num pequeno grupo, as decisões de cada um são menos independentes e muito mais visíveis (...), as consequências de uma postura free rider tornam-se muito mais evidentes.” (ibidem) Segundo as conclusões tiradas por este autor na análise dos movimentos sociais, existe uma lógica de custo-benefício, neste tipo de fenómenos. Assim sendo, para que haja uma mobilização forte dos indivíduos, tem de existir por parte da organização um sistema de oportunidades estrategicamente concebido (sanções ou incentivos) que favoreçam a participação.

Esta teoria é a base para a compreensão da mobilização colectiva, autores como Charles Tilly apenas acrescentam algumas dimensões, como a política, que são também pertinentes numa análise dos movimentos sociais.

No entanto, as mudanças e transformações estruturais da sociedade não se operaram apenas na época posterior à modernização. Ainda no período da modernização as instituições que presidiam à organização dos movimentos sociais que eram na sua grande maioria solidariedades comunitárias foram sendo substituídas pelas associações voluntárias, “As acções colectivas de carácter reactivo e defensivo (...) características dos séculos XVII e XVIII dão lugar a uma acção proactiva ou ofensiva que visa a exigência de novos direitos e a inclusão social nas estruturas que controlam os recursos a nível nacional.” (Monteiro, 2004, pág. 121). Desta forma, o cerne das manifestações passa a centra-se no poder político e não tanto em reivindicações de carácter laboral.

Todas as teorias que no seu conjunto constroem o paradigma da mobilização dos recursos centram-se essencialmente em alguns aspectos como: a conflitualidade de interesses, uma característica que é inerente a este tipo de movimentos sociais; o reconhecimento de um grupo como actor colectivo e a prossecução de bens essencialmente materiais com movimentos marcadamente burocráticos.

Ao contrário da teoria da mobilização dos recursos, as teorias dos novos movimentos sociais assume uma posição voltada para as novas formas de mobilização colectiva (movimentos pacifistas, ecologistas, de luta pela igualdade de género, etc.). Um dos teóricos deste novo paradigma, Claus Offe desenha em traços gerais em que consiste os Novos Movimentos Sociais. A contestação e a mobilização dos indivíduos nestes movimentos colectivos parte de uma aspiração não a um benefício individual mas comum, para trás ficam as estratégias custo/benefício, numa era pós-materialista os estilos de vida são pautados por



valores altruístas e de solidariedade. Estes movimentos são liderados por uma nova classe média, que não imprime o cunho classista dos anteriores movimentos.

No seguimento da análise dos novos movimentos sociais Alain Touraine propõe uma abordagem numa dupla perspectiva tendo em conta a orientação identitária estratégica dos indivíduos, “*Por um lado, a resistência à sua redução ao estatuto de passivos e dependentes consumidores da mudança, reivindicando a autonomia da pessoa e da sua identidade. Por outro, uma acção institucional de contestação das estruturas de dominação e de luta pela extensão e democratização das instituições sociais...*” (ibidem). O conflito dos novos movimentos sociais é entre dominados e dominantes tenta-se fugir ao controle social opressivo que se encontra nas mãos de algumas instituições políticas e económicas, um grupo reduzido de indivíduos que criam uma sociedade moldada aos seus interesses.

No entanto, é necessário ter em atenção que estes novos movimentos sociais não se centram apenas num campo de luta pela liberdade e por questões socialmente correctas. Eclodem também dentro desta nova perspectiva de mobilização social, movimentos ligados a ideais racistas, xenófobos, que se apoiam nos objectivos originais dos novos movimentos sociais para aprofundarem as diferenças e terminar com muitos dos direitos adquiridos.

Contudo, os novos movimentos sociais devem ser analisados tendo em conta os novos contextos de afirmação de identidades e solidariedades que anteriormente não cabiam nos modelos pré-estabelecidos, como é o caso das manifestações pacíficas em defesa do ambiente, as paradas de gays e lésbicas que longe de terem uma atitude subversiva optam pelas demonstrações artísticas. Constroem-se novas estratégias de acção e ao mesmo tempo novas modalidades de parceria com o Estado que Touraine refere: “*...procuram somar-se processos de integração social (funcional, moral e simbólica) a partir da experiência vivida dos indivíduos, dos seus recursos e dos seus «mundos vividos»*” (Monteiro, 2004, pág.127). O indivíduo e as suas vivências passam a ter um peso importante na formação do colectivo, o que pode por um lado ser positivo já que atende às experiências de cada um e enriquece o movimento de coesão social, como pode pelo contrário levar a uma tendência crescente para a individualização da vida em sociedade, ou seja, o indivíduo nunca é visto como um colectivo, mas como alguém independente e que não se mistura nos ideais comuns que anteriormente reforçavam os movimentos sociais.

Para explicitarmos mais claramente os dois fenómenos que descrevemos como teoria da mobilização de recursos muito ligada à época do modernismo e o paradigma dos *novos* movimentos sociais, remetemos para a leitura do quadro que se encontra abaixo exposto, que condensa as suas principais características teóricas, segundo o prisma de Claus Offe.

<b>Principais Características dos Dois Paradigmas</b>		
	“Antigo Paradigma”	“Novo Paradigma”
Actores	Grupos sócio-económicos que agem no interesse do grupo e que estão implicados no conflito pela redistribuição	Grupos sócio-económicos que não agem enquanto tal
Reivindicações	Crescimento económico e distribuição; segurança social e militar; controlo social	Preservação da paz, do ambiente, dos direitos do Homem e de uma organização de trabalho não alienante
Valores	Liberdade e segurança do consumo privado, progresso material	Autonomia da pessoa e identidade, opostas ao controlo centralizado
Modos de Acção	- Interno: organização formal, associações representativas de grande tamanho  - Externo: intermediação pluralista ou corporativista dos interesses; competição entre partidos políticos, lei da maioria	- Interno: estrutura informal, espontaneidade, fraco grau de diferenciação horizontal e vertical  - Externo: acções contestatárias fundamentadas sobre exigências formuladas em termos essencialmente negativos, liberdade em cada um gerir a autonomia da sua vida

**Quadro nº 2 – Os dois Paradigmas Teóricos dos Novos Movimentos Sociais**

Todavia, as duas teorias principais sobre a acção colectiva foram a base para a construção e desenvolvimento de teorias mais recentes que tentam colmatar algumas das lacunas e estar a par das mudanças que também se operam no âmbito da acção colectiva.

No início dos anos 80, surge nos Estados Unidos na Universidade do Texas uma nova teoria, denominada de *frame theory*, ou teoria dos quadros referência que apresenta na sua estrutura algumas críticas às duas teorias anteriores.

Quanto à teoria da mobilização dos recursos aponta como falhas mais flagrantes a forma como abordou algumas formas de acção colectiva, como por exemplo: a mobilização e a contestação, a militância e a resistência. A crítica à segunda teoria, a dos novos movimentos sociais vem no seguimento da tentativa pela parte dos teóricos desta corrente de tentarem caracterizar as diferentes formas de acção colectiva como movimentos autónomos e emancipados, que surgem sem qualquer ligação a alguma entidade, o que segundo os seguidores da *frame theory* não corresponde à realidade, já que se constata que a maioria dos movimentos sociais está integrada de alguma forma nos ideais de um partido, ou instituição.

A *frame theory* construída e defendida por autores como Tilly e Goffman, tem como principais objectivos a compreensão dos quadros de referência onde se desenvolvem a acção colectiva e onde se centram o desenrolar dos papéis dos actores, isto é, compreender as influências do meio onde estão inseridos. Tal como Isabel Guerra define, “..., a *frame perspective*, tal como é desenvolvida no domínio dos movimentos colectivos, focaliza a sua atenção no «trabalho de significação» pelo qual os militantes e outros actores sociais se comprometem.” (Guerra, 2006, pág.101). A análise dos movimentos colectivos é essencialmente centralizada nos processos de mobilização e nas causas que levam os indivíduos a interagir entre si e a atribuírem sentido às acções que fazem. Com efeito, os métodos de investigação utilizados para analisar as significações dos actores sociais e dos movimentos sociais são de carácter etnometodológico focando a análise de conteúdo.

Porém, os críticos também não deixaram de apresentar falhas a esta teoria, que pretendia ser uma alternativa às anteriores, pelo contrário, apontam a sua aproximação à teoria dos recursos e criticam a análise estática que sobrevaloriza a dimensão da significação que os actores sociais dão aos movimentos sociais. A sua utilidade está ligada com a análise de situações de conflito e de crise, quando os movimentos se pretendem afirmar e ganhar o consenso geral. Os críticos alertam para a necessidade da *frame theory* adoptar uma visão dramática quanto às acções colectivas e não adoptar um grau de exigência necessária à análise sociológica de um fenómeno, como este.

Além da teoria apresentada anteriormente, surgiram outras com algum impacto na área da investigação sociológica como as teorias da participação e democracia participativa. As duas principais teorias dos Movimentos Sociais tinham descurado o estudo das formas de associação existentes como pertencentes ao âmbito da acção colectiva, esta corrente vem demonstrar a importância das mesmas, já que no novo contexto sócio-político em que nos encontramos é necessário arranjar novas formas de participação sócio-política em opção às tradicionais.

Muitas das associações existentes na sociedade funcionam como alternativa à constante degradação do sistema do Estado-Providência, providenciando equipamentos, novas formas de solidariedade e incentivando à participação democrática, cultural e social. A pertença a uma associação, ou em outro tipo de instituições, como as de solidariedade social faz com que os indivíduos participem muito mais activamente na sociedade por vários motivos, como aponta Isabel Guerra: *“1. A participação aumenta a capacidade de entendimento dos problemas e a possibilidade de estes assumirem significados colectivos; 2. A interacção com outros indivíduos, incluindo decisores, aumenta e estimula a actividade política; 3. A pertença a organizações aumenta o acesso à informação e fornece recursos e talentos essenciais para a actividade social; 4. A participação em grupos aumenta a sensibilidade e aceitação do processo democrático; 5. Os membros retiram gratificações da sua participação política, o que reforça a sua vontade de participar.”* (Guerra, 2006, pág. 92).

As associações acabam por ter um papel interventivo nas decisões políticas que se tomam no país, ajudando na elaboração das mesmas, principalmente a nível local, onde o conhecimento da população e das suas necessidades é mais directo e seguro. Todavia, as associações permanecem sempre com o seu carácter contestatário, organizando movimentos de contestação, reivindicações e lutas sociais e políticas, quando é necessário.

O retrato português da participação cívica feito por VillaVerde Cabral (1997) traça-nos um cenário de fraca adesão à vida cívica e um ainda maior sentimento de desigualdade social por parte dos portugueses que se relaciona em grande parte com a falta de recursos económicos ou sociais que permitam uma maior adesão à construção das políticas que lhes dizem directa e indirectamente respeito.

Perante este cenário pessimista, Boaventura Sousa Santos apresenta três teses que podem contribuir para o fortalecimento da democracia participativa: a primeira tese denomina-

se de *Fortalecimento da demodiversidade*, que reconhece a importância do multiculturalismo e numa expansão do âmbito das decisões políticas a outras camadas populacionais, que nem sempre tem acesso; a segunda tese, o *Fortalecimento da articulação contra-hegemónica entre o local e o global*, ou seja, tanto no plano local, em que se criam experiências políticas de sucesso e que se tentam importar para outros âmbitos como o nacional, ou até transnacional, em alternativa aos modelos hegemónicos e o mesmo com as novas experiências democráticas, que precisam de apoio de actores políticos de peso internacional; por fim, a terceira tese, *ampliação do experimentalismo democrático*, estimula as novas experiências democráticas bem sucedidas e que incitam à participação democrática.

No entanto, à participação em movimentos associativos está também associado o conceito de disparidade, já que, a entrada numa associação é restringida e só uma minoria acaba por fazer parte do mundo associativo. Tal situação pode dever-se à má publicitação das associações e dos benefícios que pode trazer a adesão ao associativismo, ou por outro lado pode estar associado a carências económicas que se prolongam para áreas como a cultura e o social. E ainda no caso de muitos indivíduos do género feminino, o tempo dedicado ao lazer ou a outras actividades no exterior é muito mais reduzido, já que se ocupam mais com actividades domésticas e conseqüentemente têm menos tempo para se dedicar a outro tipo de acções. Os lazeres são predominantemente doméstico-receptivos (ver televisão, ouvir música, navegar na internet, etc.). Desta forma, pode-se concluir que mesmo no movimento associativo além das desigualdades económicas, culturais e sociais ainda se encontram desigualdades de género.

## 2. Perspectivas Histórico-Sociológica do Associativismo

O Associativismo é um fenómeno sociológico que recua aos primórdios dos tempos, quando estavam em formação as primeiras sociedades tradicionais, algo que surgiu como uma forma de defesa e união de um grupo para fazer face a ameaças exteriores, ou unir-se na prossecução de objectivos comuns. Nas sociedades tradicionais, “*O indivíduo nunca era visto isoladamente mas integrado nos respectivos grupos de referência.*” (Viegas, 1986, pág. 109), ou seja, na família, na comunidade e na sua posição na estrutura senhorial hierárquica, ou seja, o indivíduo longe de se integrar voluntariamente nestes grupos, era logo “forçado” à sua nascença a ter um “papel” social, o qual raramente podia ser alvo de mobilidade. No entanto, já existiam as corporações, espécie de associações laborais, onde os profissionais de cada arte se uniam em torno de uma consciência de classe profissional e lutavam no sentido de conseguirem um pouco mais de poder face a uma sociedade altamente hierarquizada e com o poder económico-social concentrado nas mãos dos grandes senhores feudais e do clero.

Também recuando aos primórdios da sociologia verificamos que já E. Durkheim fazia referência nas suas obras à importância que os grupos secundários tinham na vida social. Para o autor a sociedade era composta por um grupo de indivíduos claramente desorganizados e cujo Estado hiperatrofiado lutava por reter e controlar, constituindo isso, no seu entender, uma “monstruosidade sociológica”. A actividade colectiva apresenta-se como demasiado complexa para poder ter expressão através de um único órgão, o Estado. Desta forma, para Durkheim, “*(...) uma nação apenas se pode manter se intercalar entre o Estado e os particulares toda uma série de grupos secundários.*” (Durkheim, 1989, pág. 38).

Seriam os grupos profissionais, as Corporações que estariam habilitados a exercer este papel de mediação entre os indivíduos, que apresentam interesses comuns e o Estado. As pessoas unem-se para levarem juntas uma mesma “vida moral”. Este conceito de vida moral é entendido por Durkheim como a subordinação dos interesses particulares aos interesses colectivos, sendo um garante da defesa de interesses e factor de integração social. Estes grupos tinham-se constituído devido à crescente insatisfação dos operários face às suas condições

laborais e sociais após a Revolução Industrial. Durkheim<sup>1</sup> fala numa divisão social do trabalho, ou seja, começam a existir novas profissões e novos ramos da produção, e os profissionais de ofício perdem grande parte dos seus poderes, já que agora o que se pretende na Sociedade Industrial é conseguir a maximização da produção e dos lucros, daí optar-se por uma produção em massa, em linha de montagem, dividindo as tarefas que anteriormente um só profissional faria por vários processos ao longo da produção, de modo a que esta se faça em metade do tempo e que os trabalhadores tenham cada vez menos força de reivindicação. Desta forma, os operários contratados passam a ser desqualificados, já que as tarefas exigem menos remuneração e passa a constituir-se um exército de reserva sempre pronto às substituições no processo de trabalho, as corporações deixam de fazer sentido, e denota-se um certo perigo no controlo tirânico do Estado e da Burguesia Industrial que lhe está por detrás.

É nesta altura, que surgem os primeiros vestígios do fenómeno que começará a ser denominado futuramente de “movimentos sociais”, os operários descontentes com as suas condições de trabalho e com a crescente perda de poder na esfera da produção aliam-se, criando o movimento operário, muito na linha das corporações dos artesãos da época medieval. A luta cingia-se ao plano económico e era feita entre o operariado e a Burguesia detentora do capital económico. Durante muito tempo, estes foram os únicos movimentos sociais considerados como tal a nível sociológico, pode-se dizer que eram as associações existentes na era da Revolução Industrial.

Segundo José M. Viegas<sup>2</sup>, em Durkheim a defesa do associativismo tem um carácter muito específico, quer pelo tipo de associação que ele apresenta (corporações ou agrupamentos de indivíduos pelo mesmo ofício), quer pelos objectivos que lhe estariam inerentes ao nível da organização social. Assim sendo, as organizações teriam uma base material que dizia respeito ao sector produtivo em que estavam inseridas e teriam, acima de tudo, uma base simbólica muito forte, usando a terminologia de Durkheim, seriam dotadas de “consciência moral” que libertaria a sociedade da “anomia”.

---

<sup>1</sup> Para consulta mais aprofundada ver: Durkheim, Émile (1989) *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença

<sup>2</sup> Para consulta mais aprofundada ver: Viegas, José M. Leite (1986) – “Associativismo e Dinâmica cultural” in *Sociologia – Problemas e Práticas*.

Para além da perspectiva sociológica sobre o mundo laboral, Tocqueville (Tocqueville cit. in. Monteiro, 2004) apresenta ao mundo a sua visão sociológica da abertura das instituições políticas na sua obra de referência “A Democracia na América”. Para ele, nas sociedades industrializadas os cidadãos estavam a individualizar-se cada vez mais, e a deixar de ter preocupações com a comunidade que os rodeava, isto principalmente na Europa, onde tinham-se assistido aos principais núcleos da Revolução Industrial, porque apesar de existir um movimento operário, este cingia-se quase à luta económica e de classes. Daí a única solução apontada por Tocqueville (ibidem) seria abrir o campo político à compreensão e adesão dos cidadãos, para que eles percebessem e se interajudassem na resolução dos problemas, o que nos dias de hoje ainda faz muito sentido, já que a maior parte dos cidadãos continua a sentir-se à parte nas grandes resoluções políticas e uma prova concreta dessa situação é a grande abstenção eleitoral a que assistimos nos países pertencentes à União Europeia. O fenómeno da abstenção é ainda muito maior nas eleições relacionadas directamente com alguma decisão a nível da comunidade, isto porque, a maior parte dos indivíduos desconhece ainda o funcionamento dos órgãos administrativos da U.E.

Tocqueville (ibidem) tinha observado na América a multiplicidade de associações não só centradas no campo político, mas também com outros objectivos: educativos, religiosos, reivindicativos, caritativos, morais, recreativos e era essa a visão que tinha, que consubstanciou-se na pós-modernidade, “ (...) *multiplicidade de associações livres de cidadãos.*” (Viegas, 1986, pág. 109) e é esta descrição da sociedade americana, que mais tarde, já no pós-guerra, tenta ser copiada por todos os países desenvolvidos.

De facto, é uma realidade inquestionável que os seres humanos vivem e se relacionam com outros em grupo. Vivemos numa sociedade em que o conceito de grupo apresenta um significado com elevada importância, influenciando, de acordo com os diferentes contextos, as nossas vidas. Os grupos podem ser “primários” ou “secundários”. Por grupos secundários entendemos um grupo que é constituído com um propósito específico, que envolve apenas um segmento das personalidades dos seus membros. Podemos dar o exemplo de uma associação de moradores, dum sindicato trabalhista, etc. No lado oposto temos os grupos primários como a família ou um grupo íntimo de amigos, que são orientados para o relacionamento, já os



grupos secundários têm a sua acção orientada para as metas. Sociólogos como Horton e Hunt<sup>3</sup> afirmam que os nossos sentimentos e laços emocionais se encontram ligados aos grupos primários, mas com uma tendência crescente para estes se passarem a centrar nos grupos secundários, sendo tal uma característica inevitável das sociedades e da era moderna. As associações juvenis apresentam-se como um bom exemplo desta teoria, quando os jovens criam laços de amizade e acabam por passar grande parte do seu tempo na associação.

Ao nível dos “grupos secundários” e dos “interesses colectivos” o sociólogo G. Gurvitch apresenta uma tipologia que nos parece bastante pertinente para a análise e compreensão do fenómeno associativo juvenil que estudamos, dado que nos permite reter as principais características evidenciadas pelas associações voluntárias. Para ele um agrupamento social é definido como uma “ (...) *unidade colectiva real, mas parcial, directamente observável e fundada em atitudes colectivas, contínuas e activas, tendo uma obra comum a levar a cabo, unidade de atitudes, de obras e de condutas, que constitui um quadro social estruturável tendendo para uma coesão relativa das manifestações da sociabilidade*”. (Gurvitch, 1979, 348). O termo estruturável designa a tendência para uma ordenação virtual de um equilíbrio das hierarquias múltiplas, pondo em destaque a posição, o papel e as relações do grupo “fora dele próprio”, na restante sociedade. Se este equilíbrio for alcançado, ainda que de forma precária, o grupo é estruturado, o que não quer dizer que seja organizado, sendo, contudo, evidente que qualquer grupo organizado é estruturado. Porém, um grupo pode ser estruturável e estruturado, embora não seja organizado nem se possa exprimir numa organização única (as classes sociais são disso um bom exemplo).

Assim sendo, o autor atribui as seguintes características evidenciadas pelas associações voluntárias:

1 - O conteúdo do agrupamento: agrupamentos unifuncionais, multifuncionais e suprafuncionais, ou seja, um agrupamento pode ser chamado a desempenhar uma função, várias funções específicas ou uma totalidade ou parcial totalidade de funções impossíveis de contabilizar;

---

<sup>3</sup>Para mais detalhes consultar: Horton, Paul & Hunt, Chester L. (1981) – Sociologia.

2 - A envergadura, ou seja, o número de participantes, podendo a organização ser um agrupamento reduzido, médio ou extenso<sup>4</sup>;

3 - A duração, isto é, podem ser agrupamentos temporários, duráveis ou permanentes. Pode ser considerado um agrupamento temporário aquele que se dissolve quando o(s) objectivo(s) que levaram à sua concretização forem alcançados. Por grupo duradouro entendemos aquele que não se dissolve senão sob condições muito específicas, tais como a morte, a maturidade, a vontade ou acordo dos interessados, a decisão da maioria ou a dissolução imposta de fora. É designado por grupo permanente aquele cuja dissolução não é prevista nem encarada, como o caso das Igrejas, dos estados, etc.;

4 - O ritmo, agrupamentos de cadência lenta, média ou precipitada;

5 - A sua medida e dispersão, agrupamentos à distância, com contactos artificiais, reunidos periodicamente ou com permanência;

6 - Os fundamentos da sua constituição, agrupamentos de facto, voluntários ou impostos. Nos agrupamentos de facto os membros participam sem que isso seja uma vontade manifestada explicitamente por eles e sem que obedeçam às imposições de uma organização. Nos agrupamentos voluntários os membros participam de sua livre vontade, aos quais eles aderiram ou aos quais foram admitidos de acordo com o seu próprio desejo, contrariamente aos agrupamentos impostos, nos quais o indivíduo não tem essa liberdade. Talvez seja sensato reservar o termo de associação aos agrupamentos voluntários geridos democraticamente e de que a saída é livre. A associação é, no fundo, não mais que uma das espécies múltiplas de agrupamentos voluntários;

7 - O modo de adesão, agrupamentos abertos, de acesso condicional ou fechado;

---

<sup>4</sup> É importante deixar a ressalva de que os critérios anteriormente apresentados de “reduzido”, “médio” e “extenso”, quando aplicados aos grupos, são completamente relativos consoante os contextos de cada sociedade e as épocas em que se inscrevem. Assim, para podermos encarar o número de membros de um grupo como um dos pontos de referência da sua descrição é premente perceber as estruturas e conjunturas concretas da sociedade em que o grupo está inserido.

8 – O grau de exteriorização, agrupamentos inorganizados não estruturados, inorganizados estruturados, parcialmente organizados, completamente organizados (os dois últimos implicam a organização como um elemento da estrutura. Para Gurvitch (ibidem) alguns agrupamentos não são simplesmente organizados, mas também não estruturados, o que não significa que não possam existir enquanto fenómenos sociais totais e de virem a tornar-se em agrupamentos organizados e muito fortes no futuro;

9 – As suas funções, agrupamento de parentesco, de afinidade fraternal, de localidade, de actividade económica ou intermediários entre afinidade fraternal e a actividade económica:

10 – A orientação, agrupamento de divisão ou de união;

11 – O modo de penetração pela sociedade geral, em que temos agrupamentos refractários à penetração pela sociedade global ou, de alguma forma, submetidos à penetração pela sociedade global. Os primeiros, são aqueles que, de uma forma consciente ou não, resistem à penetração pela sociedade global, ora porque se sentem excluídos da hierarquia estabelecida, ora porque pretendem mudar a sociedade, transformá-la, etc. Os grupos que aceitam de uma forma mais pacífica a penetração pela sociedade global aceitam, em tempos normais, os símbolos, as obras de civilização, os critérios hierárquicos, que recebem da sociedade global, contudo, sem se absterem de fazer reservas, de seleccionar, de variar a sua aceitação e de produzir os seus próprios modelos, práticas e símbolos. Existem ainda os grupos que estão completamente submetidos à penetração pela sociedade global, podemos inserir nesta categoria os grupos cujos objectivos são puramente filantrópicos ou culturais;

12 – O grau de compatibilidade que existe entre os agrupamentos, temos os agrupamentos da mesma espécie, inteiramente compatíveis entre si, os parcialmente compatíveis entre si ou, por último, os agrupamentos exclusivos;

13 – O modo de coacção, agrupamentos detendo coacção condicional ou detendo coacção incondicional. A coacção que aqui é apresentada implica sanções para os membros do grupo. A maior parte dos agrupamentos, quer sejam estruturados ou não estruturados,

organizados ou inorganizados, não dispõe, para manter a sua unidade, senão da coacção condicional, pois os membros destes grupos podem retirar-se deles mais ou menos livremente e, desta forma, subtrair-se às sanções:

14 – O princípio que orienta a organização, podem ser agrupamentos de domínio ou de colaboração. Como nos refere o mesmo autor “*É em particular a garantia formal do enraizamento da super-estrutura organizada de um agrupamento na sua infra-estrutura espontânea, que lhe dá a sua aparência democrática*”. (Gurvitch, 1979, 405). Assim sendo, quanto mais uma super-estrutura organizada é fechada em relação à sua infra-estrutura espontânea, mais o grupo vai assumir um carácter autoritário, e vice-versa.

15 – O grau de unidade, agrupamentos unitários, federalistas ou confederalistas. De acordo com esta tipologia podemos ilustrar de forma mais clara a distinção entre associações e outro tipo de grupos.

Com a chegada da era do “Capitalismo Organizado”, segundo a definição de Boaventura Sousa Santos (1994), surgiram também novas classes sociais na estrutura sócio-económica. As classes médias surgem em força e adquirem um peso importante na estrutura económica, social e política, é para elas que os políticos se viram na hora das eleições e é também por elas que se cria um Estado-Providência que venha diminuir as diferenças sociais e económicas entre os indivíduos, intervindo mais em áreas como: a educação, a saúde, a habitação, etc.). Surgem novas profissões, mais qualificadas, e o mercado de trabalho abre-se ao sector dos serviços, a área dos serviços começa a tornar-se nos países mais desenvolvidos o grande sector de empregabilidade da população, já que no ramo da indústria, quase todas as fases da produção são deslocadas para países menos desenvolvidos e periféricos, acentuando as clivagens entre periferias e semi-periferias vs. centro. O consumo passa a ser a base desta nova sociedade capitalista, e os mass media são os seus grandes motores de desenvolvimento, surge o conceito de publicidade e marketing, tal como é reconhecido hoje.

Contudo, o final dos anos 70 e o início dos 80 trazem consigo a crise económica e acima de tudo de valores e ideais. Segundo Boaventura (ibidem) é a época do capitalismo desorganizado.

A nível social surge uma crise de excesso de individualismo na Europa a que Tocqueville (Tocqueville citado in Monteiro, 2004) se referia, que longe de atenuar-se vai prolongar-se no tempo, formando um panorama de crise de valores, em que o Estado não assume o papel de regulador das várias dinâmicas da sociedade como tinha assumido anteriormente, isto porque também foi perdendo o seu poder face a um capitalismo cada vez mais feroz e desorganizado, em que uma minoria concentra em si grandes poderes, nas grandes multinacionais, que conseguem furar as resistências políticas de cada Estado e através de lobbies poderosos conquistam o comando das economias mundiais. A crise a nível social e político, é uma crise essencialmente de valores, pois as grandes instituições sociais, tanto o Estado, como a Família encontram-se em ruptura, por causa de fenómenos como os divórcios e de crises no sistema de segurança social, que acabou por se tornar uma máquina burocrática pesada resolucionando os problemas de forma lenta e pouco eficaz.

Face a esta situação, começam a emergir vários tipos de organizações de indivíduos em luta por uma causa, que já não é só económica, e a esse tipo de organizações os autores acabam também por denominar de movimentos sociais, ou mais concretamente de Novos Movimentos Sociais, por serem muito mais complexos que os anteriores, que como já referimos limitavam-se a actuar na área do económico, “ (...) após a Segunda Guerra Mundial (...). Novos valores, ideologias e religiões corporizam-se em acções colectivas específicas (ecologia, feminismo, pacifismo, etc.)” (Ferreira et. al., 1995, pág. 454).

Dentro dos Novos Movimentos Sociais também se encontra o associativismo, que não perdeu a sua força, pelo contrário ele próprio também foi alvo de uma mutação, não se ligando tanto às lutas tradicionais (Proletariado vs. Burguesia), mas mais à cultura, ideais, etc.. O associativismo continua a ser uma forma de união dos actores sociais na prossecução dos novos objectivos (melhor qualidade de vida, defesa dos direitos humanos, etc.) e na resolução de problemas nos mais variados níveis da sociedade.

Desta forma, apesar do aparente pessimismo, que dá a ideia de um “vazio” de esperança, surgem novas formas de reacção, contra este marasmo, o grande exemplo é a criação e união dos indivíduos em torno de uma causa numa associação, que lhes permite recuperar um pouco da sociedade mais participativa. Apoiando-se no pensamento de Alain Touraine, Vilaça refere que: “(...), as actuais tendências estão relacionadas com o desenvolvimento de culturas diferentes e de identidades específicas: “culturas da juventude”,

*“cultura comunitária” ou “marginal”...a proposta orienta-se no sentido de nos virarmos mais para a cultura, os hábitos e costumes, as mudanças científicas e éticas.”* (Vilaça, 1993, pág. 401).

José Fernandes alerta para um outro foco de análise que deve ter sido em conta para descrever o fenómeno associativo de forma mais precisa, é ele o de *“participação”, pensando a associação “enquanto grupo de acesso voluntário”*. (Fernandes, José, 2003, 76). Podemos distinguir vários tipos de participação como: a participação de facto, que é inerente aos grupos de natureza não voluntária, em que as pessoas nascem já enquanto membros desse grupo (família, religião, etc.), temos ainda a participação organizada ou voluntária, que diz respeito a grupos mais ou menos estruturados, trata-se de uma participação consciente e especializada cujas actividades, com papéis rigorosamente determinados, constituem meios para atingir fins e cujos ritos e costumes são formalizados nas regras e nos estatutos; seguidamente podemos falar em participação espontânea, esta participação tem, por vezes, uma natureza inconsciente, típica de pequenos grupos informais, não organizados e que procuram satisfazer as necessidades psicológicas dos participantes; a participação suscitada ou provocada diz respeito a uma acção de animadores exteriores e não surgida a partir da própria associação; por último, podemos falar em participação imposta e, como o próprio nome indica, trata-se de uma participação forçada, na medida em que é considerada fundamental para o funcionamento e sobrevivência da associação.

Ainda segundo este autor, a participação nas associações parece estar dependente de algumas variáveis como o sexo, a idade e a posição social. Assumimos, então, a hipótese de que, **o lugar de classe de origem e o nível de habilitações escolares influenciam a ocupação de cargos dirigentes nas associações juvenis**, porque aqueles que fazem parte dos estratos sociais mais elevados, com o passar dos anos, tendem a aumentar a sua participação e a ocupar cargos de poder, ao passo que os que pertencem aos estratos inferiores tendem, com o avançar da idade, a diminuir a sua participação em associações voluntárias.

Para Alain Touraine (Touraine cit. in Ferreira, 1995) os movimentos sociais foram os grandes impulsionadores das grandes mudanças que sucederam na nossa sociedade. É na sequência destas grandes mudanças sociais, que podemos dizer que se fundou o Novo Associativismo, pois de movimentos sociais desorganizados, constituíram-se organizações

mais institucionalizadas e que adquiriram um peso mais importante na sociedade, conseguindo congregar mais associados e actuar mais directamente em todas as áreas cruciais da sociedade.

Contudo, como Giddens (1995) refere é necessário termos em conta, que tanto os Novos Movimentos Sociais, como o Associativismo não são os únicos instrumentos de mudança nas nossas sociedades, e com esta ideia ele pretende que não os superlativemos, tanto no campo da realidade social, como no campo científico, pois apesar do Estado demitir-se de uma parte das suas responsabilidades, continua a ser um sector importante da sociedade, e continua a cumprir alguma parte das suas funções concretizando-as em políticas governamentais e existindo ainda a opinião pública, que pode uma parte ser influenciada pelos *mass media*, mas, no entanto, existem muitos indivíduos que se conseguem distanciar dessa influência por vezes nefasta (exemplo: lógica do consumismo, através da publicidade). Por último, podemos dizer, que o Associativismo e os Novos Movimentos Sociais apesar de congregarem um razoável número de indivíduos em redor de uma causa, não congregam a maior parte da população, ou seja, a grande parte dos cidadãos não pertencem a uma associação, ou não aderem a qualquer tipo de movimento social, mas continuam a utilizar como Giddens diz outros instrumentos de luta que podem fazer a diferença, por exemplo acções individuais, participação em redes de ajuda informais da vizinhança, contribuindo para o que ainda hoje se pode denominar de “Sociedade-Providência”.

### 3. Caracterização do movimento associativo

O movimento associativo atravessa uma crise a vários níveis (político, económico e social) que fazem repensar a forma como funcionam as associações na sociedade civil. O exemplo mais flagrante desta crise é representado pela imagem dos americanos que cada vez mais vão sozinhos ao bowling, quando costumavam ir em grupos informais “*o capital social americano na forma de associações cívicas sofreu uma significativa erosão durante a última geração*” (Putnam, 1996, pág.11).

Contudo, como referimos acima, paralelamente a este movimento de crise do associativismo mais tradicional, das associações culturais e recreativas, tem vindo a florescer novas associações ligadas a novas temáticas mais contemporâneas, como o ambiente, a defesa dos direitos humanos e exclusão social e outros.

Estes novos temas também prendem-se com os novos contextos e actores que vão emergindo na sociedade global e que apresentam, como tal novas necessidades. As associações surgem como lugares privilegiados, onde estes novos actores tem espaço para dinamizar actividades e discutir novas soluções, demarcando-se da visão acentuadamente capitalista e globalizante da sociedade civil.

Segundo o paradigma da modernidade de Boaventura Sousa Santos existem três tensões na sociedade, que podem estar na origem das transformações ocorridas no seio do movimento associativo. A primeira caracteriza-se por uma tensão entre a regulação social e a emancipação social “...*simbolizada pela crise da revolução social e do socialismo enquanto paradigma de transformação social radical...*” (Monteiro, 2004, pág.296). A segunda tensão passasse entre o Estado e a sociedade civil, já que o primeiro através da adopção de uma postura tanto minimalista alia-se ao sector privado e não lucrativo para prestar apoio social aos excluídos da sociedade e desfavorecidos economicamente, como maximalista controlando e orientando todos os serviços requisitados às entidades sem fins lucrativos. Sendo assim, o Estado apresenta-se como o pilar da sociedade civil e dele decorrem quase todas as leis e regulações para a sociedade civil, que se conforma com as mesmas, auto-reproduzindo-se através das mesmas. Finalmente a terceira tensão dialéctica entre Estado-nação e globalização, que vai perdendo força à medida que se intensifica o processo de globalização dos estados, das



economias elevando a discussão de todas as questões quase a uma escala global, tal como Boaventura Sousa Santos refere tem vindo a existir cada vez mais um questionamento sobre estas novas dinâmicas globais “...ao ponto de questionar se a regulação social e a emancipação social não deverão ser deslocadas para o nível global (governo global, equidade global, sociedade civil global)” (Monteiro, 2004, pág.296).

Consequentemente observamos que o Estado-Providência, tal como existia nos anos 70 do séc. XX tem vindo a perder força, sofrendo abalos nas funções sociais e económicas que definiam o seu modelo político. O Estado passa a ser visto como “Estado animador” desenvolvendo para tal novas sinergias entre o Estado e a sociedade civil, através das associações, apostando nas mesmas como veículos para as suas políticas de inserção no mercado de trabalho e de emprego, muitas vezes recorrendo ao emprego no denominado “Terceiro Sector” “...seu peso nos índices nacionais de emprego ou a sua representação em domínios de intervenção como a educação, a saúde, os serviços sociais, a cultura e lazer, reforçam essa importância” (Monteiro, 2004, pág. 297). O exemplo das associações portuguesas demonstra que cada vez mais o Estado através do trabalho em parceria financia também as associações que tal como referimos anteriormente passam por uma crise económica.

Desta forma, as associações acabam por aceitar uma postura de parceria com o Estado, no sentido de receberem apoios financeiros para conseguirem fazer a sua manutenção. Como em todas as parcerias existe um lado negativo e positivo, por exemplo neste caso o lado negativo será a perda de autonomia face ao Estado, já que em troca de apoio financeiro as associações comprometem-se a seguir as regras e modelos elaborados pelo Estado. Já o lado positivo aponta para a possibilidade de apoio às comunidades locais e o estabelecimento de “pontes” entre estas e as instâncias reguladoras.

Face a esta situação de apoio económico por parte do Estado às associações estabelecem-se duas orientações: em primeiro, uma “autonomia tutelada”, o estado desfaz-se do seu papel de controlador de todas as competências e distribui-las pelas associações que entram nas parcerias, monitorizando sempre as suas acções; em segundo, “autonomia negociada”, ou seja, uma parceria em que o grau de autonomia a nível financeiro é muito maior por parte das associações o que lhes dá um espaço de decisão também muito mais alargado. Assim sendo, negociam a sua parte na acção e o papel que o Estado deve assumir

enquanto parceiro, é aqui que entra o conceito já não de “Estado Animador”, mas sim de “Estado Parceiro”, que implica o diálogo mais horizontal e frequente com as associações.

Concluindo, a questão “ *O que falta para que prossiga e se aprofunde o projecto associativo de afirmação de uma outra forma de agir, distinta do Estado...* ” (Monteiro, 2004, pág. 307) tem sido objecto de análise por vários autores e a solução que mais apresentam é o “Terceiro Sector”, como alternativa ao Estado. Este novo tipo de economia, muitas vezes denominada de solidária é mais centrada nos seus consumidores e suas necessidades e ainda no fenómeno do “empowerment” das sociedades locais e do esbatimento de diferenças económicas, sociais e políticas a nível global.

## **Capítulo III – Estudios de Género**

## 1. Perspectiva Teórica sobre as diferenças entre sexo e género

Nos primórdios da investigação das diferenças entre os sexos na psicologia, a base para as conclusões centrava-se em mitos e caracterizava-se pelo racismo e sexismo das premissas pelas quais se guiava. Além disso, os investigadores eram na sua maior parte do sexo masculino e conseguiam esconder mal os seus preconceitos, para eles as diferenças biológicas eram as que melhor podiam explicar a “...a «evidente» inferioridade psicológica e social das mulheres...” (Amâncio, 1998, pág. 17).

Esta crença na inferioridade das mulheres serviu de orientação para procurar causas que fortalecessem essa mesma ideia, utilizando para tal, todos os casos possíveis, por exemplo a constatação que entre os grandes génios ou figuras de destaque da sociedade não se encontravam mulheres. Pearson (cit. in Amâncio 1998) foi um dos grandes críticos mais tarde desta visão evolucionista da civilização, alegando que para que houvesse cientificidade nesta teoria teriam que se comparar as distribuições dos dois sexos em torno da média e não só os extremos das distribuições estatísticas.

Várias ramificações surgiram no interior da psicologia, uma delas foi o estudo dos comportamentos humanos, a psicométrica, que media a inteligência dos dois sexos, o que se provou ser também complicado, já que existiam mais variações entre indivíduos do mesmo sexo do que entre homens e mulheres. Ainda se seguiram outros estudos que tentaram comprovar a inferioridade da mulher através da análise de outras características físicas e psicológicas, como a agressividade e a afectividade que seria ligada mais à mulher, por esta passar pelo processo de maternidade.

Na sociologia esta corrente de pensamento mais ligada aos aspectos biológicos dos sexos esteve também presente. Um dos primeiros sociólogos, Émile Durkheim (1839/1967) “...que considera, na sua análise da divisão do trabalho social, que as diferenças entre os sexos e a divisão do trabalho sexual caracterizam o estágio civilizado das sociedades.” (Amâncio, 1998, pág. 19). E tal como os psicólogos recorre à ideia de que as mulheres têm uma condição de inferioridade face aos homens, devido a terem menos capacidades intelectuais e à sua fragilidade física e psíquica o que as relega para trabalhos menos qualificados e mais monótonos.

A explicação naturalista de Durkheim foi bastante criticada por autores mais recentes, como Besnard (1973) que numa reanálise sobre *Le Suicide. Étude de Sociologie* (cit. in Amâncio, 1998) aponta para aquilo que pretendia ser uma análise do social pelo social, cai no erro do etnocentrismo e aponta a causa da menor taxa de suicídio entre as mulheres a aspectos instintivos e não índole cultural e sociológica.

Ainda na teoria marxista, na obra de Engels podemos encontrar explicações naturalistas e também uma perspectiva classista, quando apresenta causas para a violência doméstica e para a concentração do trabalho doméstico apenas no sexo feminino. Para este autor, as actividades domésticas eram algo universalmente instituído fazer parte dos trabalhos do sexo feminino, tal como a violência doméstica seria algo que *a posteriori* sofreria evoluções positivas, pois a explicação para a sua existência prendia-se com resquícios de práticas e tradições pré-capitalistas, sendo condenável, apenas por essa via.

Somente a partir dos anos 60 começa-se a ter em atenção na análise das diferenças entre sexos o modelo de socialização e as diferenças que produz na distribuição dos papéis sexuais. Em 1974 o estudo de Maccoby e Jaclkin<sup>5</sup> foi revisto e algumas das conclusões apontaram para a existência de algumas diferenças entre homens e mulheres, mas a maior parte só ganha relevo a partir dos 11 anos de idade, quando ganham a noção dos comportamentos do seu grupo de pertença, o que vem rejeitar definitivamente a explicação biológica que até então tinha sido a base para os estudos sobre as diferenças entre sexos.

Sandra Bern (1974) aponta para a necessidade de se construírem personalidades andróginas (orientações comportamentais masculinas e femininas), (cit. in Amâncio, 1998) pois segundo observações o afastamento de orientações comportamentais perniciosas no caso das mulheres faz com que elas tenham a auto-estima mais elevada, pois são capazes de se envolver numa maior variedade de situações.

Na esteira de Maccoby e Jaclkin, outros autores da área dos estudos de género como Deaux<sup>6</sup> (1984) reafirmam a importância da socialização no processo de interiorização das normas e comportamentos que distinguem os dois sexos. Uma das ressalvas é a crítica de

---

<sup>5</sup> Para análise mais detalhada ver **Maccoby, E. E., & Jaclkin, C. N.** (1974) – *The psychology of sex differences*. Stanford, CA

<sup>6</sup> Deaux, K. (1984). From individual differences to social categories. Analysis of a decade's research on gender. *American Psychologist*

Moscovici<sup>7</sup> (1981) à psicologia social e à sociologia quando negligenciam o papel dos indivíduos nesse mesmo processo de socialização, vendo-os apenas como receptores passivos e não como indivíduos com capacidade de argumentarem contra alguns dos pressupostos implícitos nessa socialização de género feita pelas grandes instituições da sociedade (Estado, Igreja e Escola) e adoptarem por si, outras posturas.

Em suma, a dominação simbólica masculina continua a persistir nos dias de hoje, na forma como muitas tarefas se encontram divididas, no âmbito da economia e da cultura, com publicidades alusivas à condição feminina de mãe e de dona de casa, por exemplo nos anúncios de detergentes, marcas de produtos alimentares. Por seu lado, os homens continuam a aceder a cargos com maior poder, tanto no campo político, como da produção e educação. As mulheres são as mais afectadas pela precariedade no mercado de trabalho, porque estão confinadas à área dos serviços e do terciário e mesmo acedendo a mais altas qualificações, continuam a optar por licenciaturas ou especializações na área das ciências sociais ou humanísticas que as tornam quase sempre dependentes economicamente dos pais, ou dos companheiros.

---

<sup>7</sup> Moscovici, S. (1981) - *On social representations*. In J.P. Forgas (Ed.) *Social cognition: Perspectives on everyday understanding*, pp. 181-209. London: Academic Press.

## 2. Género – Uma breve incursão histórica

Quando se analisam as questões de género, deve-se primeiramente distinguir entre sexo e género, para que não se levantem possíveis dúvidas sobre a natureza dos dois conceitos. Em primeiro lugar, o conceito de *sexo* baseia-se no carácter biológico das relações entre seres humanos e nas diferenças biológicas entre homens e mulheres. Em segundo lugar, o *género* tem em conta aspectos de ordem mais cultural e social na diferenciação entre homens e mulheres.

Ao longo dos tempos, investigadores tanto nas áreas das ciências humanas, como na das ciências sociais têm tentado comprovar em que se baseiam as diferenças entre homens e mulheres. Serão estas diferenças de origem mais natural, ou de carácter mais cultural? Giddens (2000) aponta vários estudos que têm tido como objecto de análise o crescimento e diferenciação subsequente entre os dois sexos. Alguns autores apontam que as diferenças podem ser de carácter mais biológico, já que os homens são tendencialmente mais agressivos, entrando em guerras e outros conflitos mais frequentemente, enquanto que as mulheres são mais passivas, tendendo a permanecer em casa a cuidar dos filhos e ocupar-se de tarefas domésticas.

Contudo, a questão da socialização de género não pode ser descurada, já que esta assume-se como algo de importante na formação e na vida social de homens e mulheres. Neste processo de socialização, tanto a família, a escola como outras instituições primordiais em cada sociedade, o caso da religião, que podem atribuir diferentes papéis e tarefas aos dois géneros, masculino e feminino. Num estudo realizado por Vanda Lúcia Zammuner em 1987 (Zammuner cit. in Giddens, 2000) aos brinquedos preferidos das crianças, os resultados mostraram claramente que os rapazes preferiam brinquedos relacionados com guerra e poder, por exemplo jogos de estratégia, enquanto as raparigas preferiam bonecas e “brinquedos neutros”, que não têm aparentemente uma conotação de género, como por exemplo os legos. Assim sendo, admite-se então a hipótese de que **“O género define as escolhas entre os vários campos de acção das associações juvenis”** pois desde pequenos os indivíduos de ambos os géneros são levados pela publicidade e pela socialização a que são alvo a determinarem os seus futuros papéis e escolhas na sociedade, o que pode ser um dos motivos, pelos quais ainda

são os homens que ocupam os maiores cargos de poder e que têm conseqüentemente maior poder económico.

Todavia, apesar das diferenças entre géneros sempre ter existido, os estudos de género começaram a ter mais impacto a partir do início do século XX, com as teorias de Freud sobre o “Complexo de Édipo”, em que se demonstrava que os rapazes formavam a sua masculinidade quando negavam o desejo sexual que sentiam pelas suas mães e com as raparigas o mesmo em relação ao pai. A partir dessa “ruptura”, controlavam os seus instintos eróticos e determinavam os seus papéis na sociedade, as mulheres tornavam-se submissas comparando-se às suas mães e os homens adquiriam a autoridade que lhes estava subjacente pela imagem que tinham na sociedade. Apesar desta teoria ter sido alvo de muitas críticas, ela foi praticamente o início para que as ciências sociais começassem a focar mais a sua atenção nesta área do social.

Depois dos anos 60 do século XX, e da denominada “revolução sexual”, surgiram muitos estudos sobre a socialização de género e também sobre o comportamento sexual dos indivíduos, que acabaram por transmitir as mesmas conclusões sobre as diferenças de género inculcadas ao longo de anos na educação. O primeiro desses estudos e o mais conhecido foi o de Kinsey que revelou que “...70% dos homens tinham frequentado prostitutas e 84% tinham tido experiências pré-conjugais.” (Giddens, 2000, pág. 135), enquanto que as mulheres apenas “...50% tinham tido relações sexuais antes do casamento, embora maioritariamente com o futuro marido.” (Giddens, pág. 135). Depois deste estudo muitos outros têm sido feitos com maiores ou menores alterações nos comportamentos dos inquiridos, consoante o ambiente social, cultural e político em que vivem.

No entanto, o que se têm observado é que existem sempre diferenças entre os géneros a vários níveis, e mesmo que estas se tenham vindo a atenuar ainda existem e por essa mesma razão são alvo de análise e de formulação de leis e tratados jurídicos específicos, de forma a que as mulheres consigam aceder a uma posição mais igualitária face à dos homens no seio da sociedade.



### **3. Perspectiva histórica da luta pela Igualdade de Género nas sociedades Ocidentais**

O século XX trouxe uma das maiores aquisições para o movimento pela Igualdade de género, já que conquistou um espaço no quadro constitucional de muitos Estados de países Ocidentais. Portugal também está envolvido neste processo de mudança, e a constituição da república portuguesa de 1975 e revisões posteriores reforçaram o princípio da igualdade.

No entanto, deve-se salientar que o princípio da igualdade não deixa de ter em conta as diferenças inerentes entre géneros, tanto a nível biológico, como social e que fazem com que os dois géneros se complementem. A igualdade de género “...*implica que às mulheres seja conferido poder suficiente (“empowerment”) de modo a que possuam a real capacidade para afirmar na sociedade, (...) os seus valores específicos (...) e contribuírem, assim, para o desenvolvimento humano e social das sociedades em que vivem.*” (Silva, 1999, pág. 16)

Tal como já tinha referido anteriormente sexo e género não são o mesmo conceito, cada um tem um significado diferente e ao mesmo tempo interligado. O sexo é um conceito de carácter biológico que diferencia os seres humanos e que está ligado à definição de uma certa identidade do ponto de vista do género. Já o género é um conceito de índole social, dependendo em larga medida do lugar, tempo, sociedade em que os indivíduos se encontram inseridos. Em cada pessoa, independentemente do sexo existem sempre componentes de género femininas e masculinas estreitamente imbricadas.

Portugal, como outros estados europeus pertencentes à União Europeia assumiu alguns compromissos consagrados em tratados tão importantes, como o Tratado de Amesterdão de 1997 que tem algumas premissas que passam pela promoção da igualdade entre as mulheres e os homens como uma das missões da Comunidade. Alguns artigos mais importantes deste tratado tentam criar uma base para a implementação de iniciativas tais como: o combate a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo e permitir a igualdade de oportunidades e a igualdade de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego.

Ainda a Carta dos Direitos Fundamentais de 1999 e o Pacto Europeu para a Igualdade entre Mulheres e Homens aprovado em Bruxelas em 2006 consagram a igualdade de homens e mulheres.

Menos famosos, mas não menos importantes, algumas das directivas e regulamentos da União Europeia tentam colmatar falhas que existiam anteriormente na legislação e nas regras da própria sociedade que ditavam diferenças entre géneros em áreas como o mercado laboral (salários, segurança social, horário de trabalho); a formação profissional; a educação; família (maternidade, trabalho doméstico); etc.

Não só uma instituição como a União Europeia, mas também outras instituições políticas, com peso a nível mundial, como a ONU (Organização das Nações Unidas) que tem uma comissão específica para a Condição das Mulheres onde se aborda o tema da igualdade de género e elaboram pactos e declarações a nível europeu onde promovam em todas as sociedades, quer sejam ou não desenvolvidas, a igualdade de género em muitas das áreas do quotidiano das mulheres (emprego, saúde, educação, migração, violência doméstica, prostituição, casamentos forçados, e outros temas da actualidade).

O ponto de viragem para uma nova perspectiva das políticas de igualdade de género deu-se em 1995 na IV Conferência de Beijing, já que até esse momento o desenvolvimento de políticas em prol da igualdade viam a mulher como um problema, que tinha de ser sujeita a um tratamento específico. Depois desta conferência, esta visão foi alterada e como tal, as políticas para a igualdade de género passaram a integrar as políticas correntes dos Estados, criando-se o conceito de «mainstreaming» (igualdade de género). A definição de «mainstreaming» entende-se por, *“Na base da adopção da estratégia de “mainstreaming” para a construção de uma igualdade de género real e efectiva, está o pressuposto de que toda e qualquer política visa, ..., melhorar a vida dos cidadãos e que estes não são entes abstractos, mas sempre se encontram na sua condição de mulheres e de homens, com as suas características próprias e papéis sociais específicos, inerentes ao género que pertencem.”* (Silva, 1999, pág. 20).

Neste sentido, a política integrada da igualdade de género torna-se a base para que haja um avanço político na concepção da importância do género feminino na sociedade, por três razões: em primeiro lugar beneficia tanto as mulheres como os homens, já que o conceito de igualdade de género é tomado em conta em todas as decisões políticas; em segundo lugar, potencializa-se os recursos que cada género detêm, dando igual valor a cada um dos mesmos; em terceiro, a democracia cresce de forma saudável já que há uma participação equilibrada de ambos os géneros, dando mais atenção às diferenças existentes que podem ser uma mais-valia para os sistemas democráticos.

#### **4. A construção do papel feminino na Sociologia da Família**

*“...é à família que, sem dúvida, cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas, é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão garantida pelo direito e inscrita na linguagem”.* (Bourdieu, 1999, pág. 74).

A família é considerada ainda hoje como uma das instituições base para a socialização dos indivíduos e como tal aquela onde primeiramente se delinham os papéis dos indivíduos na sociedade, *“A família, hoje como no passado, tem importantes dimensões económicas. Todavia, estas sofreram grandes modificações (...). Estas modificações, por sua vez, alteraram de forma não linear as relações entre os sexos e entre as gerações no seio da própria família.”* (Saraceno e Naldini, 2003, pág.245).

Alguns teóricos tiveram em atenção este fenómeno e estudaram esta instituição em profundidade marcando também a forma como a família ocidental passou a ser vista pela sociedade em geral. Podemos dizer, que a teoria que mais formatou a visão da família até hoje foi a de Talcott Parsons, com uma abordagem estruturo-funcionalista em que a base é um núcleo formado por pais e filhos que mantêm múltiplos laços, dentro da própria família com os seus membros, como exteriormente com outros sub-sistemas. Parsons subdivide a sua teoria em três aspectos: primeiro, analisa as funções da família; segundo a sua estrutura (centralizando-se principalmente na família americana) e finalmente em terceiro, no qual nos centraremos mais a divisão dos papéis entre homem e mulher no seio familiar.

*“A função socializante da família tem primeiramente por objectivo transmitir à criança as ideias, valores e conceitos fundamentais da sociedade.”* (Michel, 1983, pág. 79), esta família é baseada no casamento, em que cada um dos conjugues assume um papel específico tanto na organização das tarefas e do quotidiano, como na educação das crianças. Parsons indica desde logo o papel que compete a cada um dos géneros e dessa forma acaba por intensificar ainda mais a desigualdade entre géneros, ao incumbir ao homem o papel instrumental de ligação com a sociedade e à mulher o papel expressivo no interior da família. Assim sendo, ao elemento do género masculino cabe o papel mais activo, contactando com o

exterior no mercado de trabalho e nos espaços consagrados ao lazer, enquanto os elementos do género feminino estão consignados às tarefas e ao espaço doméstico, estando mais próximas dos filhos e exercendo a vigilância parental sob os mesmos. Esta bipolarização dos papéis desde cedo limita a socialização das crianças, pois o rapaz segue o exemplo do pai e a rapariga, o da mãe. Este modelo “enclausura” a mulher do mundo exterior e torna-a dependente económica e financeiramente do seu marido.

De salientar, que este modelo parsoniano da família nuclear é uma caracterização essencialmente das famílias de classe média americanas, e que por isso mesmo Parsons foi muito criticado por não ter em conta na sua análise a realidade das classes baixas, média baixa e das restantes sociedades e ainda por extremar a função dos géneros dentro da família. Por exemplo temos o caso da Suécia em que a abolição dos papéis tradicionais é uma realidade, a ideia central do modelo sueco é que *“o duplo papel não deve assentar exclusivamente na mulher e que o direito de combinar o emprego remunerado com o parentesco activo é um elemento de qualidade de vida a que todos têm direito de acesso”* (Sandberg, 1975, cit. in Michel 1983, pág. 80), fomentando a maior participação do homem nas actividades domésticas que até então eram um estereótipo do papel feminino na sociedade.

Na linha de Parsons, muitos foram os teóricos que seguiram as bases estruturo-funcionalistas da sua tese e elaboraram teorias sobre a família contemporânea, colmatando muitas das lacunas na análise funcionalista de Parsons. Dorothy Smith<sup>8</sup> ligada à corrente da sociologia feminista teve um papel importante na afirmação da importância da função produtiva da família, ou seja, a quantidade de serviços domésticos que a família produz, cuja mulher é a principal produtora, é extremamente importante para o equilíbrio societal. No entanto, muito deste trabalho doméstico feito pelas mulheres é oculto, já que é feito no interior da casa, direccionado apenas para os membros da família nuclear. Desta forma, é a partir da família, que se inicia o fenómeno da desigualdade entre géneros, já que o papel de maior relevo é atribuído ao indivíduo do género masculino, enquanto a mulher ocupa sempre na estrutura familiar um papel secundário.

Apesar de a autora apresentar dois modelos de família nas sociedades contemporâneas estritamente ligados ao sub-sistema global industrial: a família típica da classe operária e a

---

<sup>8</sup> Consultar: *The Everyday World as Problematic: A Feminist Sociology* (1987)

família tipicamente burguesa, em ambas a mulher ocupa sempre um papel mais apagado, ainda assim, não menos importante que o papel que o homem tem na família. Por um lado, temos a socialização das mulheres na classe operária no seio familiar, que dependem economicamente do marido e que tem para com este uma relação de subjugação, tal como o marido tem perante o seu chefe no local de trabalho, há uma espécie de reprodução das relações laborais. Na família burguesa apesar da dependência económica da mulher face ao marido, o que se salienta mais é o “subcontrato” feito pelos membros da família e especialmente pela mulher de forma a fazer a ostentação “...*permanente de bens simbólicos, características de um estilo de vida, de uma moda e de um consumo ostentatório.*” (Michel, pág. 91,1983)

Dorothy Smith (cit. in Michel. 1983) salienta ainda a alienação de que são alvos todos os membros da família, tanto as crianças, como os adultos, muito devido à influência de uma economia capitalista.

Todavia, esta teoria peca por não analisar as formas, pelas quais muitos dos indivíduos combatem a alienação ao capitalismo e a imposição de funções que nem sempre coincidem com os seus valores. Esta análise concentra-se apenas no contracto entre as famílias, tanto a operária, como a burguesa com a economia capitalista, de forma a manter o equilíbrio da última na sociedade. Neste pacto, as mulheres são sempre as mais prejudicadas, já que elas são “usadas” consoante as necessidades do panorama em que se vive, cedendo aos imperativos da produção demográfica.

Além das críticas anteriores, podemos ainda classificar esta teoria como conservadora, sendo contrária na sua estruturação aos ideias da igualdade de género proclamados nas constituições das sociedades industriais, já que “...*a família nuclear, descrita por Parsons assenta na diferenciação dos papéis dos pais e fornece às crianças que tem por função socializar um modelo de segregação baseado no sexo.*” (Michel, pág. 104, 1983).

Estatísticas recentes demonstram este mesmo cenário que descrevemos anteriormente, em que a mulher continua a ser o elemento na família que mais tempo despende em tarefas domésticas (em média 6-8 horas por dia), mesmo tendo acesso a todas as inovações tecnológicas (microondas, aspiradores, máquinas de lavar roupa, etc.) que foram introduzidas no espaço doméstico.

*“O trabalho familiar é simultaneamente necessário e repartido não só de forma desequilibrada, mas a priori.”* (Saraceno e Naldini, pág.245, 2003), ou seja, antes do casamento ou da união entre os conjugues as tarefas estão já previamente dispostas, tendo em conta o género dos elementos. Assim sendo, as mulheres, mesmo que exercendo um cargo profissional continuam a ser aquelas que se ocupam mais do cuidado com os filhos e com o lar. Em Portugal segundo um inquérito feito pelo INE à ocupação dos tempos livres em 1999, a média de tempo dispendida diariamente com trabalho doméstico é de uma hora e quarenta cinco minutos para os homens e de cinco horas para as mulheres.

A herança de Parsons continua a persistir até aos nossos dias, pois mesmo em famílias onde a mulher se encontra inserida no mercado de trabalho, as funções domésticas mais pesadas ainda continuam a seu cargo e estão quase sempre relacionadas com o género feminino. Um peso que vem apresentando uma tendência de diminuição, muitas vezes não por equilíbrio de divisão de trabalho doméstico entre géneros, mas simplesmente por uma opção das próprias mulheres em despendem menos do seu tempo em tarefas domésticas.

## **5. Um retrato do Género Feminino no Mundo Laboral**

A afirmação das mulheres no mercado de trabalho é bastante recente, e por detrás desta evolução encontram-se alguns factores que serviram de entrave, entre os quais a predominância do poder masculino em todos os sectores da vida pública e privada.

De acordo com os relatos históricos sabemos que as primeiras economias eram essencialmente auto subsistência e predominantemente agrárias, nas quais as mulheres ocupavam o papel de trabalhadoras domésticas centrando-se nas lides da casa e em cuidar dos filhos e outros parentes que vivessem na mesma casa.

Com o nascimento da era Industrial, a primeira vaga trouxe o desenvolvimento de manufacturas em maior escala e também uma absorção das mulheres no mercado de trabalho. Assim sendo, algumas das tarefas domésticas passaram a ser feitas no exterior. Com a segunda Revolução Industrial o movimento de feminização tornou-se ainda mais maciço e a exploração da mulher passou a fazer-se duplamente, em casa por parte do marido ou outros membros do género masculino da família ainda patriarcal e pelo chefe que explorava as suas trabalhadoras, na medida em que as más condições de trabalho e os contratos precários contribuíam para que o fosso entre homens e mulheres continuasse a existir e agora já com outro tipo de relevância.

Enquanto as mulheres estiveram restringidas ao seio da família e dos trabalhos domésticos, o problema da igualdade entre géneros não se punha tão veemente como quando saíram da esfera do privado e passaram para o público, trabalhando e frequentando os mesmos locais de lazer que os homens.

No século XX, nos anos 30 assiste-se a uma luta pela emancipação feminina que começa a dar alguns frutos com reivindicações de alguns direitos fundamentais, por exemplo o direito à educação, a igualdade de direitos laborais e de outros que acabaram por ser inseridos na legislação.

Entre os anos 40 e 70 assiste-se a uma passagem das mulheres dos sectores primário e secundário para o terciário, pois com o desenvolvimento do sector dos serviços foi necessário aumentar o número de mão-de-obra obtendo lucros, para tal feminizou-se este sector, contando com a flexibilização dos contratos e da entrada em vigor do regime de trabalho em part-time.

No entanto, as mulheres foram sempre as mais afectadas a nível profissional quando o mercado se mostrava mais fragilizado, por crises económicas internas ou externas e pelos mecanismos de dominação masculina continuarem a produzir os seus efeitos em vários sectores da actividade económica. Com a ajuda de legislações proibitivas para o acesso das mulheres a cargos superiores e a certas profissões, canalizavam-nas para o sector terciário onde predominavam os salários baixos e a quase ausência de mobilidade profissional.

Tal como Maria do Carmo Nunes<sup>9</sup> (1992) refere, mesmo na construção das políticas de igualdade existem sempre factores negativos que advêm de uma tradição de dominação masculina da sociedade, tal como a aceitação que as mulheres necessitam de um tratamento preferencial. Existem também riscos que devem ter-se neste processo de construção que podem pôr em causa instituições como a família e fenómenos demográficos tão importantes, como a natalidade, pois a incompatibilidade entre a vida familiar e a profissional aliada a baixos salários e dificuldades na aquisição de habitação, leva muitas mulheres a renunciarem a áreas fundamentais da vida, como por exemplo a maternidade. Ainda nesta linha de análise, devem-se ter em conta outros riscos de carácter mais profissional, como a subvalorização do trabalho das mulheres o que tem levado a que muitas apostem no percurso académico como forma de formalizarem os seus conhecimentos perante a sociedade e acederem a uma mobilidade social que sem o acesso à educação seria quase impossível, “...o aumento significativo nas percentagens de acesso das mulheres ao ensino médio e superior reflectem, também, a necessidade de um capital escolar que lhes permita mais fácil acesso a uma profissão e a mobilidade social para um melhor nível de vida.” (Ferreira, pág. 69, 2002). Além do percurso académico, muitas mulheres acabam também por adoptar padrões profissionais masculinos, como forma de serem reconhecidas pelo seu trabalho e deixam de parte a sua identidade feminina, que tal como a autora diz pode ser um complemento essencial para o funcionamento da empresa, ou instituição.

Em suma, o percurso da mulher no mercado de trabalho tem sido pautado por uma evolução lenta mas com alguns resultados positivos que ainda estão longe do objectivo das reivindicações dos movimentos feministas durante o século XX e XXI, no entanto, em Portugal, as conquistas que se alcançaram na área da igualdade de direitos laborais entre

---

<sup>9</sup> Nunes, Maria do Carmo (1992) – *Nova Configuração no Mundo do Trabalho*. Lisboa: IEFP



homens e mulheres devem-se mais a factores de ordem política, do que à luta das mulheres portuguesas, *“O seu acesso ilimitado à educação e a sua entrada em força no mercado de emprego, parecem ter sido mais consequência lógica da nova ordem política do que consciência de grandes lutas ou reivindicações por parte de quaisquer organizações de mulheres ou da sua consciência enquanto grupo...”* (Ferreira, pág. 99, 2002). Assim, partimos da hipótese de que **a participação do género feminino nas direcções das associações juvenis portuenses tem sofrido uma evolução positiva**, mesmo que esse movimento não tenha partido exclusivamente do esforço individual das mulheres como grupo, mas sim de um conjunto de factores sociais que lhe estão intrínsecos,

## **6. A posição das mulheres no mundo político**

**“...o acesso das mulheres aos direitos no contexto do Estado-Providência é balizada por normas e discursos que relegam a mulher em papéis delimitados por uma lógica de subordinação...” (Seidler, 1994 cit. in Santos 2003)**

A ideia baseada na diferença biológica entre homens e mulheres que se expande para a dimensão psicológica continua a persistir, apesar das evoluções que tem havido no campo da investigação nas ciências sociais e humanas. Desta forma, tal como no mercado de trabalho no mundo político, as diferenças entre géneros estão bem patentes, bastando para tal recorrer ao exemplo da lei da paridade em Portugal nº3/2006 de 21 de Agosto de 2006 que assegura a representação mínima de 33% de cada um dos sexos nas listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais. Esta lei, apesar de ser considerada uma mudança legal que à partida apresenta um carácter de positividade, tem no entanto encoberto alguns aspectos negativos, já que dissimula os mecanismos de desigualdade, ao “obrigar” a um mínimo de mulheres, para que as diferenças entre géneros não sejam tão flagrantes. Segundo estatísticas de 2002, as mulheres representavam 19,6% dos deputados, o que é ainda um valor muito baixo face às directivas que tem saído da administração da União Europeia. Para além do cenário apresentado acima, há ainda a necessidade de ter a presença feminina, como forma de aceitação do sistema de valores instituído, já que elas acabam por o legitimar aprovando as regras e normas do seu funcionamento.

Alguns movimentos de estudos feministas têm tentado perceber o impacto das mulheres no poder a utilidade destas para a mudança, tomando para tal duas posições, a primeira segundo Boaventura Sousa Santos, igualando a ideia que referimos anteriormente vê na participação das mulheres uma forma de ocultar a permanência das desigualdades e o movimento feminista mostra-se sem capacidade de se afirmar autonomamente.

A segunda posição prende-se com a masculinização do poder por parte das mulheres que acedem a cargos políticos. Gorman (cit. in Santos, 2003) reafirma a necessidade de se lutar contra esta tendência e fomentar as características inerentes às mulheres, como forma salutar de estarem no poder. A razão que está por detrás do fenómeno da masculinização do

poder deve-se à constante pressão a que as mulheres se encontram sujeitas no seio do mundo político para se igualem à prestação dos seus pares do género masculino e submeter-se às hierarquias internas.

No entanto, a entrada das mulheres na política, trouxe também algumas mudanças positivas e contribuiu para a redefinição do espaço político. Através da análise de três dimensões percebemos as mudanças que vão surgindo: a primeira dimensão encontra-se mais ligada ao lado da influência familiar, as mulheres acabam por levar algumas das características (obediência, submissão, etc.) da sua socialização na família para o seu trabalho político; a segunda dimensão tem haver com a compreensão dos direitos legais das mulheres e o impacto que estes têm na vida política, já que implicam por parte tanto de homens como mulheres a uma nova percepção do papel da mulher na política; finalmente a terceira dimensão, existe por parte da mulher uma predisposição para o trabalho social e para o diálogo, que de certa forma vem completar o “vazio” que existia na política, no que toca ao social.

Contudo, nos partidos a visão paternalista é permanente, e as mulheres que exercem funções políticas são tidas como o garante para a ordem e bem-estar “familiar” das organizações ou partidos políticos.

A desvantagem está sempre do lado das mulheres, porque o mundo político foi construído segundo os padrões masculinizados, para que os homens estejam sempre em maioria no poder e nas tomadas de decisões importantes. Assim sendo, grande parte das mulheres que entra na política concentram-se na faixa etária entre os trinta e cinco e os quarenta anos e são na sua maior parte viúvas, solteiras ou divorciadas, o que implica mais tempo disponível para se dedicarem na totalidade à política, o que de outra forma, seria mais problemático, pois muitas vezes são os próprios homens que optam por dificultar a entrada das mulheres na política, optando por “mecanismos de pressão”, como por exemplo reuniões em horários nocturnos e outros aspectos que se tornam por si só um obstáculo.

Depois do que vimos acerca da concentração do poder no género masculino, partimos da hipótese que, **O género define a distribuição hierárquica dos associados pelos cargos nos órgãos executivos das associações juvenis**, ou seja, os homens tendem sempre a ocupar os lugares de maior destaque na sociedade, apoiando-se algumas vezes em estratégias de desigualdade de géneros.

Estas diferenças entre géneros provêm da socialização e do *habitus*, que destina as funções do homem e da mulher. O homem é aquele que nasce com o poder e a mulher é aquela que é excluída dos círculos de poder. A opção de se modelar segundo os parâmetros do *habitus* cabe a cada um dos géneros, no caso das mulheres ao romperem com tudo o que lhes foi ensinado geram conflito. A gerência do conflito, se atinge proporções de maior ou menor escala, está também padronizada, por isso temos três grupos de mulheres: o primeiro grupo são as mulheres que se adaptam às regras e estrutura política conformando-se com a superioridade masculina; o segundo grupo apresenta um discurso profundamente masculinizado e consideram as relações sociais de género já resolvidas *a priori*. As mulheres que pertencem a esta última tipologia são respeitadas pelos seus pares masculinos, no entanto, essa mesma faceta masculina leva-as a serem excluídas (face à condição feminina), por não respeitarem o estereótipo que a sociedade tem do género feminino (obediência, trabalho doméstico, generosidade, etc.).

Por fim, o terceiro grupo de mulheres são aquelas que se revoltam em relação às estratégias de dominação e procuram novas formas e espaços de afirmação, este grupo tem vindo a adquirir mais peso, já que através de organizações não governamentais e de partidos políticos mais à margem das grandes massas políticas conseguem impor a sua forma de ser e ver o seu trabalho aprovado.

## **Capítulo IV – Da Teoria à Empiria**

## 1. Caracterização do Objecto de Estudo

Numa primeira etapa do nosso trabalho de investigação sobre o associativismo juvenil, já tínhamos definido o objecto de estudo que seriam as **jovens dirigentes do género feminino das Associações Juvenis do Distrito do Porto**, mais propriamente daquelas associações juvenis que se encontram registadas no RNAJ (Registo Nacional de Associações Juvenis) gerenciado pelo IPJ (Instituto Português da Juventude).

A escolha e a formação do nosso objecto de investigação tiveram em conta algumas considerações tais como: a preocupação de desenvolver um estudo em locais nos quais nos fosse possível aceder aos órgãos da direcção com facilidade (o concelho do Porto pela sua localização geográfica) e ao mesmo tempo a preocupação com a ligação profissional que temos vindo a criar, de forma a evitar enviesamentos e garantir alguma imparcialidade da nossa parte.

A escolha da amostra procurou ser a mais representativa possível da realidade associativa juvenil no Porto, ou seja, tentamos abarcar associações que fossem expressivas dos vários ramos que o associativismo juvenil contempla na actualidade e que tivessem um órgão executivo misto.

O IPJ como instituição governamental e com instrumentos próprios como o RNAJ e o PAJ (Política de Apoio à Juventude) para apoio às associações mostrou ser a organização mais credível para recolhermos dados sobre as associações portuenses. No caso das associações juvenis do Porto, que serão abrangidas pelo nosso estudo, estas são urbanas e distribuem-se equitativamente pela cidade. Ao observarmos o tipo de associações que eram, concluímos que existia uma divisão, sendo que na parte do centro da cidade existem associações juvenis de cariz mais cultural e ligadas às artes (música, teatro, dança, etc.). Já na parte do vale de Campanhã existem associações mais desportivas e recreativas e na zona adjacente ao campus universitário do Hospital de S. João evidenciam-se associações ligadas ao mundo académico. Esta divisão dentro da própria cidade pode dever-se às características inerentes a cada uma das zonas geográficas: oriental e ocidental.

Desta forma, para proceder à análise da informação recolhida seguimos a informação existente sobre esta divisão da cidade do Porto no INE (Instituto Nacional de Estatística): em

primeiro lugar existe a zona do Porto Oriental (Campanhã, Bonfim, Paranhos, Vitória, Sé, Santo Ildefonso, São Nicolau, Miragaia) e em segundo a zona do Porto Ocidental (Aldoar, Ramalde, Lordelo do Ouro, Foz do Douro, Nevogilde, Massarelos, Cedofeita). A justificação prende-se com factores geográficos, económicos e sociais, ou seja, Porto Oriental tem 139.283 habitantes e uma área total de 20,62 Km<sup>2</sup>, onde predominam as pequenas e micro empresas dos serviços, maioritariamente de cariz familiar, ligadas ao pequeno comércio/ restauração. Já o Porto Ocidental caracteriza-se por ter uma população residente de 123.885 e uma área total de 21,04 Km<sup>2</sup>. Nesta zona complementam-se diferentes dinâmicas económicas e sociais, tais como hotéis, escritórios, restaurantes, centros comerciais, parques naturais, complexos desportivos, salas de espectáculo, que reúnem e oferecem um elevado número de serviços, o que fortalece o seu carácter cosmopolita, pelas diversas freguesias. Para além disso, é caracterizada pela presença de empresas e várias escolas, o que lhe confere um estatuto de área virada para o futuro assente na modernidade e na qualidade de vida dos que nela residem, trabalham e visitam.

Assim sendo, a descrição da localização e áreas temáticas das associações juvenis portuenses apoia-se na descrição que apresentamos de cada uma das partes da cidade. Por um lado no centro da cidade encontramos mais estudantes das universidades, com outro tipo de qualificações e interesses e que como são muitas vezes provenientes de outras regiões do distrito do Porto concentram-se no centro da cidade, por existirem mais meios de transporte, proximidade com equipamentos culturais, etc (**NECTAR – Núcleo de Estudantes e Tecnologias do Ambiente, TIC TAC – Teatro Amador de Ciências, Coral do Instituto de Biomédicas Abel Salazar, Associação Juvenil Mundo a Sorrir, Associação Mais Aurélia**).

A existência da Reitoria da Universidade do Porto também ela no centro da cidade faz com que associações como o **Orfeão (OUP)**, o **Jornal (JUP)** e o **Teatro Universitário do Porto** que são financiadas pela mesma estejam mais próximas da sua sede.

No vale de Campanhã e na zona Oriental encontramos uma população com graves problemas sociais e económicos, devido aos grandes aglomerados de habitações sociais, como o bairro do Cerco, Lagarteiro entre outros com necessidades diferentes e como tal as associações juvenis existentes nessa zona da cidade preocupam-se com questões como ocupação de tempos livres das crianças e jovens, dos idosos, como exemplo temos a **CAOS** –

**Coragem Acima de Outras Situações e o MOCAMFE – Movimento de Organização de Campos de Férias).**

Ainda na parte oriental da cidade encontramos o campus do Hospital de São João, que apesar de apresentar menos associações académicas, tem um núcleo associativo importante e diversificado.

Reparamos que muitas das associações juvenis transformaram-se também em empresas, o que vem no seguimento da ideia de que está em curso um processo de mutação nas associações e que estas têm vindo a seguir a lógica dos novos movimentos sociais e também do Terceiro Sector (**JUNIFEUP – Associação Júnior da Faculdade de Engenharia da universidade do Porto, Grupo Local Best Porto, FEP Júnior Consulting**). Essencialmente, são associações que funcionam como um mercado de trabalho alternativo, para jovens em começo de carreira, ou para profissões que são mais precárias, como a de actores e músicos (**Ensemble Vocal Pro Musica**).

De salientar, que a parte mais ocidental da cidade é aquela onde existe o menor registo de associações juvenis em funcionamento, apenas (**Interartes, Rampa Clube**), isso poderá dever-se a que esta zona sirva um pouco como dormitório da cidade.



## 2. Corpus da Investigação

Guiando-nos pelo mapa de etapas da investigação sociológica de Quivy e Campenhoudt (1998), essencial para a condução do nosso trabalho de investigação. Depois da primeira etapa, em que formulamos a pergunta de partida, com os cuidados a ter em conta (clareza, exequibilidade e pertinência), a segunda etapa levou-nos para a fase exploratória.

Esta segunda fase teve como contexto a pesquisa bibliográfica de textos, documentos e livros que estivessem relacionados com a nossa temática, a igualdade de género nas direcções das associações juvenis, é no fundo a aceitação da ideia defendida por Ferreira de Almeida e Augusto Santos Silva do comando da teoria numa investigação. (Pinto e Silva: 1986). No entanto, Quivy e Campenhoudt alertam para o que denominam de gula livresca, que “*consiste em «encher a cabeça» com uma grande quantidade de livros, artigos ou dados numéricos, esperando encontrar aí, ao virar de um parágrafo ou de uma curva, a luz que permitirá enfim precisar, correctamente e de forma satisfatória, o objectivo e o tema do trabalho que se deseja efectuar*”(Quivy e Campenhoudt, pág. 21, 1998).

Assim, para além da comparação de informações entre as diversas referências bibliográficas, optamos por nos prepararmos para o trabalho de campo futuro, fazendo uma abordagem exploratória do campo de observação. Com uma situação profissional privilegiada, já que trabalhávamos directamente com o objecto de estudo, facilmente conseguimos compreender as dinâmicas do mundo associativo. Através da frequência de mostras associativas, uma delas realizada no Norte de Portugal e centrada exclusivamente nas actividades desenvolvidas pelas Associações juvenis da região Norte da Península Ibérica, conseguimos observar o nosso objecto de estudo em acção, os dirigentes associativos.

A recolha de dados estatísticos sobre a realidade associativa juvenil nacional a nível profissional, também mostrou ser uma mais-valia, já que fomos construindo um quadro conceptual de quais os aspectos a ter em conta para uma melhor abordagem da temática, indicadores como a faixa etária, a classe social, as habilitações literárias.

Todavia, a pesquisa bibliográfica nunca foi descurada ao longo da análise, pois ao longo do trabalho, fomos postos em frente a novos desafios e até novas perspectivas. No desenrolar do trabalho de campo, muitas vezes deparamo-nos com novas questões que inicialmente não estavam contempladas. Por isso, a pesquisa bibliográfica é um processo que,

apesar de ser de enorme importância essencialmente numa primeira fase da investigação, é um procedimento contínuo ao longo de toda a investigação.

A terceira etapa “a problemática” (Quivy e Campenhoudt, pág. 278, 1998) levou-nos à construção da problemática, obrigando-nos a uma paragem para um balanço das problemáticas possíveis. É nesta fase, que surgem os primeiros problemas práticos da investigação, já que até então, apenas tínhamo-nos centrado em aspectos mais teóricos da pesquisa. A ideia inicial de desenhar o perfil do dirigente associativo juvenil, tendo em conta vários indicadores foi redefinida para a exploração apenas desses indicadores nas dirigentes do género feminino, de forma a focarmos e obtermos mais informações sobre a actividade das mesmas no seio das associações e em que medida percepcionavam o seu papel e o do género feminino nos cargos de poder.

Na quarta etapa, “a construção do modelo de análise” (Quivy e Campenhoudt, 1998), definimos as hipóteses que seriam orientadoras da pesquisa e os conceitos, tentando seguir uma linha de análise precisa, em que cada hipótese fosse um fio condutor. Ainda dentro da mesma etapa definimos os conceitos para a investigação concentravam-se na área da juventude: **jovens, associativismo juvenil, novos movimentos sociais, género, classe social de origem**, aliando-os a alguns indicadores, como a faixa etária e as habilitações literárias.

Contudo, existiu sempre o cuidado de não nos apoiarmos totalmente nas hipóteses, elas funcionam como referimos acima como um fio condutor, mas não são elas que conduzem o prosseguimento da investigação, que algumas vezes tem de ser redefinido. Tal como Machado Pais refere: “(...)o nosso quadro teórico-analítico não tenha sido escravo de nenhuma hipótese sacra que nos centralizasse esforços no sentido de a confirmar ou refutar. Não tomamos nenhuma grande hipótese de partida, mas fomos trabalhando várias pequenas hipóteses de investigação ao longo do processo de pesquisa, de acordo com as situações e traços de vida que íamos descobrindo (...)” (Pais, pág. 13, 2000)

Uma das riquezas e das virtualidades das investigações em ciências sociais é precisamente esta, a possibilidade de, com evoluir da investigação, confrontar-se com novas perspectivas e novos reptos surgidos precisamente a partir do objecto de estudo e da investigação em si mesma. Para tal, o trabalho de campo é um complemento essencial da teoria, exercendo uma função activa na pesquisa, já que muitas vezes a prática contempla vertentes que podem escapar nas leituras temáticas.

Assim, a quarta etapa A “Observação” (Quivy e Campenhout, 1998) é a aquela onde o trabalho é maior, já que para além da escolha da metodologia mais adequada à investigação, é necessário ter sempre em linha de conta os resultados que se quer obter sobre o objecto de estudo.

Tendo em conta que a nossa investigação visava essencialmente entender de uma forma mais generalizada aspectos ligados ao perfil e às percepções sobre o trabalho do género feminino nas direcções das associações juvenis, optamos pelo método quantitativo. O objectivo da investigação quantitativa é desenvolver e aplicar modelos matemáticos, teorias e hipóteses, para a realização deste estudo foi utilizado o método estatístico e para análise dos dados recolhidos recorremos a uma base informática de análise de dados, o SPSS, permitindo estabelecer conexões entre eles.

Anterior a este passo de escolha e concepção do instrumento de observação, existiu o processo de delimitação do campo de observação, onde seria posteriormente testado o método de investigação. Devido à escassez de recursos humanos e materiais para um trabalho numa dimensão mais alargada, como era ideia inicial trabalhar a nível distrital, tivemos de nos cingir a uma dimensão mais reduzida do campo onde operavam as associações juvenis, optando apenas pela análise daquelas que estavam localizadas no concelho do Porto.

Por fim, o último passo desta quarta etapa foi a aplicação do questionário em campo, de forma a recolher as informações necessárias sobre o nosso objecto de estudo. Para colmatar algumas lacunas que eventualmente poderiam existir na análise do objecto de estudo, decidimos aliar uma técnica de pendor mais qualitativo, a observação directa. Esta poderia trazer algo positivo, no sentido de dar uma imagem um pouco mais subjectiva e pessoal daquilo que o investigador vê e sente no decorrer do trabalho de campo. Assim, de seguida, esclareceremos mais pormenorizadamente em que consistem cada uma das técnicas utilizadas, justificando a sua escolha. Após esta explicação, passaremos a algumas considerações e reflexões acerca da aplicação das técnicas: dificuldades, facilidades, sentimentos, tendo em conta, tudo o que de relevante se passou ao longo deste ano de investigação.

### **3. Inquérito por Questionário**

Atendendo aos objectivos deste trabalho de investigação o método que se nos afigurou como o mais adequado foi o método de pesquisa quantitativa, pois este permite aferir opiniões, relações de sociabilidade, hábitos e atitudes através de uma amostra representativa da população, de forma estatisticamente comprovada. O objectivo da investigação quantitativa é desenvolver e aplicar modelos matemáticos, teorias e hipóteses, para a realização deste estudo foi utilizado o método estatístico recorrendo a uma base informática de análise de dados, o SPSS, permitindo estabelecer conexões entre eles.

A técnica quantitativa de recolha de informação foi o inquérito por questionário, administrado aos elementos do género feminino pertencentes ao órgão executivo. Assim sendo, a base do inquérito por questionário são as questões estruturadas e padronizadas, com vista a reduzir possíveis enviesamentos da informação e do entendimento das questões por parte dos inquiridos. Esta técnica permite assegurar a confiança, generalidade e validade da informação.

Inicialmente o inquérito começou por ser um instrumento político utilizado para controlar a população, denominado de censos populacionais, já na época do império romano existia para servir esses objectivos. No final do século XIX, surgiu com o nome de “Inquéritos Sociais” na Europa (Pinto e Silva, pág.166, 2005), estes serviam para descrever as camadas populacionais mais desfavorecidas e as condições sociais e económicas em que viviam. Com os resultados obtidos podiam pedir reformas sociais e económicas com base em informações mais fidedignas.

Finalmente, nos Estados Unidos da América, nas primeiras décadas do século XX, com o nome de Inquéritos de Atitudes e Opiniões, as ciências sociais começam a enquadrar esta técnica de recolha quantitativa de dados, para estudar as opções populacionais e as suas atitudes face a vários temas da vida social quotidiana. A adopção desta técnica de recolha de dados, o Inquérito por questionário ficou a dever-se principalmente à perda de prestígio dos métodos de recolha de dados qualitativos introduzidos nas ciências sociais pela Escola de Chicago. Com o acentuar da crise económica na Europa e nos Estados Unidos nos anos 30, as ciências sociais e o Estado associam-se e o inquérito por questionário passa a ser um

instrumento fundamental para a recolha de dados sobre a população e as suas condições de vida, de forma a administrar mais facilmente o sistema do Welfare State.

Até aos dias de hoje, o inquérito por questionário tem sido a principal ferramenta de investigação sociológica, devido ao seu carácter extremamente preciso e objectivo.

Neste estudo de investigação optamos inicialmente pelo questionário de “administração directa”, onde é o próprio inquiridor que o preenche. Esta opção prende-se com a necessidade não existirem enviesamentos, ou más interpretações das questões e do sistema de respostas muitas vezes fechado que os questionários apresentam. Assim sendo, para obter respostas o mais precisas possível, optamos por este método de aplicação de questionário.

Todavia, com o prosseguimento da investigação e da aplicação dos questionário, vimo-nos obrigados a seguir as duas vertentes de administração dos inquéritos, tanto a “directa”, quando visitávamos as associações, e os questionários eram preenchidos *in loco*, ou no caso dos contactos telefónicos estabelecidos para tal efeito. Como a via “indirecta”, através do envio do questionário por e-mail para as dirigentes associativas, sendo que por este meio eram as próprias inquiridas que tinham de compreender as questões apresentadas.

A escolha deste método deveu-se também a um já longo conhecimento da realidade estudada, o associativismo juvenil, tanto a nível profissional, em outros trabalhos de investigação sociológica, como a nível pessoal, pertencendo ao número de jovens portuenses que são associados de uma associação juvenil. De forma, a obter uma imagem mais concreta sobre o número de jovens do género feminino nos órgãos executivos das associações juvenis portuenses e as suas percepções sobre a ocupação de cargos de poder dentro das associações pelo género feminino a um nível mais geral, o inquérito por questionário mostrou a ser técnica mais eficaz para tal efeito. Num universo de 35 associações juvenis portuenses inscritas no RNAJ em 2008, a nossa amostra foi a população total de jovens do género feminino com cargos em associações que tivessem direcções mistas, ou seja, membros do género feminino e masculino.

Contudo, apenas 28 das 35 associações juvenis possuíam direcções mistas, sendo que o número reduziu para 15, já que grande parte delas encontravam-se encerradas, ou por falta de associados e recursos económicos, ou por indisponibilidade da Direcção em prosseguir com os projectos. A opção de escolha das associações juvenis portuenses prendeu-se com o pequeno

número de associações na cidade e que por essa mesma razão faz com que o número de pessoas no órgão executivo seja fácil de abordar, sem elevados custos financeiros ou de tempo. Poderíamos ter optado por a entrevista semi-estruturada, mas o pretendido é construir um perfil mais amplo das percepções sobre a ocupação de cargos no órgão executivo, isto é um órgão com poder político e uma grande visibilidade social, por parte do género feminino. O recurso a técnicas qualitativas, não nos iriam permitir uma análise objectiva da população em estudo, mas apenas percepções individuais.

Relativamente, à aplicação dos questionários, a totalidade destes foi aplicada pelo próprio inquiridor e investigador, ou seja, não houve recurso ao trabalho de inquiridores exteriores ao projecto de investigação. Ao fazermos a aplicação directa dos questionários, controlamos mais a condução do inquérito, fazendo coincidir as respostas dos inquiridos com as categorias sociológicas e estatística que pretendemos analisar. Ainda no decorrer da análise e tratamento dos dados estatísticos recolhidos, a mesma e única pessoa do investigador trabalhou sozinho nos mesmos, o que poderá ser uma vantagem, já que como Augusto Santos Silva alertava *“O elevado número de inquéritos feito obriga o(s) investigador (es) a recorrer ao trabalho de inquiridores (...). Efectivamente, desde o momento em que o inquiridor enuncia a pergunta e anota a resposta (...), até ao momento em que o cientista se depara com um conjunto de distribuições estatísticas, (...) desenrola-se um sem número de operações, sendo certo que se vai “perdendo” informação e, mais grave ainda, “acrescentando outra” ao longo de cada uma delas.”* (Santos e Silva, pág.171, 2005).

No decorrer do processo de construção dos questionários, tivemos em conta aspectos, como a formulação das perguntas, já que estas são o mecanismo mais importante neste método de recolha de dados, pois é através delas, segundo Augusto Santos Silva que se obtêm respostas que descrevem e avaliam uma certa realidade. Uma grande parte das questões colocadas é fechada, ou seja, pré-categorizada, de forma a evitar o mais possível a influência do senso comum nas respostas dadas pelo inquirido. Durante a elaboração do formulário para o questionário, tivemos sempre presente as características da população à qual iríamos aplicar o inquérito posteriormente. A população alvo, como já referimos em pontos anteriores, era constituída exclusivamente por elementos do género feminino pertencentes a órgãos executivos de associações juvenis portuenses inscritas no RNAJ, e com idades compreendidas

maioritariamente entre os 15 e os 35 anos, cujo nível de habilitações escolar esperado seria médio/superior.

Contudo, estivemos sempre cientes que esta técnica não tem só vantagens, apresenta também limitações, que tivemos sempre cuidado de evitar. Assinalamos desde já uma, que é incontornável: *“a individualização dos entrevistados, que são considerados independentemente das suas redes de relações sociais”* (Quivy, 1998, pág.190), isto é, os inquiridos acabam sempre por centrar-se apenas nas percepções individuais de cada um dos inquiridos sem compreender o meio onde estes estão inseridos. Daí a necessidade de colmatar esta limitação com a pesquisa e observação directa no terreno.

Outra das limitações pode ser a “superficialidade das respostas...” “Quivy, 1998, pág. 189), que por si só não deixam compreender a evolução do fenómeno a ser estudado. Finalmente, tivemos sempre em conta que as principais dificuldades provêm tal como Quivy referia dos próprios entrevistados, já que estes muitas vezes evitam responder aos questionários, por falta de motivação, ou simplesmente porque se sentem constrangidos perante questões que podem invadir um pouco o seu espaço pessoal.

#### 4. Observação Directa

*“Observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos. Participa, duma maneira ou doutra no quotidiano desses contextos e dessas pessoas.”. (Pinto, Silva, 1998, p. 132)*

Uma investigação qualitativa não está completa se for utilizada apenas uma técnica de recolha de dados, pois isso faria com que as informações que retirássemos do campo em análise, o associativismo, fossem distorcidas, e apenas focadas nos pontos de vista dos nossos entrevistados, por isso aliamos à entrevista semi-directiva a observação directa, que teve como objectivo, segundo o que Lessard (1990) diria, ajudar-nos como investigadoras sociais a compreender a realidade social que nos rodeia e retirar o máximo de dados que pudéssemos sobre as opiniões, expectativas e acções do objecto estudado.

Contudo, no decorrer da nossa investigação, não pudemos adoptar o papel de observador participante activo, pois o tempo era escasso, e a primazia das informações que retiramos foram das visitas às instalações das associações e das conversas com membros dos órgãos executivos das mesmas. Assim, optamos por uma postura de observadoras mais discretas e passivas e consequentemente menos activas, pois apenas observávamos os espaços onde as actividades das associações decorriam.

O conhecimento profissional do campo de trabalho ajudou também a estruturar a imagem das associações e a entender mais rapidamente a organização das direcções e as suas peculiaridades.

Notamos no decorrer do nosso trabalho de investigação que as nossas visitas às associações não se revestiram de um carácter de novidade, já que os próprios associados já nos reconheciam, tanto de investigações anteriores, como da lógica de profissional no mundo associativo.



No entanto, como já referimos anteriormente, de forma a evitar enviesamentos de informações no nosso trabalho nunca adoptamos uma postura de participantes activas, pois estudamos muitas associações, com muitas realidades diferentes. Um trabalho de participação directa tornava-se impossível, já que nesta fase devido à visibilidade do papel de sociólogas que ocupamos na Federação Nacional de Associações Juvenis (FNAJ) rapidamente seríamos reconhecidas.

Ainda dentro deste novo ambiente de recepção por parte dos membros das associações que visitamos, notamos que depois de nos receberem, muitas das vezes focavam a conversa apenas nas críticas que tinham a fazer contra o governo actual, contra as instituições governamentais que os financiavam e outro tipo de críticas, sempre numa vertente negativa. Rapidamente alertávamo-los para a nossa visita naquele momento ser apenas como investigadoras e não como profissionais que detêm soluções práticas. Como tal, as explicações eram sempre necessárias.

Optamos por ir de encontro ao que Lester e Goyette defendiam, ou seja, *“Na sua forma activa, o observador deve registar os seus dados após o período de observação, ao passo que numa forma mais passiva, os pode registar durante esse período.”* (1990, pág. 156) Assim, o observador deve registar os seus dados de uma forma mais passiva, não os deve registar durante o período de observação. (depois dos acontecimentos escrevíamos o que tínhamos observado e sentido nesses instantes, numa espécie de “diário de bordo”, um estilo mais compreensivo, que nos permitia descrever e, ao mesmo tempo, interpretar tudo o que víamos).

Além da observação directa destes acontecimentos na vida das associações também adoptávamos uma postura de observadoras durante o decorrer das visitas, observando cuidadosamente os espaços e os associados

Acima de tudo o que se procurou foi não reduzir esta observação a uma observação ingénua, uma vez que o nosso olhar esteve direccionado para diferentes categorias de comportamentos a observar, estudando as correlações entre estes comportamentos e outras variáveis destacadas pelas hipóteses.

## **5. Percepções pessoais – o curso da investigação**

O percurso da presente investigação não terá sido um dos mais fáceis, no decorrer de um ano de trabalho, em que o percurso profissional e o académico se inter cruzaram bastantes vezes trazendo tanto benefícios como obstáculos. No final com a persistência que cabe a um profissional de sociologia os aspectos mais negativos foram superados e os resultados trouxeram uma visão renovada sobre o que é hoje em dia a dirigente associativa feminina portuense.

A fase inicial foi bastante conturbada, já que a escolha do tema tinha de ser feita de forma rápida e a investigação tinha de ser organizada para um ano. Como a nossa área profissional centrava-se na área do associativismo juvenil e estava já a decorrer um estudo de investigação organizado por nós nesse mesmo âmbito, resolvemos aliar também o trabalho académico a essa mesma área.

Depois de redigido o projecto inicial, em que se tinha como objectivo obter um panorama geral sobre os dirigentes associativos e a igualdade de género das associações no distrito do Porto, através da aplicação de um inquérito por questionários às associações juvenis RNAJ (Registo Nacional de Associações juvenis), surgiu o primeiro problema. Devido a compromissos profissionais tivemos de interromper a investigação por alguns meses, já que impôs-se uma estadia prolongada em Lisboa.

Com o término da estadia em Lisboa, a investigação foi de novo relançada, mas o tempo já não era o inicial e como viemos a ponderar mais à frente os recursos materiais e humanos eram escassos o que tornaria o trabalho de campo e da aplicação dos inquéritos por questionário ainda mais complexo. Em conversa, com o orientador percebemos que existiria a hipótese de continuar com a ideia inicial do projecto se conseguíssemos recolher alguns dos dados que tinham sido levantados no IPJ Delegação Central de Lisboa relativos ao associativismo juvenil no ano de 2006 e cruzá-los com mais algumas variáveis elaboradas para a tese de investigação actual, apenas ligadas ao distrito do Porto.

Contudo, a resposta foi negativa por parte do IPJ, já que os dados teriam de se manter em sigilo até à data da publicação do estudo a nível nacional, que estava a ser realizado para

esse efeito. Com esse grande obstáculo que se interpôs, tivemos mesmo de abandonar a ideia de elaborar o estudo a nível distrital e tivemos de o reduzir à escala da concelhia.

Para facilitar o trabalho da construção da amostra seguimos o painel oficial das associações juvenis RNAJ, que nos levou a fazer uma triagem daquelas associações juvenis que trabalhavam apenas com membros do género masculino, e aquelas que trabalhavam só com o feminino. Para que houvesse uma amostra que fosse a representação correcta do peso tanto do género feminino, como o masculino na Direcção, escolhemos apenas aquelas que tinham direcções mistas.

A segunda fase do trabalho levou-nos ao contacto com as associações juvenis e o espaço físico onde estavam localizadas. Para facilitar este trabalho de aplicação dos questionários, também criamos em suporte digital o questionário e através do acesso às informações contidas na candidatura ao RNAJ, enviamos para os e-mails de contacto os questionários, informando que só deveriam responder aos mesmos, os dirigentes do género feminino.

Esta opção de escolher apenas o género feminino para responder aos questionários foi pensada para que tivéssemos uma clara definição da visão de que as dirigentes têm de si próprias dentro da associação e das suas colegas de trabalho. Se são também elas que perpetuam as desigualdades, ou se por outro lado encaram a igualdade de género como positiva e necessária nas associações juvenis, para além de nos fornecerem outros dados complementares sobre o funcionamento da associação.

Com o decorrer do tempo e da entrada em cena no campo, fomos nos apercebendo que a única forma de obter todas as respostas necessárias aos inquéritos seria ir de porta em porta deixar ou aplicar na hora os mesmos.

Muitas vezes chegamos «a bater com o nariz na porta», já que uma grande parte das associações que supúnhamos estarem activas não o estavam, ou tinham fechado as portas e mudado para um outro concelho, ou o mais frequente tinham mesmo encerrado actividade, por falta de associados e por falta de disponibilidade dos poucos que existiam. Outras vezes, percorremos a cidade do Porto de lés a lés e não encontrávamos as ruas, ou as ruas existiam, mas não existiam os números da porta indicados no registo documental do RNAJ. A desilusão e o cansaço estavam sempre à espreita, e o final do dia já não era para alguns casos a melhor

hora para se procurar encontrar alguém na associação. Este último exemplo aconteceu em várias visitas às associações que tinham as suas sedes dentro das faculdades.

Ainda houve alturas, que os próprios dirigentes não nos facilitaram o processo de investigação, ou relegando sempre para o último momento o preenchimento do inquérito, ou mentindo sobre a sua disponibilidade.

Face a esta situação, para além de irmos porta a porta, resolvemos também fazer os inquéritos por telefone, acedendo aos vários contactos através do número inicial registado no RNAJ, como sendo o responsável pela associação. Assim, quase como um efeito bola de neve fomos conseguindo preencher os questionários e obter a informação necessária. No entanto, existiram casos em que a ausência do país por um longo espaço de tempo por parte das dirigentes (ERASMUS) impossibilitou mesmo o contacto.

No entanto, existiram também momentos positivos, em que conhecemos dinâmicas associativas interessantes, como no caso do Orfeão Universitário do Porto que no momento da entrega dos questionários encontrava-se a organizar o XXII FITU e onde podemos observar a actividade dos membros da direcção mais de perto. As visitas às associações tornaram-se bastante produtivas, pois travámos conhecimento com as reais dificuldades de manter uma associação em funcionamento, muitas vezes apenas com a participação dos membros da direcção. Visitamos as instalações das mesmas, e descobrimos novas parcerias entre as associações e entidades oficiais, como o caso da Associação Mundo a Sorrir e a Camara Municipal do Porto que demonstram que nem todas as associações estão com a sua actividade estanque, ou correm o risco de fechar.

O tema de investigação a igualdade de género também proporcionou alguma curiosidade por parte dos inquiridos e a ajuda dos mesmos em falar com todos os colegas de trabalho de modo a que todos preenchessem.

O saldo final afigurou-se-nos positivo, apesar dos problemas e dificuldades que fomos encontrando, acabando por cumprir com os objectivos propostos. Também é nas dificuldades e nas adversidades, que vão sendo progressivamente ultrapassadas, que as qualidades e capacidades de investigador acabam por ser desenvolvidas.

**Capítulo V – Análise dos Dados – A construção do  
Real**

## 1. O perfil da Dirigente Associativa

O nosso objecto de estudo passou por ser em primeiro os dirigentes associativos juvenis na sua totalidade, mas cedo entendemos que o estudo tornar-se-ia muito mais aprofundado se apenas questionássemos os membros do género feminino existentes nas direcções das associações juvenis e as suas percepções sobre a igualdade de género. O que pretendíamos era obter a visão das próprias mulheres sobre esta questão, e através das suas percepções entender um pouco melhor as suas trajectórias e o que as levou a optar pela ocupação de um cargo de poder numa associação juvenil.

Para iniciarmos a análise dos dados obtidos nos 34 inquéritos aplicados, devemos expor alguns dos traços gerais semelhantes às inquiridas.

Um dos primeiros factores identificativos é o estado civil, 91% das inquiridas são solteiras, uma maioria avassaladora, que demonstra que a ocupação de um cargo de poder pode não coincidir com a vida matrimonial, onde os compromissos com os filhos, as tarefas domésticas e outras podem diminuir a disponibilidade para outro tipo de ocupações. A vida de solteira coaduna-se mais com a ocupação de um cargo de maior responsabilidade e poder na associação, já que não existem compromissos familiares inerentes e a disponibilidade é maior.

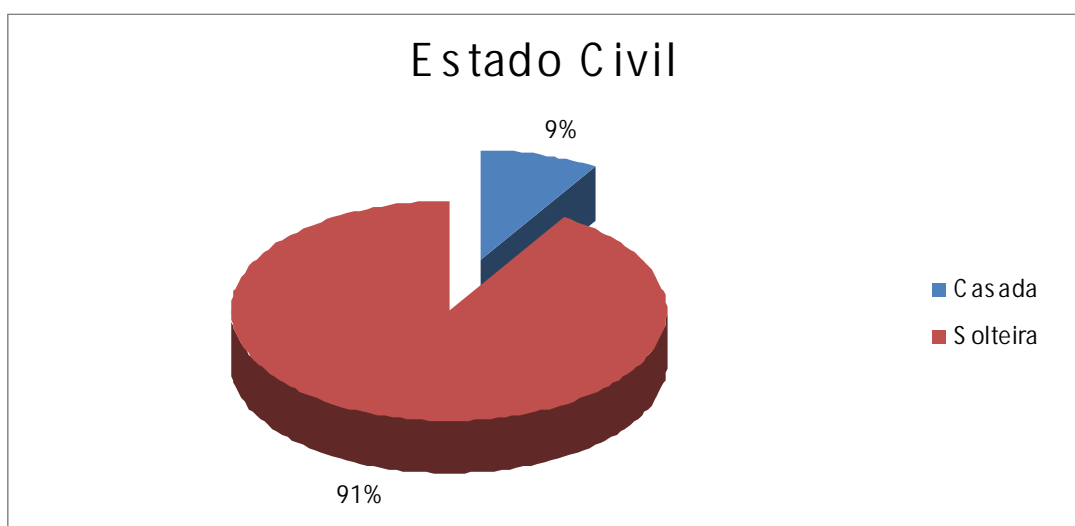
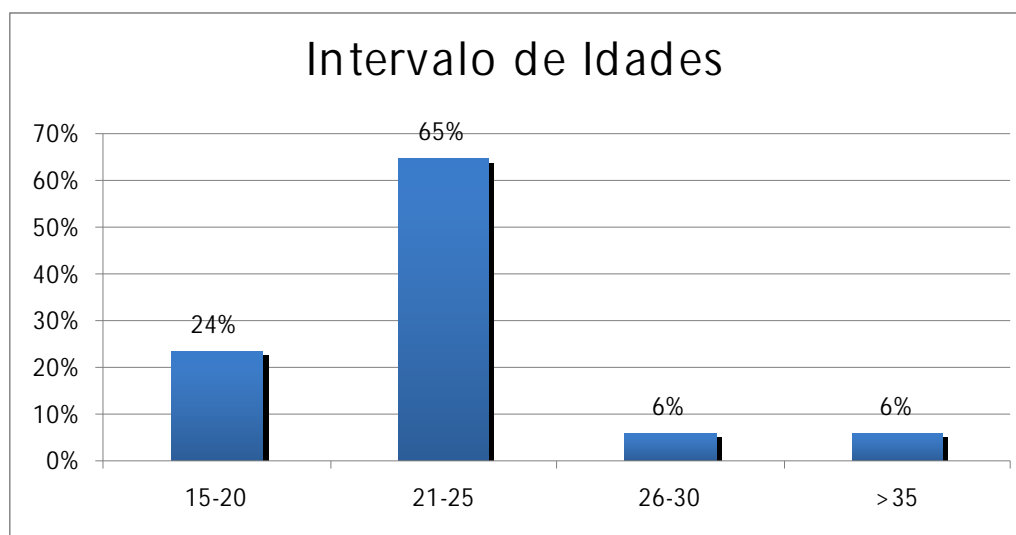


Gráfico nº 1 – Estado Civil das Dirigentes Associativas

A idade é outro dos factores identificativos e também comum entre a grande parte das inquiridas, 65% das inquiridas têm entre os 21 e os 25 anos e em média 23 anos (ver quadro nº 1 em anexo II), as faixas etárias dos 26 aos 30 anos e maiores de 35 correspondentes às associadas mais velhas apresentam apenas 6%. Estes dados vêm demonstrar que as mulheres que ocupam cargos de poder nas direcções das associações juvenis são maioritariamente jovens, o que pode estar ligado ao facto de muitas das associações juvenis portuguesas serem académicas e como tal apenas podem exercer cargos nas direcções destas associações, aqueles membros que ainda estudam. Ainda outra razão que pode ser apontada para a explicação desta mesma situação seriam as novas disposições da nova lei do associativismo juvenil de 2006 e consequentemente do código RNAJ (Registo Nacional de Associações Juvenis), que vieram estabelecer limites mínimos percentuais de 75% de jovens nas direcções das associações juvenis, o que até então não tinha existido.



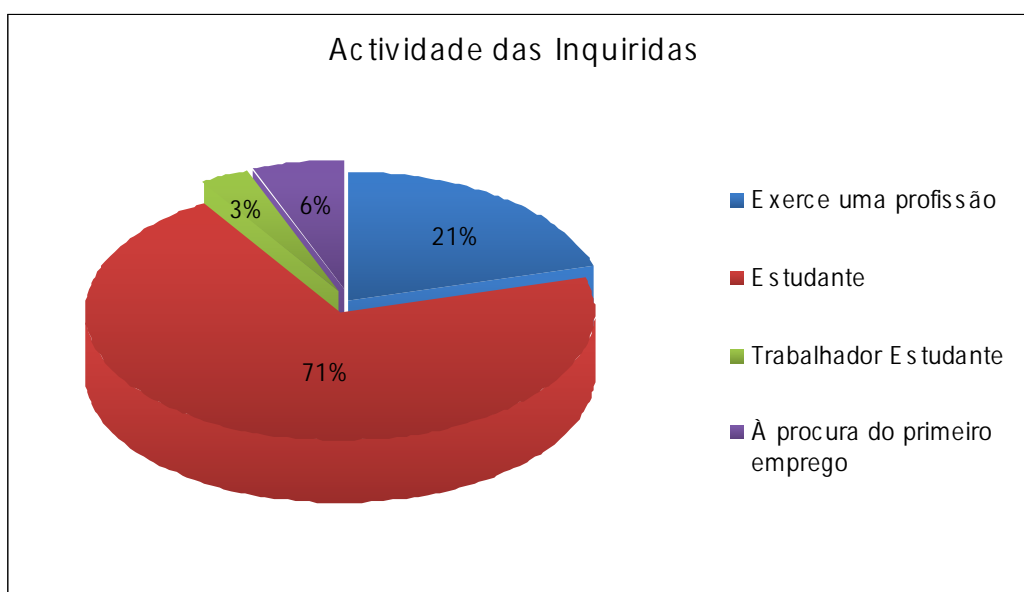
**Gráfico nº 2 - Intervalo de Idades das Dirigentes Associativas**

Relativamente ao nível de escolaridade das inquiridas, o grau académico de licenciatura é aquele que reúne 59% dos casos, seguindo-se outras categorias menos visíveis percentualmente, 24% no ensino secundário via ensino e 15% em mestrado. O nível de escolaridade e competências adquiridas ao longo da trajetória académica acabam por ser primordiais quando toca à ocupação de um cargo no órgão executivo que exige responsabilidade e conhecimentos a vários níveis (social, económico, cultural, etc.).

Nível de Escolaridade	Escolaridade Inquiridas	
	Frequências	Percentagens
1º C. Ensino Básico	0	0%
2º C. Ensino Básico	0	0%
3º C. Ensino Básico	0	0%
Ensino Secundário Via Técnico Profissional	0	0%
Ensino Secundário Via ensino	8	24%
Ensino Médio/Bacharelato	1	3%
Licenciatura	20	59%
Mestrado	5	15%
Doutoramento	0	0%
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100%</b>

**Quadro nº 3 – Escolaridade das Dirigentes Associativas**

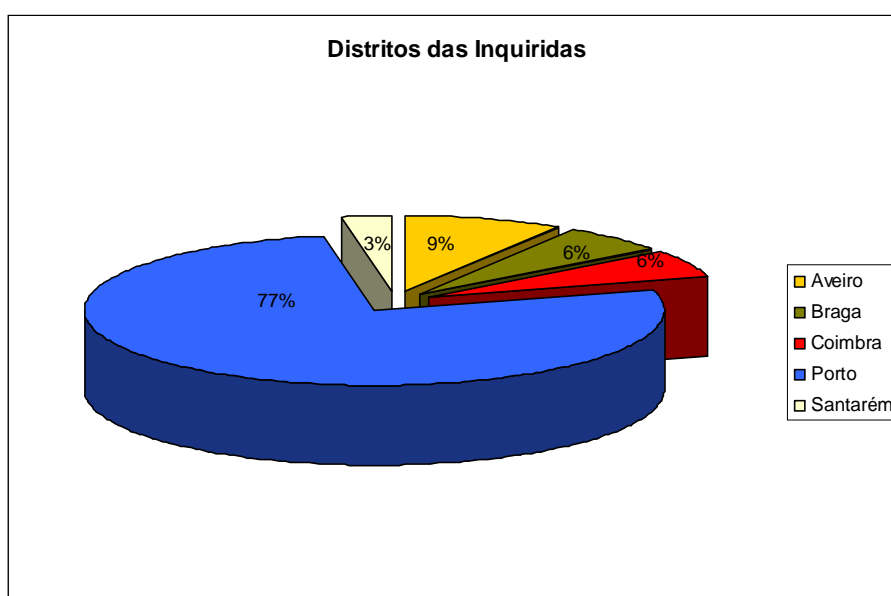
A actividade das inquiridas apresenta uma distribuição bastante concentrada, já que 71% das inquiridas, a grande maioria são estudantes e apenas 21% exercem uma profissão. Note-se que grande parte das associações juvenis portuenses encontram-se inseridas num contexto universitário e como tal os seus núcleos de associados são constituídos principalmente por estudantes.



**Gráfico nº 3 – Actividade Profissional das Inquiridas**



Finalmente, para completar os traços gerais do perfil das dirigentes associativas é necessário fazer referência ao local onde habitam hoje em dia, para detectar possíveis percursos pendulares para o trabalho na associação. As respostas obtidas à questão relativa ao distrito das inquiridas demonstraram que a grande parte habita no distrito do Porto, 77%. Os restantes distritos apresentaram percentagens mais residuais, de notar que mesmo esses são distritos periféricos ao do Porto e que as ligações são facilitadas pela modernização das vias de comunicação, o que leva a que muitos jovens mesmo estudando ou trabalhando no Porto, optem por viver em outros distritos mais próximos, devido a razões que se podem prender com a família, amigos, ou até com o meio ambiente.



**Gráfico nº 4 – Distrito das Inquiridas**

Quanto ao concelho das inquiridas, o enfoque centra-se na análise dos concelhos do distrito do Porto, para entender quais os movimentos transitórios existentes entre a associação e o local de residência. Através da análise do quadro abaixo, concluímos que 41% das inquiridas vivem no concelho do Porto, em seguida são os concelhos limítrofes como o de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos que reúnem o maior número de inquiridas. A pertença a uma associação no concelho do porto e principalmente a ocupação de um cargo na direcção pressupõe mais trabalho e mais disponibilidade, ou seja, as dirigentes necessitam de estar mais

próximas da associação a que pertencem e como podemos observar a melhor forma pode ser pertencer a uma associação que esteja localizada no mesmo concelho de habitação.

No entanto, devemos salientar um caso que é excepção à regra, Coimbra que detém 9% das inquiridas. Algo que pode estar associado como já dissemos acima aos trajectos pendulares entre local de trabalho e local de residência, ou até a uma estadia temporária na cidade, por motivos de ordem profissional, um dos casos são as estudantes do ensino superior.

<b>Concelho das Inquiridas</b>	<b>Frequências</b>	<b>Percentagens</b>	<b>Percentagens Acumuladas</b>
<b>Amarante</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>3%</i>
<b>Braga</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>6%</i>
<b>Coimbra</b>	<i>3</i>	<i>9%</i>	<i>15%</i>
<b>Espinho</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>18%</i>
<b>Gondomar</b>	<i>2</i>	<i>6%</i>	<i>24%</i>
<b>Guimarães</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>27%</i>
<b>Maia</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>29%</i>
<b>Matosinhos</b>	<i>3</i>	<i>9%</i>	<i>38%</i>
<b>Ovar</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>41%</i>
<b>Porto</b>	<i>14</i>	<i>41%</i>	<i>82%</i>
<b>Santa Maria da Feira</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>85%</i>
<b>Santarém</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>88%</i>
<b>Vila Nova de Gaia</b>	<i>4</i>	<i>12%</i>	<i>100%</i>
<b>Total</b>	<i>34</i>	<i>100%</i>	

**Quadro nº 4 – Concelho de residência das Inquiridas**

## **2. A Herança Familiar**

Um dos aspectos interessantes no que toca ao associativismo juvenil consiste em saber se a participação pode ter algumas condicionantes sociais. Este tem sido um trabalho que temos vindo a fazer ao longo deste capítulo dedicado à análise dos resultados, debruçando-nos sobre o âmbito da análise de classe.

O nível de escolaridade e a classe social podem exercer uma forte influência na escolha tanto da área da associação juvenil, como também na ocupação de um cargo de poder, já que a socialização diferenciada entre as várias classes sociais pode proporcionar uma maior rede de sociabilidades e um “background” de conhecimentos que podem estar na origem da entrada para o mundo associativo.

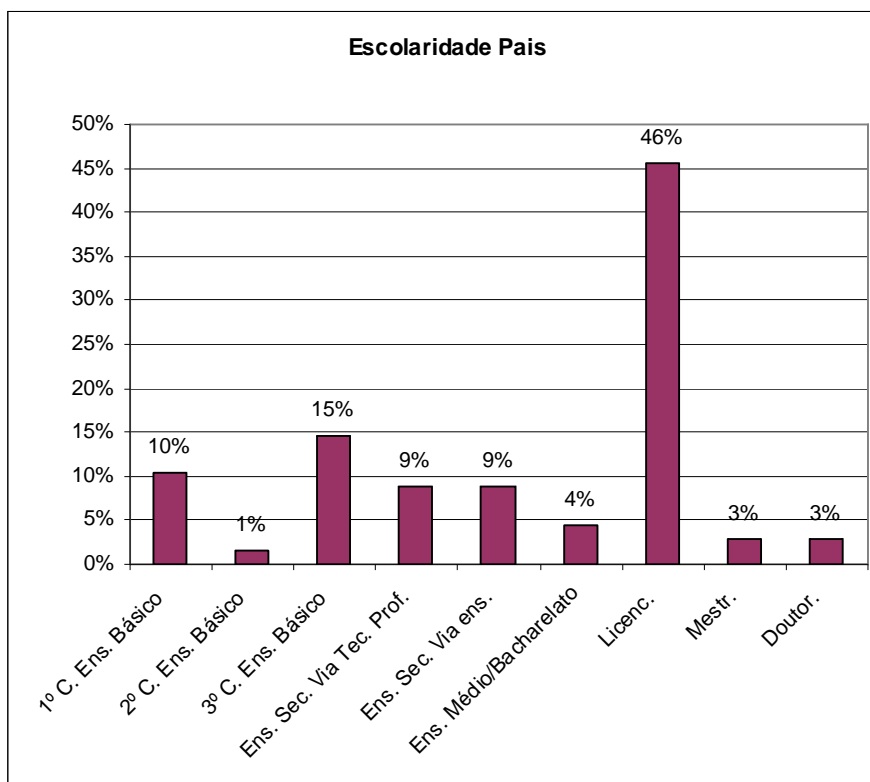
Desde logo salientamos a importância da socialização de classe por parte de instituições como a família, que cedo iniciam um processo de passagem de conhecimentos e influenciam em grande parte as trajetórias das crianças e jovens.

Assim sendo, no decorrer do processo empírico duas das variáveis inseridas no inquérito por questionário terão sido o nível de escolaridade dos pais e a profissão dos mesmos, de forma a obtermos posteriormente um padrão sobre os lugares de classe de origem das dirigentes associativas portuenses, retirado do quadro teórico de Dulce Magalhães (quadro nº 54 em anexo II).

Os resultados obtidos demonstram que não existem grandes diferenças como à partida se esperaria entre homens e mulheres quanto ao seu nível de escolaridade. Tanto a maior parte dos pais, como das mães frequentaram o ensino superior, sendo que o grau de habilitações com maior percentagem é a licenciatura, 21% dos pais e 25% das mães respectivamente. De notar, que existem mais pais com o 1º ciclo do ensino básico, do que mães, estas concentram a segunda maior percentagem no 3º ciclo do ensino básico, 9% (ver tabela nº48 em anexo II). Esta situação poderá estar ligada à crescente feminização do ensino, apostando no aumento das competências das mulheres, já que no mercado de trabalho sofrem muitas vezes de discriminação de género.

A nível geral podemos concluir que a maior parte dos pais das inquiridas, 46%, são licenciados, o que muitas vezes determina as trajetórias académicas dos filhos. Este resultado

acaba por também por demonstrar que o nível de instruções dos pais pode ser uma influência padrão para aqueles jovens que participam em cargos dirigentes.



**Gráfico nº 5 – Habilitações Literárias dos Pais**

Comparando a escolaridade dos pais, com a das inquiridas depreendemos que a níveis de habilitações literárias elevadas dos pais correspondem também níveis altos de escolaridade das dirigentes associativas. No quadro abaixo, pode ver-se que 46% dos pais detêm uma licenciatura e um número um pouco maior de inquiridas, 59% também o detêm. Tal como referimos, acima, a influência parental pode ser grande no percurso académico dos jovens.

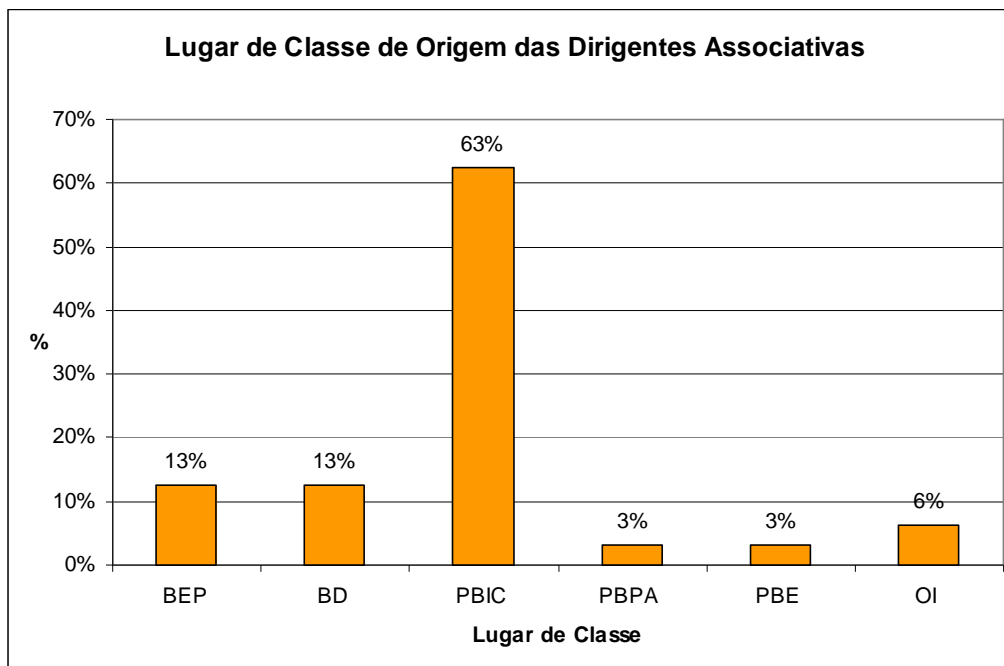
Nível de Escolaridade	Escolaridade Inquiridas		Escolaridade Pais	
	Frequências	Percentagens	Frequências	Percentagens
1º C. Ens. Básico	0	0%	7	10%
2º C. Ens. Básico	0	0%	1	1%
3º C. Ens. Básico	0	0%	10	15%
Ens. Sec. Via Tec. Prof.	0	0%	6	9%
Ens. Sec. Via ens.	8	24%	6	9%
Ens. Médio/Bacharelato	1	3%	3	4%
Licenc.	20	59%	31	46%
Mestr.	5	15%	2	3%
Doutor.	0	0%	2	3%
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100%</b>	<b>68</b>	<b>100%</b>

**Quadro nº 5 – Escolaridade das Inquiridas e dos Pais**

A última variável que importa referir neste capítulo é a classe social de origem. Baseando-nos na matriz de construção dos lugares de classe de família/ classe origem de Dulce Magalhães (2006). A mesma autora refere: “A classe de família é determinada da seguinte forma: se Ego é casado considera-se Ego e conjuge, se Ego é solteiro ou separado, mas activo considera-se apenas Ego; se Ego é solteiro ou separado mas não activo, considera-se pai e mãe de Ego.”

Como apenas detemos os dados relativos à família de origem, apenas podemos remeter a nossa análise do Lugar de Classe de Origem tendo em conta os pais e a sua situação de classe (profissão, capital escolar). Relativamente, ao lugar de classe de origem, a maior parte das inquiridas pertencem à Pequena Burguesia Intelectual e Científica (PBIC) 59%, ou à Burguesia Dirigente (BD) 12% e à Burguesia Empresarial e Proprietária (BEP) 12% igualmente. As restantes categorias apresentam valores percentuais bastante reduzidos.

Desta análise percentual depreendemos que além de um nível de instrução superior a classe social também reflecte essa mesma diferenciação hierárquica das dirigentes associativas, já que à ocupação de cargos dirigentes pelas associadas do género feminino estão também associados níveis de educação e de classe social elevados. Tal como referimos anteriormente, o *habitus* de classe acaba por distinguir aqueles que tem o capital escolar e social, pois são aqueles que ocupam lugares de maior destaque, daqueles que não o detêm.



**Gráfico nº 6 – Lugar de classe social de origem das Inquiridas**

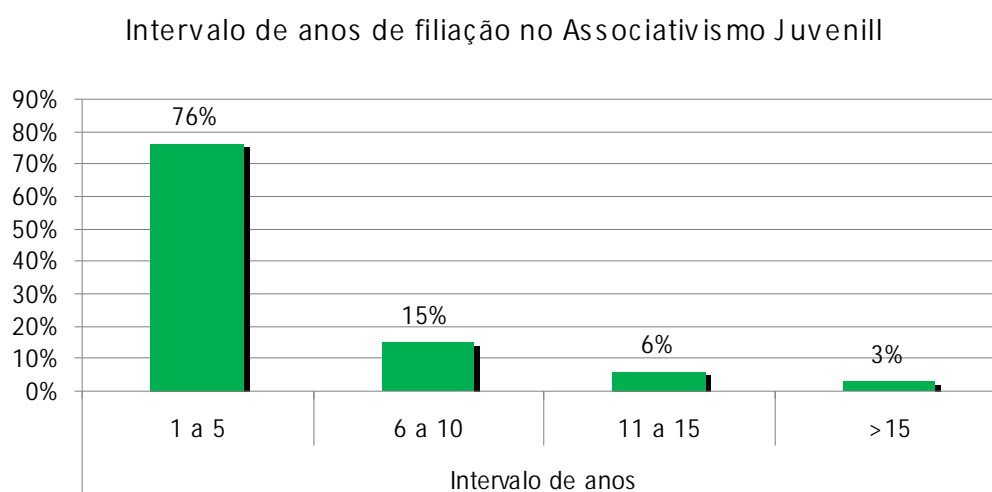
### **3. Vida Associativa**

As associações têm vindo a assumir um papel importante na afirmação da sociedade civil e do desenvolvimento da cidadania democrática, promovendo comportamentos cooperativos e valores como a tolerância, o respeito pela lei, cidadania política e envolvimento activo em causas públicas.

De acordo com estes ideais, as associações seriam sobretudo importantes enquanto escolas de civismo na medida em que constituiriam um espaço de formação de competências dos associados (redigir comunicados, argumentar em público, dirigir reuniões, etc.). Para além da vertente ligada à cidadania e formação, as associações são ainda espaços de ocupação dos tempos livres e de actividades mais ligadas ao lazer, que é também um vector importante na vida dos jovens associados.

A pertença a uma associação acaba por ser algo que integra o quotidiano dos jovens associados, onde criam laços de amizade, passam grande parte do seu tempo, torna-se então necessário analisar essa parte das suas vidas, nomeadamente neste caso o percurso associativo das dirigentes juvenis.

Através da análise do gráfico nº 7 observamos que a maior parte das inquiridas, 76%, encontra-se filiada em alguma associação juvenil entre 1 a 5 anos, o que demonstra já um período bastante grande de permanência numa associação juvenil. O segundo intervalo de anos relativo à filiação no associativismo juvenil, dos 6 a 10 anos, mostra que uma percentagem de 15% das dirigentes inquiridas é já associada há um longo período. As restantes percentagens apresentam valores reduzidos.



**Gráfico nº 7 – Anos de filiação no Associativismo Juvenil**

Aliado ao facto dos anos de filiação no mundo associativo está a permanência temporal num cargo da Direcção. As dirigentes associativas, na sua maior parte quando ocupam um cargo fazem-no nos primeiros anos cinco anos de filiação no associativismo juvenil, já que tal como o nome indica este tipo de associações são viradas para um público muito específico, os jovens. Na sociedade contemporânea, o conceito de juventude é muito lato, mas acaba sempre por se definir num curto espaço de tempo da vida dos indivíduos, o da vida académica que ao passar para a vida profissional pode dizer-se que termina com a etapa da juventude e inicia uma nova fase na vida dos indivíduos.

<b>Intervalo de anos de ocupação do cargo</b>	<b>Frequências</b>	<b>Percentagens</b>	<b>Percentagens Válidas</b>	<b>Percentagens Acumuladas</b>
<1 ano	4	12%	13%	13%
1 ano	18	53%	58%	71%
2 anos	9	27%	29%	100%
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>91%</b>	<b>100%</b>	
Missing	3	9%		
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100%</b>		

**Quadro nº 6 – Intervalo de anos de ocupação do cargo**

Ainda continuando a análise centrada na vivência associativa, percebemos que em alguns casos as dirigentes associativas são filiadas em mais do que uma associação, 18% pertencem a 2 associações juvenis, 3% pertencem a 3 e 4 associações cada. Assim sendo, o mundo das associações juvenis portuguesas acaba por viver também um pouco da participação de alguns jovens em várias associações ao mesmo tempo. No entanto, a maioria ainda é apenas filiada numa associação, 77% dos jovens.

<b>Associações que é filiada</b>	<b>Frequências</b>	<b>Percentagens</b>	<b>Percentagens Acumuladas</b>
1	26	77%	77%
2	6	18%	94%
3	1	3%	97%
4	1	3%	100%
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100%</b>	

**Quadro nº 7 – Número de Associações em que é filiada**

Agora centrando-nos mais no lugar ocupado pelas inquiridas dentro da associação, mais especificamente no cargo ocupado no órgão executivo. Antes de mais, compete-nos explicar o funcionamento do órgão executivo (Direcção) de uma associação juvenil. Normalmente, a Direcção é constituída por um grupo ímpar de cinco ou mais elementos e compete à Direcção a gestão regular de toda a actividade e designadamente: gerir o património da associação e os seus recursos financeiros e elaborar o plano de Actividades e Orçamento e o Relatório e Contas da Gerência. A estruturação do órgão executivo baseia-se em princípios hierárquicos, sendo que o Presidente é aquele que detém maior poder e é a ele também que compete representar a associação no exterior. Os restantes cargos dividem-se pelo Vice-Presidente, Tesoureiro, Secretário e em alguns casos vogal.



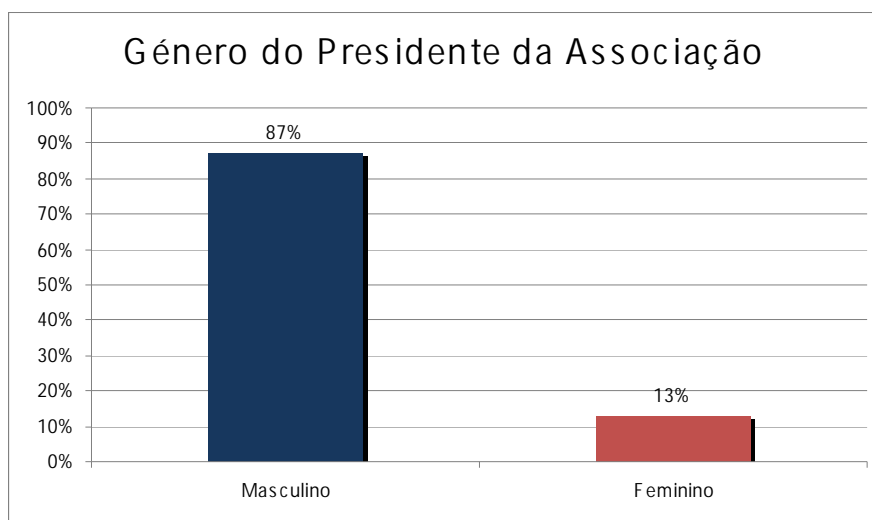
Contudo, hoje em dia nem todas as associações seguem estes mesmos parâmetros na definição dos seus cargos do Órgão Executivo. O que se tem vindo a assistir é a uma redefinição dos títulos, tal como as associações também têm vindo a sofrer mutações no seu âmbito de acção e na própria estruturação hierárquica interna. Algumas associações juvenis, que estão inseridas num meio mais académico, podem ser comparadas a pequenas empresas, onde títulos como director de departamento e director comercial fazem todo o sentido e são comparados a um cargo de vice-presidência.

Os membros do género feminino que integram o Órgão Executivo ocupam na sua grande parte posições intermédias de poder, 32%, são normalmente secretárias, o que indica, que as posições de maior destaque e visibilidade como é a do presidente ainda são preenchidas pelos membros do género masculino.

		<b>Frequências</b>	<b>Percentagens</b>	<b>Percentagens Acumuladas</b>
<b>Cargo</b>	<b>1ª Secretária</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>3%</i>
	<b>Dir. do Dpt. Markt.</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>6%</i>
	<b>Directora Comercial</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>9%</i>
	<b>Dir. do Dpt. Eng. Química</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>12%</i>
	<b>Dir. Geral Interna</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>15%</i>
	<b>Presidente</b>	<i>2</i>	<i>6%</i>	<i>21%</i>
	<b>Secretária</b>	<i>11</i>	<i>32%</i>	<i>53%</i>
	<b>Sec. Geral</b>	<i>2</i>	<i>6%</i>	<i>59%</i>
	<b>Sub-Directora</b>	<i>2</i>	<i>6%</i>	<i>65%</i>
	<b>Tesoureira-Adjunta</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>68%</i>
	<b>Tesoureira</b>	<i>2</i>	<i>6%</i>	<i>74%</i>
	<b>Vice-Presid.</b>	<i>5</i>	<i>15%</i>	<i>88%</i>
	<b>Vice-Presidente para activid.</b>	<i>1</i>	<i>3%</i>	<i>91%</i>
	<b>Vogal</b>	<i>3</i>	<i>9%</i>	<i>100%</i>
<b>Total</b>		<b><i>34</i></b>	<b><i>100%</i></b>	

**Quadro nº 8 – Cargos da Direcção Ocupados por membros do Género Feminino**

A presidência acaba por ser ainda do domínio dos membros do género masculino, pois o cargo acaba por estar interligado às noções simbólicas de poder, que por seu lado estão conotadas com a figura do homem no cargo máximo de poder. Para todos os efeitos nos estatutos das associações juvenis, o Presidente é aquele se encontra no topo da hierarquia e a percentagem de indivíduos que ocupa estes cargos demonstra uma clara supremacia do género masculino. Este facto, pode ainda dever-se a outro dos simbolismo que está associado a este cargo, o de Presidente, que é aquele que é mais visível no exterior e interior da associação, o que está associado a uma maior carga laboral e de responsabilidade. Como ainda está associado ao homem a noção de maior poder e visibilidade na sociedade, este cargo acaba sempre por ser ocupado maioritariamente por associados do género masculino, 87% dos presidentes são homens e somente 13% são mulheres.

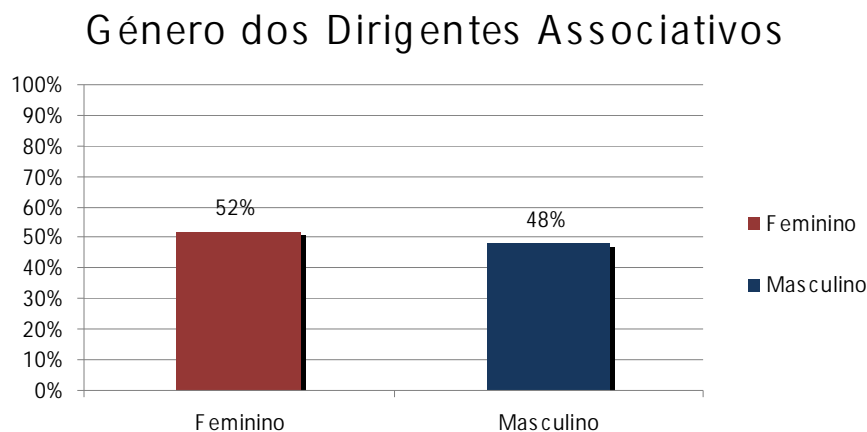


**Gráfico n° 8 – Género do Presidente da Associação**

Todavia, a superioridade do género masculino em cargos como o da presidência tem vindo a ser suplantada pela participação de membros do género feminino em cargos do Órgão executivo<sup>10</sup>. O cenário actual pode dever-se à luta social por parte de muitas instituições pela igualdade de género em vários sectores da sociedade e a divulgação em meios de comunicação e informação de campanhas de sensibilização de jovens para estas questões. A mulher tem

<sup>10</sup> Os dados apresentados referem-se apenas a Associações Juvenis cujas direcções são mistas.

acabado por adoptar uma postura mais livre e tem saído aos poucos do domínio da esfera doméstica e passado para outro tipo de actividades, que até antes do 25 de Abril lhe estavam vedadas, tais como a ocupação de cargos dirigentes. Assim sendo, 52% dos cargos das direcções juvenis são já ocupados por mulheres e 48% por homens.



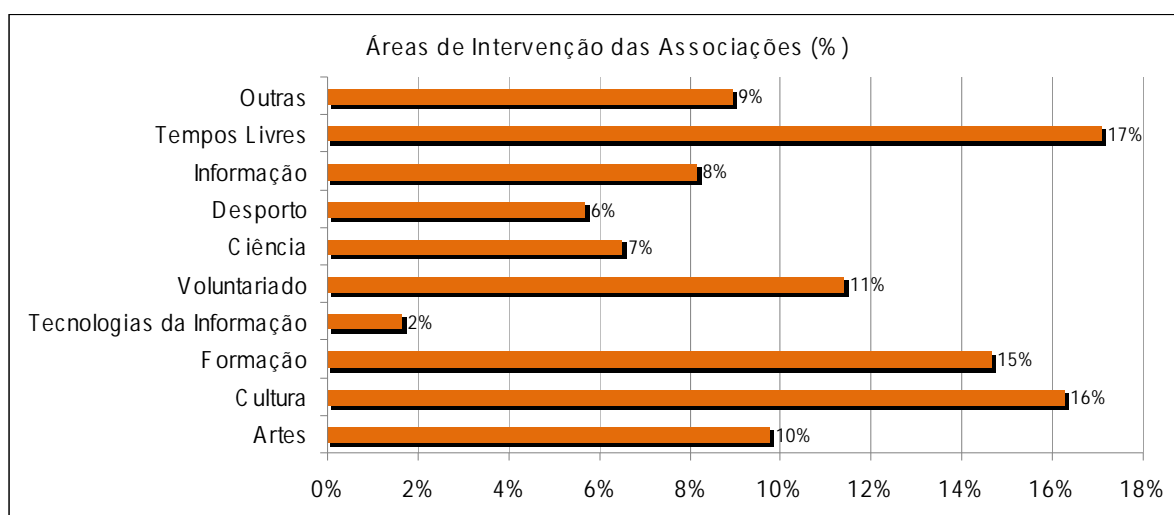
**Gráfico nº 9 – Género dos Dirigentes Associativos**

Normalmente, as dirigentes associativas permanecem no Órgão executivo pelo período de tempo de um ano, 58% (ver quadro nº 17, em anexo II). Esta situação pode estar relacionada com o facto de muitas associações realizarem anualmente eleições para a constituição de novas direcções, de forma a existir uma circulação mais democrática do poder pelos vários associados.

Para que o retrato das associações juvenis portuenses, onde as inquiridas exercem o seu papel de dirigentes associativas seja finalizado é essencial compreender as principais áreas de intervenção das primeiras. As respostas à questão de resposta múltipla colocada no inquérito<sup>11</sup> sobre esta dinâmica mostram um claro padrão do âmbito da acção das associações juvenis portuenses onde estão inseridos membros do género feminino, ou seja, estas dedicam-se na sua maior parte à área dos tempos livres (17%), em segundo lugar à cultura (16%) e em terceiro à formação (15%). Tal como se esperava, o desporto apenas detém uma percentagem

<sup>11</sup> As áreas que foram dispostas no questionário para selecção foram retiradas do formulário do inquérito PAJ (Programa de Apoio Juvenil), que todos os anos é cedido às associações juvenis pelo IPJ (Instituto Português da Juventude), caso se queiram candidatar a apoios do Estado. Afigurou-se-nos o modo mais adequado para seleccionar as diferentes áreas de intervenção das associações juvenis, pois estas já se encontram familiarizadas com este modelo.

reduzida no que toca à área de intervenção das associações onde as inquiridas são associadas, o que vem na linha de outros estudos anteriores, onde a área desportiva é associada à maior participação do género masculino.



**Gráfico nº 10 – Áreas de Intervenção das Associações**

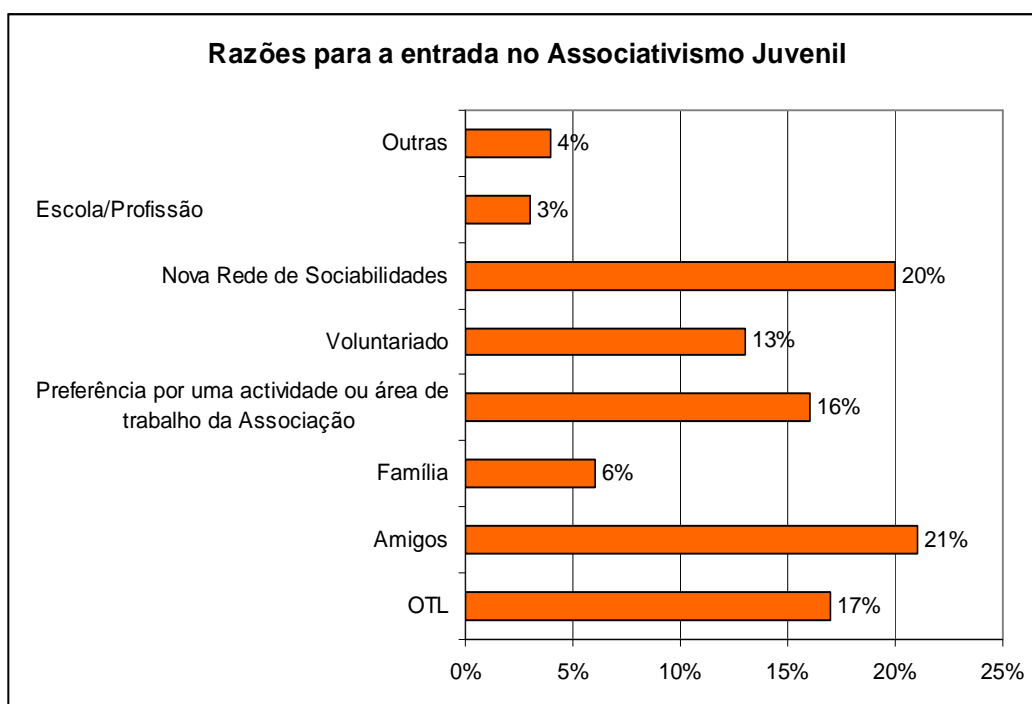
#### **4. Percepções pessoais**

Uma das desvantagens do inquérito por questionário prende-se com o distanciamento e o tratamento muitas vezes estritamente numérico das observações e percepções do inquirido, por isso torna-se difícil captar ou mesmo tentar obter informações de carácter mais subjectivo por parte do mesmo. No questionário aplicado à nossa população amostral tentamos “apanhar” algumas das razões e percepções pessoais sobre o que as levou, às dirigentes do género feminino a entrar para o mundo das associações juvenis.

Da análise do gráfico abaixo podemos deter a informação que a primeira das razões que levou as inquiridas a optarem pela filiação numa associação juvenil terá sido devido à influência de amigos (21%), em segundo lugar está a oportunidade de criar uma nova rede de sociabilidades (20%) e em terceiro lugar a ocupação de tempos livres (17%), ou seja todas as três principais razões escolhidas pelas inquiridas prendem-se com o âmbito das sociabilidades

com o exterior, a necessidade de estar com o “grupo de amigos” e conhecer novas pessoas com quem se identifiquem. A influência parental acaba por ser um reduto (6%), já que muitas vezes para os jovens existe a necessidade de demarcação do espaço doméstico-familiar, do espaço de lazer e sociabilidades com os amigos, as chamadas culturas juvenis, que fomentam a união do grupo em torno dos mesmos ideais. As associações juvenis podem assumir-se para estes jovens como campo privilegiado para essas mesmas dinâmicas.

Note-se ainda que a preferência por uma actividade ou área de trabalho da associação (16%) e o voluntariado (13%) são também razões que as inquiridas têm em conta na hora de tomar uma decisão, estas categorias estão já relacionadas com algumas das perspectivas dos Novos Movimentos Sociais, que apontam para um novo tipo de participação associativa, mais voltada para a cidadania e participação social.

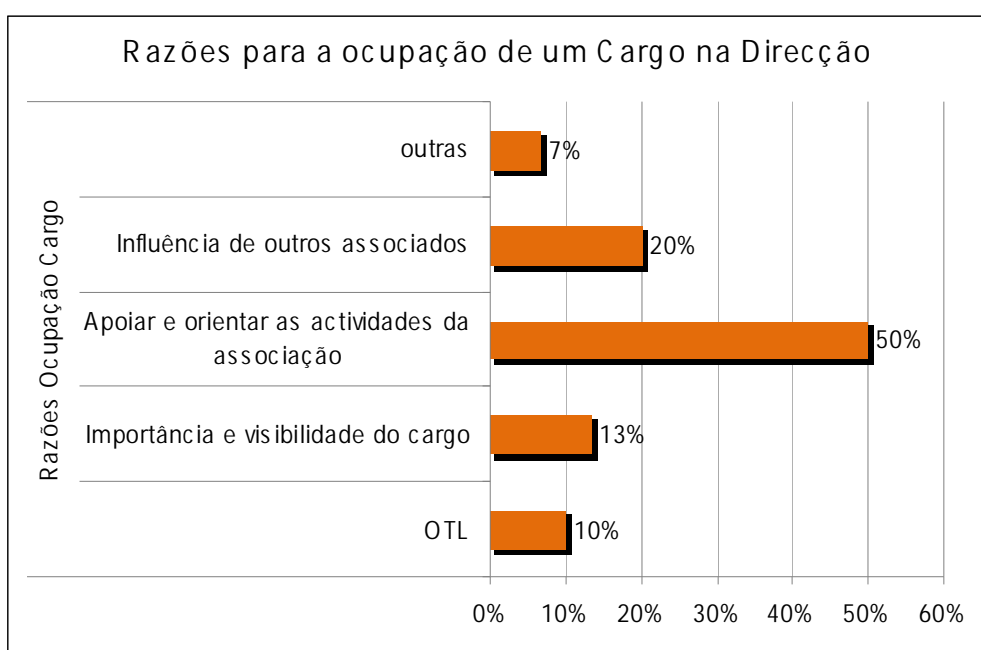


**Gráfico nº 11 – Razões para a entrada no Associativismo Juvenil**

Depois da entrada na associação, e da adaptação ao funcionamento da mesma, importa saber o que leva as associadas do género feminino a ocuparem cargos na Direcção. Das várias opções dadas no questionário, aquela que apresenta o maior valor percentual é a que diz respeito ao apoio e orientação das actividades da associação (50%), a segunda opção mas que

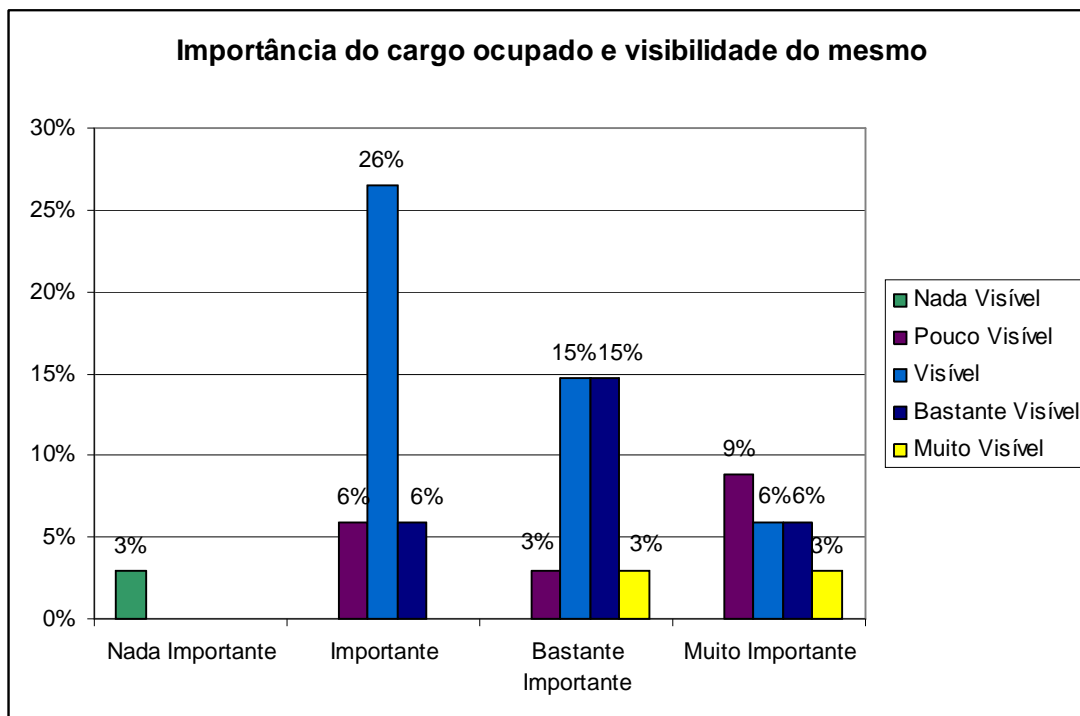
apresenta já um valor muito mais reduzido prende-se com a influência dos associados nessa tomada de decisão (20%). Em alguns estudos de género, essa faceta mais “solidária” da mulher é realçada, pois em muitos dos casos estudados, o lado mais social mostrava ser quase sempre o motor para as suas tomadas de decisão.

Comparativamente à razão mais colectiva que leva à entrada para o mundo associativo, a ocupação de um cargo na direcção é já uma tomada de decisão mais individual, que pressupõe mais responsabilidade, já que é um lugar de maior visibilidade e importância tanto dentro, como fora da associação.



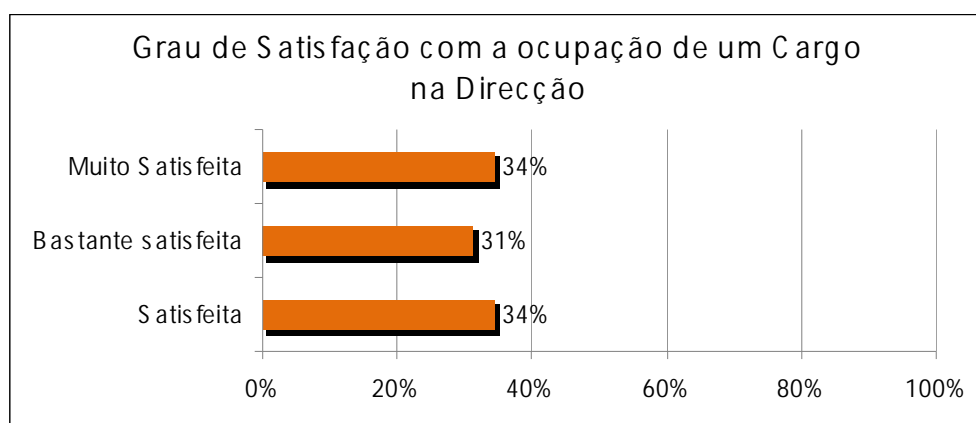
**Gráfico nº 12 – Razões para a Ocupação de um Cargo na Direcção**

Assim sendo, o grau de visibilidade dos cargos que ocupam indicado pelas inquiridas foi de “visível” com 47% das respostas, a avaliação positiva é maior que a negativa neste caso. Cruzando as duas variáveis relacionadas com o grau de importância e a visibilidade que este pode ter, percebemos que existia possibilidade de associação entre as duas (Testes estatísticos ver em anexo II, quadros nº 17 a 20). Os resultados comprovam que quanto mais elevado é o grau de importância do cargo de poder, também mais visibilidade tem o mesmo e quanto menos importante está também lhe associado menor visibilidade.



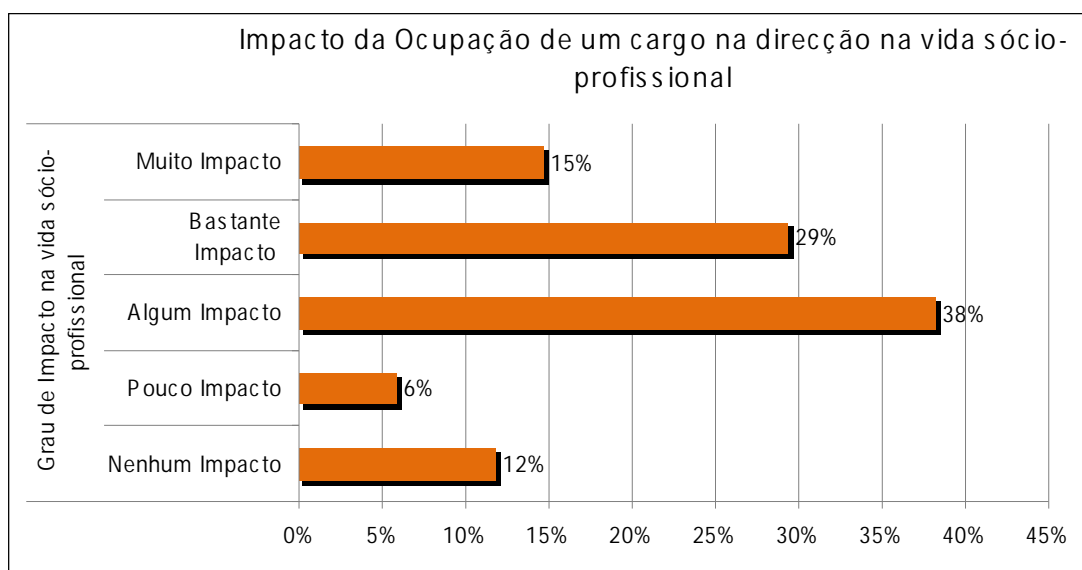
**Gráfico n° 13 – Importância e visibilidade do cargo ocupado na Direcção**

Quanto ao grau de satisfação com o cargo ocupado as respostas dadas apresentam uma variação positiva entre o “satisfeita” e “muito satisfeita”, 34% em ambas, provando que a ocupação de um cargo na direcção pode ser um motivo de satisfação para aquelas que o ocupam.



**Gráfico n° 14 – Satisfação com a ocupação de um cargo na Direcção**

A satisfação pode também repercutir-se para um nível mais alargado que o pessoal e ter um grau de impacto na vida socioprofissional. Para 38%, a ocupação de um cargo na direcção exerce algum impacto na sua actividade profissional e a maior margem percentual situa-se no impacto positivo.

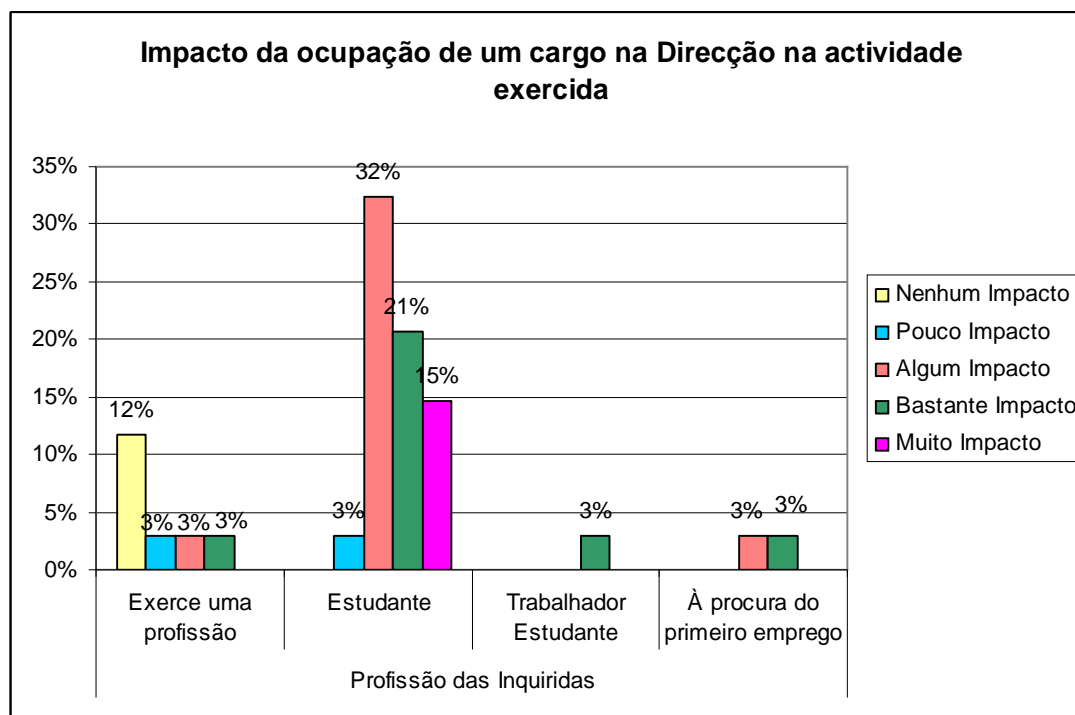


**Gráfico nº 15 - Impacto na vida socioprofissional da ocupação de um cargo na Direcção**

Contudo, quando comparamos o grau de impacto com a actividade que as associadas exercem compreendemos, que o grau de impacto positivo está mais associado às dirigentes que são estudantes, do que aquelas que já exercem alguma profissão, ou seja, muitas vezes a percepção do impacto não é a real, mas sim a esperada futuramente. A classe estudantil é a única que aponta o grau máximo de impacto (15%) na vida socioprofissional por ocuparem um cargo na direcção, talvez por não terem contactado ainda com o mercado de trabalho e estarem mais centradas na comunidade académica. Enquanto que aquelas dirigentes que já exercem uma profissão e estão em contacto com o mercado de trabalho, com 12% das



respostas indicam que o cargo que ocupam não lhes trouxe nenhum impacto na vida socioprofissional.

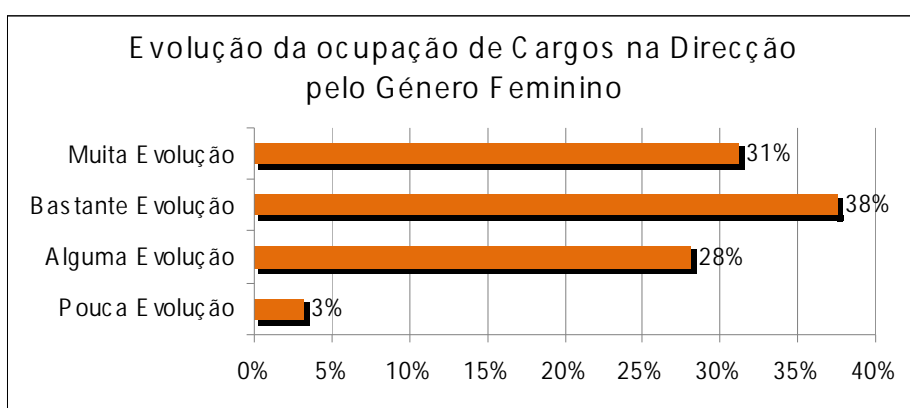


**Gráfico n.º 16 – Actividade profissional exercida e o impacto da ocupação de um cargo dirigente**

Curioso será verificar que a ocupação de cargos de relevo como o de presidente, ou de vice-presidente, não estão directamente relacionados com o grau de importância, nem de visibilidade que as inquiridas apontam. Nota-se uma despreocupação por parte das dirigentes em questões ligadas ao poder e hierarquias que lhe estão adjacentes (ver quadros em anexo II n.º 39 a 42). Já cruzando as variáveis “cargo que ocupa na direcção” e “satisfação” e “visibilidade”, notamos que estes aspectos estão correlacionados, e como temos vindo a referir entendemos então que para as dirigentes o mais importante é a perspectiva social e individual e não a “busca” pelo poder (ver quadros em anexo II n.º 43 a 50).

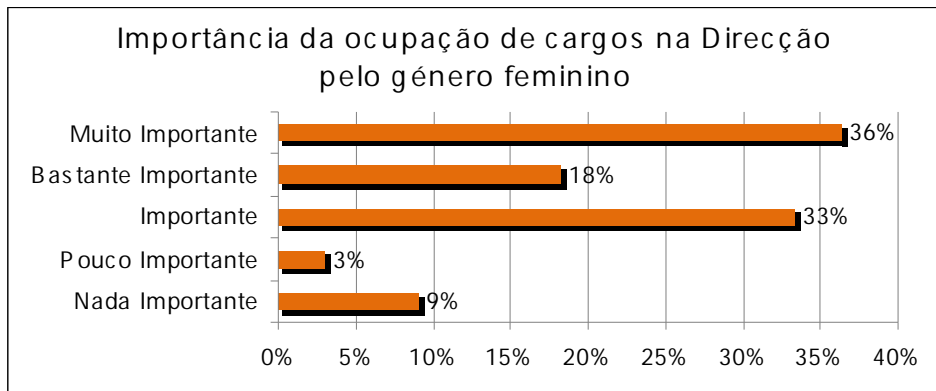
A análise não ficaria completa, senão nos debruçássemos sobre as percepções pessoais das dirigentes sobre a evolução do fenómeno da igualdade de género na ocupação de cargos de poder nas direcções das associações juvenis.

Em primeiro lugar devemos observar qual foi a tendência sentida pelas inquiridas sobre a evolução da ocupação de cargos nas direcções pelo seu género. As respostas apontam para uma evolução positiva, 38% das inquiridas diz ter havido “Bastante evolução”, e 31% apontam até para “Muita Evolução”. O que se retira a ideia de que as próprias mulheres têm percebido uma evolução positiva dentro das direcções no sentido de mais mulheres acederem a cargos de poder. Esta trajectória positiva pode dever-se à construção de uma nova mentalidade dos jovens, que estão mais em contacto com meios de informação e instituições que promovem a igualdade de género e a promoção da mulher na sociedade.



**Gráfico nº 17 – Evolução da ocupação de cargos na Direcção pelo Género Feminino**

Em segundo lugar, a importância que as inquiridas dão à ocupação de cargos na Direcção por membros do seu género, indica que uma grande parte das inquiridas acredita ser “Muito Importante” (36%) a ocupação de cargos de poder na Direcção por membros do género feminino. Tal como referimos acima, esta questão da compreensão do papel da mulher em cargos de chefia e destaque é vista como algo de positivo para as associações, pois as capacidades e conhecimentos femininos e masculinos podem colmatar-se e o tornar a participação de ambos os géneros mais equilibrada “*mainstreaming*”.



**Gráfico nº 18 – Importância da ocupação de cargos na Direção pelo Género Feminino**

## **Capítulo VI – Notas Finais**

## 1. Conclusões

A análise dos resultados obtidos ao longo da investigação assume um carácter primordial para a finalização do projecto a que nos propusemos no início do ano. Depois de observado o objecto de estudo e da análise das suas percepções acerca do tema proposto para esta investigação expomos aqui os dados finais que traçam o perfil mais concreto de quem são as dirigentes das associações juvenis do concelho do Porto. Durante todo este processo final que apresentaremos de seguida teremos sempre em mente a comparação dos resultados com as nossas hipóteses de pesquisa.

Relativamente à primeira hipótese de trabalho **“O género define as escolhas entre os vários campos de acção das associações juvenis”**, podemos dizer que ela foi confirmada. No total as associações juvenis portuenses inscritas no RNAJ (Registo Nacional de Associações Juvenis) em 2008 são 35, mas apenas 28 destas pelas suas características é que detêm uma direcção mista. As razões para tal prendem-se ou com as áreas de ocupação das associações, normalmente aquelas que estão ligadas à prática de actividades desportivas (futebol, ciclismo, etc.) ou restringem a entrada de associados pelo género, ou seja, apenas podem aderir à associação membros do género masculino (Tunas Académicas).

A área cultural e de ocupação dos tempos livres são aquelas que demonstram os maior preferência, quando toca à escolha do âmbito de acção das associações juvenis. Ainda continuam a ser as principais áreas de intervenção das associações juvenis, já que o público-alvo, os jovens, dão grande importância aos lazeres e aos consumos que lhes estão associados.

Outra das áreas que sobressaiu neste estudo foi a da formação, isto pode dever-se a que grande parte das associações visitadas tinha a sua sede em algumas faculdades da Universidade do Porto, ou pertenciam à mesma entidade. A cidade do Porto concentra um pólo universitário com grandes dimensões e como tal assume-se como local de passagem e mesmo de permanência para muitos jovens que optam por estudar em algumas instituições universitárias públicas ou privadas, o que resulta num acréscimo da população jovem residente e numa consequente procura de actividades ligadas aos interesses juvenis.

A segunda hipótese de pesquisa **“O lugar de classe de origem e o nível de habilitações escolares influenciam a ocupação de cargos dirigentes nas associações**

**juvenis**” remete para a importância da classe social de origem e das habilitações escolares no percurso associativo.

Normalmente a um lugar de chefia está directamente relacionado com poder e responsabilidade. A ocupação de um cargo no órgão executivo de uma associação juvenil também pressupõe essas mesmas características, como tal, muitas das vezes a socialização começa na família e passa também pela escola. A família e a escola acabam por ser as principais instituições de socialização dos jovens. Também, a lugares de classe de origem mais altos estão ligados também níveis de qualificação mais elevados, o que pressupõe uma maior predisposição para a ocupação de cargos dirigentes.

Desta forma, a socialização dos jovens por parte da família e da escola cria o *status* (códigos de conduta, identidade, etc.) que pode ou não levar os jovens a assumir cargos de poder, consoante provêm de classes sociais mais ou menos elevadas.

Quanto à terceira hipótese **“O género define a distribuição hierárquica dos associados pelos cargos nos órgãos executivos das associações juvenis”**, não pode ser totalmente confirmada. Pelo que podemos observar da análise dos dados, a ideia pré-concebida de que existiriam sempre mais indivíduos do género masculino do que feminino em qualquer dos cargos das direcções das associações juvenis, acabou por não se confirmar. Na realidade, apenas o cargo com maior poder nas direcções, o Presidente é que detém claramente uma percentagem maior de homens. Este facto, pode dever-se ao simbolismo que ainda está associado a este cargo, o de Presidente, que é aquele que é mais visível no exterior e interior da associação, o que está associado a uma maior carga laboral, de responsabilidade e acima de tudo de poder.

Nos restantes cargos da direcção regista-se um equilíbrio entre os dois géneros, mas a alteração que é mais notória é a feminização da ocupação de cargos intermédios de poder e que muda um pouco a ideia pré-concebida que seriam os homens a maioria dos ocupantes destes cargos. Esta alteração pode dever-se a uma evolução da formação da mentalidade dos jovens que vivem nas grandes cidades e que estão mais predispostos para a mudança, já que existem mais meios de informação e instituições ligadas à luta pela igualdade de género.

Finalmente a quarta e última hipótese **“A participação do género feminino nas direcções das associações juvenis portuenses tem sofrido uma evolução positiva”**, podendo esta ser igualmente afirmada. Pelos resultados estatísticos que podemos observar, a

percepção da maior parte das inquiridas é a de que a evolução da entrada das mulheres no mundo associativo, especialmente em cargos de poder tem vindo a ser “Bastante positiva” e as mesmas apontam ainda para a importância da ocupação de lugares na direcção pelos membros do género feminino. Estas respostas podem estar relacionadas com a crescente divulgação de estudos psicológicos sobre alguns aspectos ligados à personalidade feminina e que podem ser uma mais-valia para o trabalho na associação, como por exemplo, a solidariedade, a propensão para o trabalho comunitário e o voluntariado e outras.

Pensamos assim ter chegado ao momento em que podemos dar resposta à nossa pergunta de partida: **“Em que medida o perfil dos dirigentes do associativismo juvenil portuense é condicionado pela diferença de género, pela faixa etária e pelo nível de habilitações literárias?”**. Ao longo de todo o trabalho de investigação fomos encontrando respostas para estas premissas que a pergunta de partida encerra. Assim sendo, a primeira premissa ligada à influência das diferenças de género no perfil dos dirigentes associativos juvenis foi em parte já respondida, já que comprovamos que o género está na base da escolha da associação de pertença, através de uma selecção pelo seu âmbito de acção, normalmente as mulheres preferem aquelas que estão ligadas ao voluntariado, à ocupação de tempos livres e à formação. Pelo contrário, os homens preferem normalmente áreas ligadas ao desporto, música, tecnologias da informação, ou seja, algo mais técnico, enquanto o género feminino prefere a vertente social.

A segunda premissa da questão de partida aponta para uma possível influência da faixa etária na definição do perfil do dirigente associativo juvenil. A resposta acaba por confirmar que existe essa influência, já que o perfil tipo do dirigente associativo é marcadamente jovem. Esta situação pode estar ligada a alguns aspectos: em primeiro lugar, à reformulação da lei do associativismo juvenil de 23 de Junho de 2006 que trouxe consigo novos parâmetros para a ocupação de cargos nas direcções das associações juvenis, nomeadamente a percentagem obrigatória de 75% de jovens entre os 15 e os 30 anos, para que as associações fossem reconhecidas como juvenis pelas entidades competentes. Assim sendo, muitas das associações juvenis que anteriormente tinham associados mais velhos na ocupação de cargos de maior poder tiveram de reestruturar as suas direcções.

Em segundo lugar, em alguns casos os associados mais velhos são já em menor número e têm menos disponibilidade, pois assumem outros compromissos na área profissional

e pessoal e como tal acabam por não ocupar cargos dirigentes que são quase sempre conotados com a ideia de responsabilidade e mais disponibilidade para as funções do mesmo.

Finalmente, a resposta à terceira premissa que liga a construção do perfil do dirigente associativo juvenil ao nível de qualificações dos mesmos. Na observação dos dados registou-se um padrão do nível de escolaridade dos jovens dirigentes, a grande parte possuía o grau de licenciatura, o que vem de encontro aquilo que tínhamos vindo a referir ao longo do trabalho, a cargos de poder está também associado um nível de maior exigência e de conhecimentos. Assim sendo, aqueles que se encontram mais bem preparados para entrar nas direcções são aqueles que para além de terem experiência, têm também um percurso académico mais prolongado.

Todas estas respostas às premissas da pergunta de partida acabam por formar um quadro mais concreto daquilo que poderá ser o perfil tipo do dirigente das associações juvenis portuenses nos nossos dias, principalmente focando o dirigente do género feminino, pois é sobre este que temos quase todos os dados colectados durante a investigação. O dirigente feminino acaba por ser alguém com um nível superior de habilitações literárias, maioritariamente jovem e ainda é estudante e solteiro, daí ter maior disponibilidade para a ocupação do cargo e para a execução das funções que lhes estão inerentes. As associações nas quais trabalha estão ligadas principalmente a áreas do social e da cultura, essas mesmas associadas também ao género feminino.



## **2. Pistas de Reflexão e de Investigação para o Futuro**

O presente trabalho não encerra de todo, a abrangência total que envolve o tema da igualdade de género nas associações juvenis. É no sentido de proporcionar novas possibilidades para futuras investigações e análises sociológicas do fenómeno, que deixamos algumas pistas exploratórias de investigação.

Podemos encontrar vários possíveis enfoques analíticos acerca do nosso objecto de estudo. O primeiro caso pode ligar-se a uma análise mais abrangente da realidade nacional da distribuição de cargos de poder nas direcções pelo género feminino, fazendo comparações entre urbano e rural. Existe a necessidade de compreender a real dimensão da evolução deste fenómeno e se ele tem se dado de diferentes formas consoante a zona geográfica onde estão inseridas as associações.

Nesta investigação fomos focando mais a vertente do direccionismo juvenil, mas um segundo caso que se afigura possível analisar seria um estudo mais aprofundado sobre a totalidade dos associados nacionais, ou a uma escala menor, distritais, comparando faixas etárias e género, de forma a obter um panorama geral do número de jovens e não jovens e de quantos membros são do género masculino e feminino nas associações juvenis e como se encontram distribuídos por tipo de áreas de actividade.

Terminamos esta investigação com uma perspectiva um pouco mais optimista sobre o tema abordado, a igualdade de género nas associações juvenis, já que nos deparamos com algumas mutações nos padrões que eram mais habituais nos estudos de investigação. A supremacia dos homens sobre as mulheres, em muitos dos sectores da sociedade tem vindo a ser alterada. Alertamos para estas ligeiras transformações e mostramos em que pontos se estão a dar, centrando-se o principal na construção da identidade das mulheres, tornando-as mais optimistas em relação ao seu potencial como dirigentes. Torna-se premente que os sociólogos estejam atentos a esta nova realidade e que não deixem de analisar o impacto que ela pode vir a trazer para a sociedade em geral.

### 3. Glossário de Conceitos

**Comunicação** – Transmissão de informação de um indivíduo ou grupo para outro. A comunicação é a base necessária de toda a interacção social. Em contextos directos a comunicação tem por base a linguagem, mas também muitos outros sinais corporais, através dos quais os indivíduos interpretam e compreendem o que os outros dizem e fazem. Com o desenvolvimento da escrita e dos meios de comunicação electrónicos, como a rádio, a televisão ou os sistemas de transmissão computadorizados, a comunicação tem, em parte, cada vez menos a ver com relações sociais directas.

**Globalização** – Interdependência crescente entre diferentes pessoas, regiões e países no mundo.

**Identidade** – As características distintivas do carácter de uma pessoa ou do carácter de um grupo. As identidades do indivíduo e do grupo são formadas em grande medida por marcadores sociais. Assim, um dos traços mais importantes da identidade do indivíduo é o seu nome. O nome é uma parte importante da individualidade da pessoa. Designar pelo nome é também importante para a identidade do grupo. Por exemplo, a identidade nacional é determinada por ser-se «Inglês», «Francês», «Americano», etc.

**Interacção Social** – Encontro social entre indivíduos. A maior parte das nossas vidas são povoadas por interacções de um tipo ou do outro. A interacção social refere-se a situações formais e informais nas quais as pessoas travam conhecimento umas com as outras. Uma ilustração de uma situação formal de interacção social é uma sala de aula: um exemplo de interacção informal é o encontro de duas pessoas numa festa.

**Movimento Social** – Agrupamento de grande dimensão de pessoas que se juntaram para procurar desencadear ou bloquear processos de mudança social. Os movimentos sociais existem normalmente em relações de conflito com organizações e cujos objectivos e

perspectivas geralmente se opõem. Contudo, acontece, por vezes, que os movimentos que alcançam o poder, uma vez institucionalizados, se transformam em organizações.

**Normas** – Regras de conduta que especificam comportamentos considerados adequados numa série determinada de contextos sociais. Uma norma pode aprovar ou proibir um determinado modo de comportamento. Todos os grupos humanos seguem normas definidas que são sempre reforçadas por sanções de várias ordens, que vão da desaprovação informal à punição física ou à pena capital.

**Sociedade Pós-Industrial** – Noção defendida por aqueles que acreditam que os processos de mudança social estão a levar as pessoas para lá da ordem social industrializada. Uma sociedade pós-industrial é uma sociedade baseada na produção da informação, em vez de o ser na produção de bens materiais. Segundo quem defende esta noção, neste momento ocorrem uma série de mudanças sociais tão profundas como aquelas que iniciaram a era industrial há cerca de duzentos anos.

**Sociabilidade** – De acordo com Simmel, a sociabilidade seria uma forma pura de interação, sem um fim nela mesma. A sociabilidade seria a interação da ordem do estar junto, da manutenção das relações sociais, desinvestida de interesses (políticos, económicos, etc.).

**Lazer** – O **lazer** é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

**Associativismo** – Designa por um lado a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direcção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação,

enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para a obtenção de finalidades comuns.

**Jovens** – Os jovens não vivem ou experimentam as mesmas coisas de forma semelhante. Cada um tem o seu próprio percurso, individual, que varia consoante a especificidade do trajecto quotidiano, com as encruzilhadas com que se deparam e que estão directamente relacionadas com a família, a classe e origem social, e até a mesmo, com os diferentes “mapas de significação” que cada um atribui para si próprio.

**Sexo** – As diferenças anatómicas que separam os homens das mulheres. Os sociólogos contrastam frequentemente o sexo com o género. O sexo refere-se às características físicas do corpo; o género diz respeito a formas de comportamento socialmente aprendidas.

**Género** – O género não se refere aos atributos físicos que distinguem homens e mulheres, mas a traços socialmente formados de masculinidade e feminilidade. É uma construção cultural (uma série de padrões de comportamento apreendidos). O género não é um dado, é algo que «todos» fazemos constantemente nas nossas acções quotidianas.

**Classe** – Embora seja um dos conceitos mais usados com mais frequência na sociologia, não há um consenso claro acerca da sua melhor definição. Contudo, a maior parte dos sociólogos usam o conceito quando se referem às diferenças socioeconómicas entre grupos de indivíduos que criam diferenças em termos de poder e de prosperidade material.

## **Dicionário de Abreviaturas**

**IPJ** – Instituto Português da Juventude

**PAAJ** – Política de Apoio ao Associativismo Juvenil

**PAJ** – política de Apoio à Juventude

**FNAJ** – Federação Nacional de Associações Juvenis

**FAJDP** – Federação de Associações Juvenis do Distrito do Porto

**JUP** – Jornal Universitário do Porto

**OUP** – Orfeão Universitário do Porto

**U.P.** – Universidade do Porto

**RNAJ** – Registo Nacional de Associações Juvenis

**FITU** – Festival Internacional de Tunas

**MOCAMFE** – Movimento de Organização de Campos de Férias

**NECTAR** – Núcleo de Estudantes de Ciências e Tecnologias do Ambiente

**FEP** – Faculdade de Economia da Universidade do Porto

**FEUP** – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

#### **4. Referências Bibliográficas**

ADKINS, Lisa e SKEGGS, Beverley (2004) – *Feminism after Bourdieu*. Oxford : Blackwell Publishing. ISBN 1-4051-2395-8

ALMEIDA, João, et. Al. (1988) – “Famílias, Estudantes e Universidades – Painéis de Observação Sociográfica”. in *Sociologia Problemas e Práticas n° 4*. pp. 134-168.

ALMEIDA, João Ferreira de (Coord.), (1994) – *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta. 233p. ISBN: 972-674-137-8.

AMÂNCIO, Lúcia (1994) – *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Lisboa: Edições Afrontamento.

BARBER, Bernardo (1964) – *Estratificación social, analisis comparativo de estructura y processo*. México: Fondo de Cultura Económica. pp. 13 a 24

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (2000) – *Modernização Reflexiva – Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*. Oeiras: Celta Editora.

BOUDON, Raymond; et tal. (1990) – “Associação”. in *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: D. Quixote.

BOUDON, Raymond (1990) – *Os Métodos em Sociologia*. Lisboa : Edições Rolim.

BOURDIEU, Pierre (2003) – *Questões de Sociologia*. Lisboa : Fim de Século. 289 pág. ISBN 972-754-197-6

BOURDIEU, Pierre et. al. (2003) - *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes. 747 pág. ISBN 85-326-1818-9

BOURDIEU, Pierre (1999) – *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-046-4

CABRAL, Manuel Villaverde (1997) – *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-8027-79-6

CABRAL, Manuel Villaverde et. al. (1998) – *Jovens portugueses de hoje: resultados do inquérito de 1997*. Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-004-9

CANÇO, Dina (2007) – *A igualdade de género em Portugal*. 2ª ed. rev. actualizada. - Lisboa : Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. ISBN 978-972-597-293-9

CANOTILHO, J. Gomes; MOREIRA, Vital E. (1997) – *Constituição da República Portuguesa/Lei do Tribunal Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora.

CARVALHO, Maria do Carmo Azevedo (2007) – *Culturas Juvenis e Novos Usos de Drogas em Meio Festivo. O trance psicadélico como analisador*. Porto: Editora Campo das Letras. ISBN 978-989-625-188-8

CEREJO, Sara Dalila Aguiar (2007) – *Risco e Identidade de Género no Universo do Graffiti*. Lisboa: Colibri.

COHEN, Joshua; ROGERS, Joel (1995) – “Secondary Associations and Democratic Governance”. in Eric Olin Wright (Ed.) *Associations and Democracy. The Real Utopias Project*. Vol. I. London: Verso. pp. 1-97.

CROSSLEY, Nick (2002) - *Making Sense of Social Movements Buckingham*. Open University Press, 207 p. ISBN 0-335-20602-6

CROSSLEY, Nick, and ROBERTS, John Michael (2004) - *After Habermas: new perspectives on the public sphere*. Oxford: Blackwell Publishing, - 184 p. ISBN 1-4051-2365-6

- DURKHEIM, Émile (1989) – *A Divisão do Trabalho Social*, vol. I. Lisboa: Presença.
- ECO, Umberto (2007) – *Como se Faz uma Tese Em Ciências Humanas*. Porto: Editorial Presença. ISBN 978-972-231-351-3
- ESTEVES, M. J. B. (1990) – “As Associações no Processo de Transformação Social na Sociedade Moderna. Um Estudo de Caso”. in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*. Vol. II. Lisboa: Fragmentos. pp. 243-261.
- FERNANDES, António Teixeira (1997) – *Poder Autárquico e Poder Regional*. Porto: Brasília Editora.
- FERNANDES, José (2003) – *O Associativismo de Pais: no Limiar da Virtualidade*. Lisboa: Ministério da Educação. 324 pág. ISBN 972-783-072-2
- FERREIRA, J. M. Carvalho (1995) – *Sociologia*. Lisboa: McGraw, 514 pág. ISBN 972-9241-79-1
- FERREIRA, J. M. Carvalho et. Al (1996) – *Psicossociologia das Organizações*. Alfragide: McGraw-Hill de Portugal.
- FERREIRA, Vítor Sérgio (coord.) (2006) – *A condição juvenil na viragem do milénio*. Secretaria de Estado da Juventude: Lisboa.
- FERREIRA, Pedro M. e SILVA, Pedro Alcântara Silva (2005) – *O associativismo juvenil e a cidadania Política*. Lisboa: Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa, 150 pág.
- FERREIRA, Ana Maria Monteiro (2002) – *Desigualdades de género no actual sistema educativo português: sua influência no mercado de emprego*. Coimbra: Quarteto. ISBN 972-8717-33-4



FERRÃO, João (1982) – *Evolução e Estrutura Regional das Classes Sociais em Portugal (1960-70)*. Lisboa: Finis terra, pp. 223-265

FERRÃO, João (1985) – “Recomposição social e estruturas regionais de classes”. in *Análise Social* nº 87-88-89. Lisboa: ICS. pp. 565 – 605.

FNAJ, Federação Nacional de Associações juvenis (2006) – *Políticas públicas de juventude: programa do movimento associativo juvenil*. Porto: FNAJ, pág. 22 ISBN972-99345-2-5

FRIEDBERG, Erhard (1995) – *O Poder e a Regra. Dinâmicas da Acção Organizada*. Lisboa: Instituto Piaget.

GIDDENS, Anthony (1995) – *As Consequências da Modernidade*. 2ª Ed. - Oeiras: Celta Editora 148 p. ISBN 972-8027-27-3

GIDDENS, Anthony (2000) – *Sociologia*. 2ª ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian 755 pág. ISBN 972-31-0887-9

GORZ, André (1997) – *Misères du Présent. Richesse du Possible*. Paris: Éditions Galilée.

GUERRA, Isabel (2006) – *Participação e acção colectiva: interesses e conflitos e consensos*. São João do Estoril: Principia. ISBN 972-8818-75-0

GURVITCH, Georges (1979) – *A Vocação Actual da Sociologia*. Vol. I. Lisboa: Cosmos.

HUOT, Réjean (2002) - *Métodos quantitativos para as ciências humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.. ISBN 972-771-546-X

HABERMAS, Jurgen (1992) – “Further Reflections on the Public Sphere”. In Craig Calhoun. *Habermas and the Public Sphere*. Massachusetts: The MIT Press. pp. 423-461.

HALL, Richard H. (1984) – *Organizações, Estruturas e Processos*. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil.

HORTON, Paul B.; HUNT, Chester L. (1981) – *Sociologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.

KEANE, John (2001) – *A sociedade civil*. Lisboa: Temas e Debates. ISBN 972-759-166-3

LERBERT, George (s/d) - *Os Passatempos dos Jovens*. Lisboa: Editorial Pórtico, Lda.

LOPES, João Miguel Teixeira Lopes (1997) – *Tristes Escolas, Práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 972-36-0419-1

MARX, Karl e ENGELS, Frederich (1993)– *Capital*. 4ª Ed. Chicago: Encyclopaedia Britannica. ISBN 0-85229-531-6

MICHEL, Andrée (1983) – *Sociologia da Família e do Casamento*. Porto : Rés 253 pág.

MEISTER, Albert (1974) - *La participation dans les associations*. Paris, Éditions Économie et Humanisme les Éditions Ouvrières 276 pág.

MONTEIRO, Alcides A. (2004) – *Associativismo e Novos Laços Sociais*. 1ª Edição Coimbra: Quarteto 331 p. ISBN 989-558-023-1

NORBECK, Johan (1983) – *Associações para o Desenvolvimento*. Pensar Educação, nº 12, ME/DGEA. pp. 7-28.

NUNES, João Sedas; et al. (1994) – “O Mundo Associativo”. in *Práticas Culturais dos Lisboaetas*, José Machado Pais (coord.) Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. pp. 245-258.

PAIS, José Machado (2001) – *Ganchos, Tachos e Biscates*. Porto: Âmbar. pp. 7-105.

PAIS, José Machado (2003) – *Culturas Juvenis*. 2ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda 425 pág. ISBN 972-27-1209-8

PAIS, José Machado (coord.) et. al. (1998) - *Gerações e Valores na sociedade portuguesa contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 555 pág. ISBN 972-96629-2-4

PAIS, José Machado e CHISCHOLM, Lynne, coord. (1997) - *Jovens em mudança*. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais

PAIS, José Machado, TORRES, Fernanda e COX, Sue. org. (1992) - *New routes for leisure : actas / Congresso Mundial do lazer=World leisure Congress*. Congresso Mundial do Lazer, Lisboa : Instituto de Ciências Sociais, 455 p.

PAIS, José Machado (coord.), *Traços e Riscos de Vida*, Porto, Ambar, 1999.

PAIS, José Machado e Blass Leila Maria da Silva (2004) – *Tribos urbanas : produção artística e identidades*. Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais. ISBN 972-671-129-0

PINTO, José Madureira (1994) – “Escolarização e sistema económico” in *Propostas para o ensino das ciências sociais*. Porto: Afrontamento. pp. 170-187.

PINTO, José Madureira; SILVA, Augusto Santos (orgs.) (1998) – *Metodologias das Ciências Sociais*. 10ª Ed., Porto: Edições Afrontamento, 1998

PUTNAM, Robert (1996) – *Comunidade e Democracia : a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (1998) – *Manual de investigação em Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa: Grávida. ISBN 972-662-275-1.

ROCHA, Cristina e FERREIRA, Manuela (2006) – *As mulheres e a cidadania (As mulheres e o trabalho na esfera doméstica)*. ISBN 972-24-1437-2

SANTOS, Maria de Lourdes Lima (2003) – *O Mundo da Arte Jovem – Protagonistas, Lugares e Lógicas de Acção*. Porto: Celta Editora. ISBN 972-774-167-3

SANTOS, Boaventura Sousa (2007) – *Um Discurso Sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura Sousa (1994) – *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto, Afrontamento

SANTOS, Boaventura Sousa (2003) – *Democratizar a Democracia. Os caminhos da Democracia participativa*. Porto: Afrontamento. ISBN 972-36-0676-3

SANTOS, Boaventura Sousa (2004) – *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Afrontamento. ISBN 972-36-0675-5

SARACENO, Chiara e Naldini, Manuela (2003) – *Sociologia da Família*. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 972-33-0852-5

SCHNAPPER, Dominique (2000) – “As experiências vividas: a relação com a produção” in *A compreensão sociológica*. Lisboa: Grávida. pp. 119-126.

SCOTT, Alan (1990) - *Ideology and the New Social Movement*. London: Hyman 174 pág. ISBN 0-04-301276-0

SENNETT, Richard (2001) – *A corrosão do carácter – as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar. 259 p. ISBN: 972-710-287-5.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (1986) – *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Manuela (1999) – *A igualdade de género : caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva*. Lisboa : Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. ISBN 972-597-180-9

SKOCPOL, Theda (1996) – “Unravelling from Above”. in *The American Prospect*, nº 25. pp. 20-25.

TAVARES, Manuela (2000) – *Movimentos de Mulheres em Portugal, décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN 972-24-1109-8

TOCQUEVILLE, Alexis (1972) – *Da Democracia na América*. Lisboa: Editorial Estúdios Cor.

VIEIRA, Maria Manuel (2007) – *Escola, jovens e media*. Lisboa : Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ISBN 978-972-671-200-8

### **Documentos Electrónicos**

ASSOCIAR.NET, (Portal das associações juvenis). Por base [Em linha]. Porto: ASSOCIAR.NET 2006, [Consult. Setembro de 2006]. Disponível em WWW:[URL:http://www.associar.net](http://www.associar.net).

FAJDP, (Federação de Associações juvenis do Distrito do Porto). Por base [Em linha]. Porto: FAJDP 2006, [Consult. Setembro de 2006]. Disponível na WWW:[URL:http://www.fajdp.pt](http://www.fajdp.pt).

FNAJ, (Federação Nacional de Associações Juvenis). Por base [Em linha]. Porto: FNAJ 2006, [Consult. Setembro de 2006]. Disponível em WWW:[URL:http://www.fnaj.com](http://www.fnaj.com)>.

IPJ, (Instituto Português da Juventude). Por base [Em linha]. Lisboa: IPJ 2008, [Consult. Abril de 2008]. Disponível em WWW:[URL:http://www.juventude.gov.pt](http://www.juventude.gov.pt)>.

SEJD, (Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto). Por base [Em linha]. Lisboa: SEJD 2008, [Consult. Abril de 2008]. Disponível em WWW:[URL:http://www.sejd.pt](http://www.sejd.pt)>.

SOCIOLOGIA, Actas do IV Congresso de, PINHEIRO, Carla Maria – *Consumo de Massas e Estilos de Vida: Comportamentos, Simbolismo e vice-versa*. Por base [Em Linha]. Lisboa: APS, 2000, [Consult. 18 Janeiro de 2006]. Disponível na WWW:[URL:http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta139.PDF](http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta139.PDF)>.

WOLTON, Dominique – *Glossário extracto de «Pensar a Comunicação» de Dominique Wolton*. Por base [Em linha]. Algés: Difel Editorial, 2006, [Consult. 17 de Novembro de 2006]. Disponível WWW:[URL:http://www.wolton.cnrs.fr/glossaire/port\\_glossario.htm](http://www.wolton.cnrs.fr/glossaire/port_glossario.htm)

REDE, Jovens para a Igualdade entre Homens e Mulheres. Por base [Em linha]. Lisboa: Rede 2008, [Consult. Abril de 2008]. Disponível em WWW:[URL:http://redejovensigualdade.org.pt](http://redejovensigualdade.org.pt)>.

### **Artigos**

CAPUCHA, Luís (1990) – “Associativismo e Modos de Vida num Bairro de Habitação Social”. in *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 8. Lisboa: CIES. pp. 29-41. ISBN: 972-95945-0-3.

GINER, Salvador (1995) – “Civil Society and its Future”. *Civil Society*, John A. Hall (Ed.) (1995). Cambridge: Polity Press, pp. 300-325

LOPES, João Teixeira Lopes (1993) - “A animação no espaço escolar urbano : um estudo sobre políticas autárquicas de animação sociocultural”. *Sociologia*. Porto: FLUP pp. 73-136

MAGALHÃES, Dulce (1991) – “A sociedade perante o lazer: geração do lazer, ou do não-sei-que-fazer?” *Sociologia*. Porto: FLUP (1991) pp.165-174

MARTINS, Susana da Cruz (2003) – “Novos associativismos e tematizações na sociedade portuguesa”. *Sociologia, Problemas e Práticas* nº 43 (2003), Oeiras: Celta Editora.

MELH, Dominique (1982) – “Culture et action associatives. ” *Sociologie du Travail*, nº1 (1982).

PALARD, Jacques (1981) – “Rapports Sociaux, Stratégie Politique et Vie Associative”. in *Sociologie du Travail*. Nº 3/81. Paris: Dunod.

PEREIRA, Inês (2002) – “Identidades em rede: construção identitária e movimento associativo”. *Sociologia, Problemas e Práticas* nº 40 (2002), Oeiras: Celta Editora.

PIZARRO, Manuel (2001) – “As Associações na Vida da Cidade”. *Porto de Encontro* (2001), Câmara Municipal do Porto

ROßTEUTSCHER, Sigrid (2000) – “Democracia associativa: as instituições voluntárias como campo de treino para a democracia?” *Cidadania, Integração e Globalização*. (2000) Oeiras: Celta Editora. ISBN 972-774-061-8.

SALGADO, Lucília (1993) – “As Associações e o Desenvolvimento”. in *Cadernos PEPT* 2000. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação. pp. 110-112.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990) – “O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna: Para um novo Senso Comum sobre o Poder e o Direito”. in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 30. pp. 13-41.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1995) – “Sociedade Providência ou Autoritarismo Social?” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 4.

VIEGAS, José Manuel Leite (1986) – “Associativismo e Dinâmica Cultural”. *Sociologia Problemas e Práticas*. Relógio d’água (1986) pp. 103-122

VIEGAS, José Manuel Leite (2004) – “Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia.” *Sociologia, Problemas e Práticas* nº 46 (2004), Oeiras: Celta Editora.

VIEGAS, José Manuel Leite; DIAS, Eduardo Costa (2000) – “Globalização e Novos Horizontes da Cidadania”. *Cidadania, Integração e Globalização*. Oeiras (2000): Celta Editora.

VILAÇA, Helena (1993) – “Território e identidades na problemática dos movimentos sociais: algumas propostas de pesquisa”. *Actas do Encontro de Vila do Conde Associação Portuguesa de Sociologia* 1-3 de Abril (1993), *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, APS pp. 401-422

VILAÇA, Helena; GUERRA, Paula (2000) – “O espaço urbano enquanto contexto específico de dinamismos associativos”. *Sociologia*. (2000) Porto: FLUP

### **Outras Fontes**

C.D.C.R. DE GIÃO, Centro Desportivo, Cultural e Recreativo de Gião (1976) - *Estatutos do C.D.C.R. de Gião*

DELICADO, Ana (2002) – Associativismo, Voluntariado e Cidadania: os jovens em Portugal e na Europa. *Colóquio Internacional “Movimento Estudantil; Dilemas e Perspectivas”*. Faculdade de Economia da Universidade de Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.



MAGALHÃES, Dulce (2006) – *Sociologia das Classes e da Mobilidade I e II*. Porto: FLUP, Textos de Apoio.

MENDES, Susana Filipa Rodrigues (2005) – As práticas escolares como construtoras de uma identidade curricular genderizada. *Dissertação de Mestrado*. Braga: Universidade do Minho.

PORTUGAL, Presidência do Conselho de Ministros (2005) – *Projecto de proposta de lei do associativismo juvenil*. Lisboa: Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto.

REDE, de Jovens para a Igualdade entre mulheres e homens (2006) - *Raparigas e rapazes nas associações juvenis: um guia para o mainstreaming de género*. Lisboa: Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.

# **ANEXOS I**

### Inquérito por Questionário

Este inquérito por questionário destina-se a uma investigação a realizar no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e pretende abordar o tema a igualdade de género no associativismo juvenil portuense. Toda a informação obtida por meio deste questionário é confidencial e tem como único objectivo a investigação acima identificada.

1. Idade \_\_\_\_\_ anos

2. Estado Civil \_\_\_\_\_

3. Distrito \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_

4. Grau de Escolaridade do inquirido:

Assinale apenas o nível de escolaridade que completou:

- |  |                          |    |
|--|--------------------------|----|
| Não completou nenhum nível de escolaridade | <input type="checkbox"/> | 1  |
| 1º Ciclo do Ensino Básico                  | <input type="checkbox"/> | 2  |
| 2º Ciclo do Ensino Básico                  | <input type="checkbox"/> | 3  |
| 3º Ciclo do Ensino Básico                  | <input type="checkbox"/> | 4  |
| Ensino Secundário via técnico profissional | <input type="checkbox"/> | 5  |
| Ensino Secundário via ensino               | <input type="checkbox"/> | 6  |
| Ensino Médio/Bacharelato                   | <input type="checkbox"/> | 7  |
| Licenciatura                               | <input type="checkbox"/> | 8  |
| Mestrado                                   | <input type="checkbox"/> | 9  |
| Doutoramento                               | <input type="checkbox"/> | 10 |
| Outra Situação                             | <input type="checkbox"/> | -1 |

**5. Condição do inquirido perante o trabalho (Assinale com uma cruz a opção que mais se adequa)**

Exerce Profissão	<input type="checkbox"/>	1
Trabalho Doméstico	<input type="checkbox"/>	2
Estudante	<input type="checkbox"/>	3
Trabalhador Estudante	<input type="checkbox"/>	4
Desempregado	<input type="checkbox"/>	5
À procura do 1º Emprego	<input type="checkbox"/>	6
A frequentar curso de formação profissional	<input type="checkbox"/>	7
Outra Situação	<input type="checkbox"/>	-1

**6. Grau de Escolaridade dos Pais (Assinale com uma cruz a opção que mais se adequa)**

	PAI	MÃE
Não completou nenhum nível de escolaridade	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 1
1º Ciclo do Ensino Básico	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 2
2º Ciclo do Ensino Básico	<input type="checkbox"/> 3	<input type="checkbox"/> 3
3º Ciclo do Ensino Básico	<input type="checkbox"/> 4	<input type="checkbox"/> 4
Ensino Secundário via técnico profissional	<input type="checkbox"/> 5	<input type="checkbox"/> 5
Ensino Secundário via ensino	<input type="checkbox"/> 6	<input type="checkbox"/> 6
Ensino Médio/Bacharelato	<input type="checkbox"/> 7	<input type="checkbox"/> 7
Licenciatura	<input type="checkbox"/> 8	<input type="checkbox"/> 8
Mestrado	<input type="checkbox"/> 9	<input type="checkbox"/> 9
Doutoramento	<input type="checkbox"/> 10	<input type="checkbox"/> 10
Outra Situação	<input type="checkbox"/> -1	<input type="checkbox"/> -1

7. Profissão do pai \_\_\_\_\_

8. Profissão da Mãe \_\_\_\_\_

9. Anos de Filiação no Associativismo \_\_\_\_\_

10. Nº de Associações em que é filiada \_\_\_\_\_

11. Cargo que ocupa na direcção \_\_\_\_\_

12. Anos de ocupação do cargo \_\_\_\_\_

13. Nº de membros da direcção da Associação \_\_\_\_\_

14. Nº de membros do género feminino na direcção da associação  
\_\_\_\_\_

15. Áreas de Intervenção da Associação (Assinale as que mais se adequam)

Artes	<input type="checkbox"/>	1	Ciência	<input type="checkbox"/>	6
Cultura	<input type="checkbox"/>	2	Desporto	<input type="checkbox"/>	7
Formação	<input type="checkbox"/>	3	Informação	<input type="checkbox"/>	8
Tecnologias de Informação	<input type="checkbox"/>	4	Tempos livres	<input type="checkbox"/>	9
Voluntariado	<input type="checkbox"/>	5	Outras	<input type="checkbox"/>	-1

16. Género do Presidente da associação

Feminino  Masculino

**17. Razões para a entrada no mundo associativo (Assinale as que mais se adequam)**

- |  |                          |    |
|--|--------------------------|----|
| Ocupação dos tempos livres                                       | <input type="checkbox"/> | 1  |
| Influência de amigos   | <input type="checkbox"/> | 2  |
| Influência da Família  | <input type="checkbox"/> | 3  |
| Preferência por uma actividade ou área de trabalho da associação | <input type="checkbox"/> | 4  |
| Voluntariado   | <input type="checkbox"/> | 5  |
| Acesso a uma nova rede de sociabilidades                         | <input type="checkbox"/> | 6  |
| Necessidade escolar/ profissional                                | <input type="checkbox"/> | 7  |
| Outros   | <input type="checkbox"/> | -1 |

**18. Razões para a ocupação de um cargo na direcção da associação (Assinale as que mais se adequam)**

- |  |                          |    |
|--|--------------------------|----|
| Ocupação dos tempos livres                     | <input type="checkbox"/> | 1  |
| Importância e visibilidade do cargo            | <input type="checkbox"/> | 2  |
| Apoiar e orientar as actividades da associação | <input type="checkbox"/> | 3  |
| Influência de outros associados                | <input type="checkbox"/> | 4  |
| Outras   | <input type="checkbox"/> | -1 |

**19. Importância do cargo que ocupa na associação (Assinale apenas a que mais se adequa)**

- |                     |                          |   |
|---------------------|--------------------------|---|
| Nada importante     | <input type="checkbox"/> | 1 |
| Pouco Importante    | <input type="checkbox"/> | 2 |
| Importante          | <input type="checkbox"/> | 3 |
| Bastante Importante | <input type="checkbox"/> | 4 |
| Muito Importante    | <input type="checkbox"/> | 5 |

**20. Visibilidade do cargo que ocupa na direcção (Assinale apenas a que mais se adequa)**

- Nada visível  1
- Pouco visível  2
- Visível  3
- Bastante visível  4
- Muito Visível  5

**21. Importância da ocupação de cargos na direcção por membros do género feminino (Assinale apenas a que mais se adequa)**

- Nada Importante  1
- Pouco Importante  2
- Importante  3
- Bastante Importante  4
- Muito Importante  5

**22. Evolução da presença de membros do género feminino na ocupação de cargos da direcção. (Assinale apenas a que mais se adequa)**

- Evolução muito negativa  1
- Evolução negativa  2
- Evolução média  3
- Evolução positiva  4
- Evolução muito positiva  5

**23. Satisfação com o cargo que ocupa na direcção.**  
(Assinale apenas a que mais se adequa)

- |                     |                          |   |
|---------------------|--------------------------|---|
| Insatisfeita        | <input type="checkbox"/> | 1 |
| Pouco Satisfeita    | <input type="checkbox"/> | 2 |
| Satisfeita          | <input type="checkbox"/> | 3 |
| Bastante Satisfeita | <input type="checkbox"/> | 4 |
| Muito Satisfeita    | <input type="checkbox"/> | 5 |

**24. Impacto do cargo na vida sócio-profissional**  
(Assinale apenas a que mais se adequa)

- |                  |                          |   |
|------------------|--------------------------|---|
| Nenhum Impacto   | <input type="checkbox"/> | 1 |
| Pouco Impacto    | <input type="checkbox"/> | 2 |
| Algum Impacto    | <input type="checkbox"/> | 3 |
| Bastante Impacto | <input type="checkbox"/> | 4 |
| Muito Impacto    | <input type="checkbox"/> | 5 |

Muito obrigada pela colaboração!



# **ANEXOS II**

## Estatísticas

Idade da Inquirida

Amostra	Válida	34
	Missing	0
Média		23,41
Std. Error of Mean		1,205
Mediana		21,00
Moda		21
Desvio-padrão		7,029
Variância		49,401
Assimetria		3,112
Std. Error of Skewness		,403
Curtose		10,070
Std. Error of Kurtosis		,788
Percentis	10	19,50
	20	20,00
	25	20,00
	30	21,00
	40	21,00
	50	21,00
	60	22,00
	70	23,00
	75	23,25
	80	24,00
	90	29,50

**Quadro nº 1 – Idade da Inquirida**

		Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Idade	16	1	2,9	2,9	2,9
	18	1	2,9	2,9	5,9
	19	1	2,9	2,9	8,8
	20	6	17,6	17,6	26,5
	21	9	26,5	26,5	52,9
	22	4	11,8	11,8	64,7
	23	4	11,8	11,8	76,5
	24	3	8,8	8,8	85,3
	25	1	2,9	2,9	88,2
	29	1	2,9	2,9	91,2
	30	1	2,9	2,9	94,1
	47	1	2,9	2,9	97,1
	51	1	2,9	2,9	100,0
	Total	34	100,0	100,0	

**Quadro nº 2 – Idade da Inquirida (Frequências)**

		Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Est. Civil	Casada	3	8,8	8,8	8,8
	Solteira	31	91,2	91,2	100,0
	Total	34	100,0	100,0	

**Quadro nº 3 – Estado Civil (Frequências)**

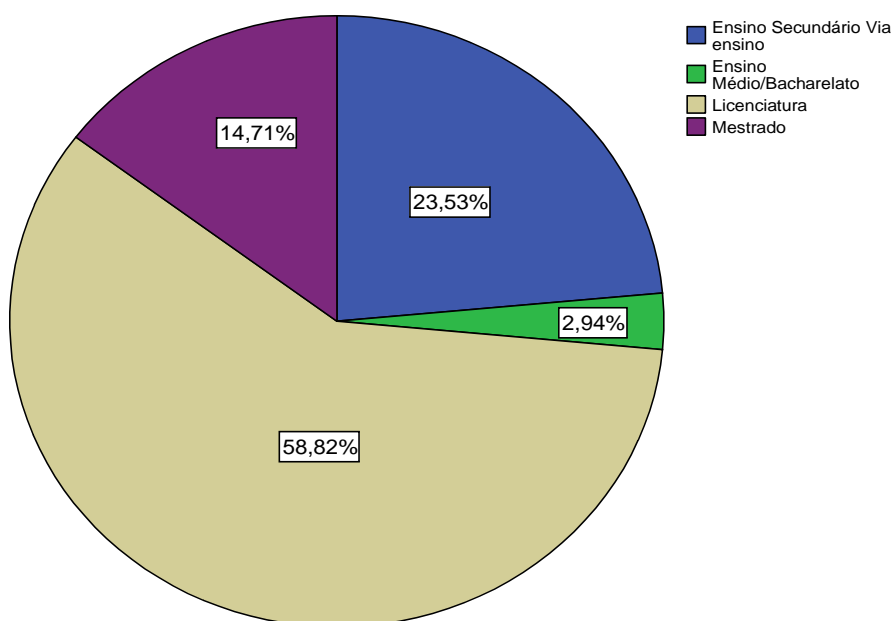
Amostra	Válida	34
	Missing	0
Média		2,00
Mediana		2,00
Moda		2
Percentis	10	1,00
	20	1,00
	25	1,75
	30	2,00
	40	2,00
	50	2,00
	60	2,00
	70	2,00
	75	2,00
	80	2,00
	90	3,00

**Quadro nº 4 – Intervalo de Idades das Inquiridas**

	Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Idade 15-20	8	23,5	23,5	23,5
21-25	22	64,7	64,7	88,2
26-30	2	5,9	5,9	94,1
>35	2	5,9	5,9	100,0
Total	34	100,0	100,0	

**Quadro nº 5 – Intervalo de Idades das Inquiridas (Frequências)**

**Escolaridade das Inquiridas**



**Gráfico nº 1 – Escolaridade das Inquiridas**

	Frequências	Percentagens	Percentage m Válida	Percentagem Acumulada
Distrito Aveiro	3	8,8	8,8	8,8
Braga	2	5,9	5,9	14,7
Coimbra	2	5,9	5,9	20,6
Porto	26	76,5	76,5	97,1
Santarém	1	2,9	2,9	100,0
Total	34	100,0	100,0	

**Quadro nº 6 – Distrito das Inquiridas**

		Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Actividade	Exerce uma profissão	7	20,6	20,6	20,6
	Estudante	24	70,6	70,6	91,2
	Trabalhador	1	2,9	2,9	94,1
	Estudante	1	2,9	2,9	94,1
	À procura do primeiro emprego	2	5,9	5,9	100,0
	Total	34	100,0	100,0	100,0

**Quadro nº 7 – Actividade das Inquiridas**

	Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Nenhuma	1	2,9	2,9	2,9
Agricultor	1	2,9	2,9	5,9
Bancário	2	5,9	5,9	11,8
Calceteiro -	1	2,9	2,9	14,7
Funcionário público	1	2,9	2,9	17,6
Cantoneiro	1	2,9	2,9	17,6
/funcionário público	1	2,9	2,9	20,6
Comerciante	1	2,9	2,9	23,5
Director Técnico	1	2,9	2,9	26,5
Economista	1	2,9	2,9	29,4
Economista/	1	2,9	2,9	29,4
Vereador	1	2,9	2,9	32,4
Eng. Electrotécnico	1	2,9	2,9	32,4
Engenheiro	3	8,8	8,8	41,2
Engenheiro Civil -	1	2,9	2,9	44,1
Empresário	1	2,9	2,9	44,1
Engenheiro	2	5,9	5,9	50,0
Electrotécnico	2	5,9	5,9	55,9
Gerente Comercial	2	5,9	5,9	55,9
Gestor	1	2,9	2,9	58,8
Gestor de Logística	1	2,9	2,9	61,8
Gestor Empresa	1	2,9	2,9	64,7
Unipessoal	1	2,9	2,9	64,7
Historiador	1	2,9	2,9	67,6
Médico	1	2,9	2,9	70,6
Médico Clínica Geral	1	2,9	2,9	73,5
Músico	1	2,9	2,9	76,5
Operador de	1	2,9	2,9	79,4
Máquinas	1	2,9	2,9	79,4
Professor	1	2,9	2,9	82,4
Professor	1	2,9	2,9	85,3
Universitário	1	2,9	2,9	85,3
Reformado - Téc.	1	2,9	2,9	88,2
Fabril	1	2,9	2,9	88,2
Reformado	3	8,8	8,8	97,1
Trabalhador	1	2,9	2,9	100,0
Independente	1	2,9	2,9	100,0
Total	34	100,0	100,0	100,0

**Quadro nº 8 – Profissão do Pai**

	Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Auxiliar de Acção Educativa	1	2,9	2,9	2,9
Auxiliar de acção sócio-educativa	1	2,9	2,9	5,9
Auxiliar de Acção Sócio-Educativa	2	5,9	5,9	11,8
Bobinadeira	1	2,9	2,9	14,7
Comercial	1	2,9	2,9	17,6
Comerciante	1	2,9	2,9	20,6
Doméstica	4	11,8	11,8	32,4
Educadora de Infância	1	2,9	2,9	35,3
Empregada Auxiliar num lar de 3ª Idade	1	2,9	2,9	38,2
Empregada de Escritório	1	2,9	2,9	41,2
Empresária	1	2,9	2,9	44,1
Enfermeira	2	5,9	5,9	50,0
Médica	2	5,9	5,9	55,9
Médica Clínica Geral	1	2,9	2,9	58,8
Oficial de Justiça	1	2,9	2,9	61,8
Professora	7	20,6	20,6	82,4
Professora do 1º Ciclo do Ensino Básico	1	2,9	2,9	85,3
Professora Ensino Básico - 1º ciclo	1	2,9	2,9	88,2
Professora Ensino Secundário	2	5,9	5,9	94,1
Reformada	1	2,9	2,9	97,1
Reformada (Educadora de Infância)	1	2,9	2,9	100,0
Total	34	100,0	100,0	

**Quadro nº 9 – Profissão da Mãe**

	Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
BEP - Burguesia Empresarial e Proprietária	4	11,8	12,5	12,5
BD - Burguesia Dirigente	4	11,8	12,5	25,0
PBIC - Pequena Burguesia Intelectual e Científica	20	58,8	62,5	87,5
PBPA - Pequena Burguesia Proprietária e Assalariada	1	2,9	3,1	90,6
PBE - Pequena Burguesia de Execução	1	2,9	3,1	93,8
OI - Operariado Industrial	2	5,9	6,3	100,0
Total	32	94,1	100,0	
Missing	2	5,9		
Total	34	100,0		

**Quadro nº 10 – Lugar de Classe de Origem**

	Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
1	9	26,5	26,5	26,5
2	7	20,6	20,6	47,1
3	3	8,8	8,8	55,9
4	4	11,8	11,8	67,6
5	3	8,8	8,8	76,5
6	1	2,9	2,9	79,4
7	1	2,9	2,9	82,4
8	1	2,9	2,9	85,3
9	2	5,9	5,9	91,2
10	1	2,9	2,9	94,1
15	1	2,9	2,9	97,1
16	1	2,9	2,9	100,0
Total	34	100,0	100,0	

**Quadro nº 11 – Anos de filiação no associativismo**

		Statistic	Std. Error	
Anos de filiação no associativismo	Média	4,21	,663	
	95% Intervalo de confiança da Média	Lower Bound	2,86	
		Upper Bound	5,56	
	5% Trimédia	3,75		
	Mediana	3,00		
	Variância	14,956		
	Desvio-padrão	3,867		
	Mínimo	1		
	Máximo	16		
	Range	15		
	Interquartile Range	4		
	Assimetria	1,681	,403	
	Curtose	2,640	,788	

**Quadro nº 12 – Anos de Filiação no Associativismo (Estatísticas Descritivas)**

		Percentis						
		5	10	25	50	75	90	95
Weighted Average (Definition 1)	Anos de filiação no associativismo	1,00	1,00	1,00	3,00	5,25	9,50	15,25
Tukey's Hinges	Anos de filiação no associativismo			1,00	3,00	5,00		

**Quadro nº 13 – Anos de Filiação no Associativismo ( Percentis)**



			Número do Caso	Valor
Anos de filiação no associativismo	Highest	1	5	16
		2	28	15
		3	29	10
		4	3	9
		5	4	9
	Lowest	1	34	1
		2	33	1
		3	22	1
		4	21	1
		5	20	1(a)

a Only a partial list of cases with the value 1 are shown in the table of lower extremes.

#### Quadro nº 14 – Anos de Filiação no Associativismo Juvenil (Valores Extremos)

	Kolmogorov-Smirnov(a)			Shapiro-Wilk		
	Estatísticas	df	Sig.	Estatísticas	df	Sig.
Anos de filiação no associativismo	,204	34	,001	,790	34	,000

a Lilliefors Significance Correction

#### Quadro nº 15 – Anos de Filiação no Associativismo (Testes à Normalidade)

Anos de filiação no associativismo Stem-and-Leaf Plot

```

Frequency      Stem & Leaf
  9,00         1 . 000000000
  7,00         2 . 0000000
  3,00         3 . 000
  4,00         4 . 0000
  3,00         5 . 000
  1,00         6 . 0
  1,00         7 . 0
  1,00         8 . 0
  2,00         9 . 00
  1,00        10 . 0
  2,00 Extremes  (>=15,0)

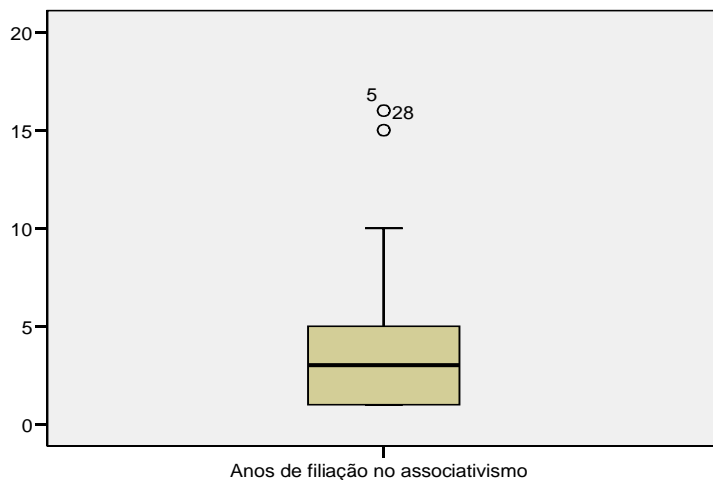
```

```

Stem width:      1
Each leaf:       1 case(s)

```

#### Gráfico nº 2 – Anos de filiação no Associativismo (Diagrama de caule e folhas)



**Quadro n° 16 – Anos de filiação no Associativismo Juvenil (Caixa de Bigodes)**

Importância do Cargo ocupado na direcção	Nada Visível		Pouco Visível		Visível		Bastante Visível		Muito Visível		Total	
		%		%		%		%		%		%
Nada Importante	1	3%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	3%
Importante	0	0%	2	6%	9	26%	2	6%	0	0%	13	38%
Bastante Importante	0	0%	1	3%	5	15%	5	15%	1	3%	12	35%
Muito Importante	0	0%	3	9%	2	6%	2	6%	1	3%	8	24%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>3%</b>	<b>6</b>	<b>18%</b>	<b>16</b>	<b>47%</b>	<b>9</b>	<b>26%</b>	<b>2</b>	<b>6%</b>	<b>34</b>	<b>100%</b>

**Quadro n° 17 – Importância e visibilidade do cargo ocupado na Direcção**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	41,784(a)	12	,000
Likelihood Ratio	17,069	12	,147
Linear-by-Linear Association	2,987	1	,084
N of Valid Cases	34		

a 18 cells (90,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,03.

### Quadro nº 18 – Teste do Qui-Quadrado Importância e visibilidade do cargo ocupado na Direcção

			Value	Asymp. Std. Error(a)	Approx. T(b)	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Lambda	Symmetric	,205	,120	1,565	,117
		Visibilidade do cargo ocupado na direcção Dependent	,111	,128	,825	,410
		Importância do Cargo ocupado na direcção Dependent	,286	,151	1,668	,095
	Goodman and Kruskal tau	Visibilidade do cargo ocupado na direcção Dependent	,145	,066		,086(c)
		Importância do Cargo ocupado na direcção Dependent	,164	,071		,180(c)
	Uncertainty Coefficient	Symmetric	,204	,089	2,062	,147(d)
		Visibilidade do cargo ocupado na direcção Dependent	,196	,086	2,062	,147(d)
		Importância do Cargo ocupado na direcção Dependent	,213	,093	2,062	,147(d)

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

c Based on chi-square approximation

d Likelihood ratio chi-square probability.

### Quadro nº 19 – Medidas Direccionais Importância e visibilidade do cargo ocupado na Direcção

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	1,109	,000
	Cramer's V	,640	,000
	Contingency Coefficient	,743	,000
N of Valid Cases		34	

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

### Quadro nº 20 – Medidas de Simetria Importância e visibilidade do cargo ocupado na Direcção

		Responses		Percentagem de casos
		N	Percentagens	N
Áreas de Intervenção	Áreas de Intervenção da Associação - Artes	12	9,8%	35,3%
	Áreas de Intervenção da Associação - Cultura	20	16,3%	58,8%
	Áreas de Intervenção da Associação - Formação	18	14,6%	52,9%
	Áreas de Intervenção da Associação - Tecnologias da Informação	2	1,6%	5,9%
	Áreas de Intervenção da Associação - Voluntariado	14	11,4%	41,2%
	Áreas de Intervenção da Associação - Ciência	8	6,5%	23,5%
	Áreas de Intervenção da Associação - Desporto	7	5,7%	20,6%
	Áreas de Intervenção da Associação - Informação	10	8,1%	29,4%
	Áreas de Intervenção da Associação - Tempos Livres	21	17,1%	61,8%
	Áreas de Intervenção da Associação - Outras	11	8,9%	32,4%
Total	123	100,0%	361,8%	

a Dichotomy group tabulated at value 1.

### Quadro nº 21 – Áreas de Intervenção da Associação

	Género do Presidente			Total
	Percentagens			
	Frequências	Masculino	Feminino	
TOTAL	13	87%	13%	100%

**Quadro nº 22 – Género do Presidente**

	Género dos Dirigentes Associativos					
	Feminino		Masculino		Total	
	Frequências	Percentagens	Frequências	Percentagens	Frequências	Percentagens
TOTAL	47	52%	44	48%	91	100%

**Quadro nº 23 – Género dos Dirigentes Associativos**

		Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Cargo	1ª Secretária	1	2,9	2,9	2,9
	Direcção do Dept. Marketing	1	2,9	2,9	5,9
	Directora Comercial	1	2,9	2,9	8,8
	Directora do Dpt. Eng. Quimica	1	2,9	2,9	11,8
	Directora Geral Interna	1	2,9	2,9	14,7
	Presidente	2	5,9	5,9	20,6
	Secretária	11	32,4	32,4	52,9
	Secretária Geral	2	5,9	5,9	58,8
	Sub-Directora	2	5,9	5,9	64,7
	Tesoureira-Adjunta	1	2,9	2,9	67,6
	Tesoureira	2	5,9	5,9	73,5
	Vice-Presidente	5	14,7	14,7	88,2
	Vice-Presidente para activid.	1	2,9	2,9	91,2
	Vogal	3	8,8	8,8	100,0
	Total	34	100,0	100,0	

**Quadro nº 24 – Cargo que ocupa na Direcção**

		Respostas		Percentagem de Casos
		N	Percentagens	N
Razoes Ocupação de um Cargo na Direcção( a)	Razões para ocupação de um cargo direcção - OTL	6	10,0%	18,2%
	Razões para ocupação de um cargo direcção - Importância e visibilidade do cargo	8	13,3%	24,2%
	Razões para ocupação de um cargo direcção - Apoiar e orientar as actividades da associação	30	50,0%	90,9%
	Razões para ocupação de um cargo direcção - Influência de outros associados	12	20,0%	36,4%
	Razões para ocupação de um cargo direcção - outras	4	6,7%	12,1%
Total		60	100,0%	181,8%

a Dichotomy group tabulated at value 1.

**Quadro nº 25 – Razões para a Ocupação de um cargo na Direcção**

		Respostas		Percentagens de Casos
		N	Percentagens	N
Razões entrada no Associativismo(a)	Razões para entrada no associativismo - OTL	15	16,7%	44,1%
	Razões para entrada no associativismo - Influência dos amigos	19	21,1%	55,9%
	Razões para entrada no associativismo - Influência da Família	5	5,6%	14,7%
	Razões para entrada no associativismo - Preferência Activ. ou área de trab. da associação	14	15,6%	41,2%
	Razões para entrada no associativismo - Voluntariado	12	13,3%	35,3%
	Razões para entrada no associativismo - Nova Rede de Sociabilidades	18	20,0%	52,9%
	Razões para entrada no associativismo - Necessidade escolar/ profissional	3	3,3%	8,8%
	Razões para entrada no associativismo - Outras	4	4,4%	11,8%
Total	90	100,0%	264,7%	

a Dichotomy group tabulated at value 1.

### Quadro nº 26 – Razões para a entrada no Associativismo

**Estatísticas**

		Visibilidade do cargo ocupado na direcção	Importância do Cargo ocupado na direcção	Importância da ocupação de cargos na direcção pelo género feminino	Evolução da presença do género feminino em cargos da direcção	Satisfação com o cargo que ocupa na direcção	Impacto da ocupação de um cargo na direcção na vida sócio-profissional
N	Validas	34	34	33	32	32	34
	Missing	0	0	1	2	2	0
Média		3,15	3,76	3,70	3,97	4,00	3,29
Mediana		3,00	4,00	4,00	4,00	4,00	3,00
Moda		3	3	5	4	3 <sup>a</sup>	3
Percentis	10	2,00	3,00	1,40	3,00	3,00	1,00
	20	2,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
	25	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
	30	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
	40	3,00	3,00	3,00	4,00	4,00	3,00
	50	3,00	4,00	4,00	4,00	4,00	3,00
	60	3,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	70	4,00	4,00	5,00	5,00	5,00	4,00
	75	4,00	4,25	5,00	5,00	5,00	4,00
	80	4,00	5,00	5,00	5,00	5,00	4,00
90	4,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	

a. Multiple modes exist. The smallest value is shown

**Quadro nº 27 – Estatísticas**

	Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Nada Visível	1	2,9	2,9	2,9
Pouco Visível	6	17,6	17,6	20,6
Visível	16	47,1	47,1	67,6
Bastante Visível	9	26,5	26,5	94,1
Muito Visível	2	5,9	5,9	100,0
Total	34	100,0	100,0	

**Quadro nº 28 – Visibilidade do cargo ocupado na Direcção**



	Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Nada Importante	1	2,9	2,9	2,9
Importante	13	38,2	38,2	41,2
Bastante Importante	12	35,3	35,3	76,5
Muito Importante	8	23,5	23,5	100,0
Total	34	100,0	100,0	

**Quadro nº 29 – Importância do Cargo Ocupado na Direcção**

	Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Nada Importante	3	8,8	9,1	9,1
Pouco Importante	1	2,9	3,0	12,1
Importante	11	32,4	33,3	45,5
Bastante Importante	6	17,6	18,2	63,6
Muito Importante	12	35,3	36,4	100,0
Total	33	97,1	100,0	
Missing	1	2,9		
Total	34	100,0		

**Quadro nº 30 – Importância da Ocupação de Cargos na Direcção pelo Género Feminino**

	Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Pouca Evolução	1	2,9	3,1	3,1
Alguma Evolução	9	26,5	28,1	31,3
Bastante Evolução	12	35,3	37,5	68,8
Evolução muito positiva	10	29,4	31,3	100,0
Total	32	94,1	100,0	
Missing	2	5,9		
Total	34	100,0		

**Quadro nº 31 – Evolução da presença do género feminino em cargos na Direcção**

	Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Satisfeita	11	32,4	34,4	34,4
Bastante satisfeita	10	29,4	31,3	65,6
Muito Satisfeita	11	32,4	34,4	100,0
Total	32	94,1	100,0	
Missing	2	5,9		
Total	34	100,0		

**Quadro nº 32 – Satisfação com o cargo que ocupa na Direcção**

	Frequências	Percentagens	Percentagens Válidas	Percentagens Acumuladas
Nenhum Impacto	4	11,8	11,8	11,8
Pouco Impacto	2	5,9	5,9	17,6
Algum Impacto	13	38,2	38,2	55,9
Bastante Impacto	10	29,4	29,4	85,3
Muito Impacto	5	14,7	14,7	100,0
Total	34	100,0	100,0	

**Quadro nº 33 – Impacto da Ocupação de um cargo na Direcção na vida socioprofissional**

	Cases					
	Válida		Missing		Total	
	N	Percentagens	N	Percentagens	N	Percentagens
Impacto da ocupação de um cargo na direcção na vida sócio-profissional * Profissão das Inquiridas	34	100,0%	0	,0%	34	100,0%

**Quadro nº 34 – Sumário de Casos**

**Impacto da ocupação de um cargo na direcção na vida sócio-profissional \* Profissão das Inquiridas Crosstabulation**

			Profissão das Inquiridas				Total
			Exerce uma profissão	Estudante	Trabalhador Estudante	À procura do primeiro emprego	
Impacto da ocupação de um cargo na direcção na vida sócio-profissional	Nenhum Impacto	Count % within Profissão das Inquiridas	4 57,1%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	4 11,8%
	Pouco Impacto	Count % within Profissão das Inquiridas	1 14,3%	1 4,2%	0 ,0%	0 ,0%	2 5,9%
	Algum Impacto	Count % within Profissão das Inquiridas	1 14,3%	11 45,8%	0 ,0%	1 50,0%	13 38,2%
	Bastante Impacto	Count % within Profissão das Inquiridas	1 14,3%	7 29,2%	1 100,0%	1 50,0%	10 29,4%
	Muito Impacto	Count % within Profissão das Inquiridas	0 ,0%	5 20,8%	0 ,0%	0 ,0%	5 14,7%
Total		Count % within Profissão das Inquiridas	7 100,0%	24 100,0%	1 100,0%	2 100,0%	34 100,0%

**Quadro nº 35 – Actividade exercida e o impacto de um cargo na Direcção**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	23,043(a)	12	,027
Likelihood Ratio	21,714	12	,041
Linear-by-Linear Association	7,822	1	,005
N of Valid Cases	34		

a 18 cells (90,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,06.

**Quadro nº 36 – Chi-Square Tests (Actividade exercida e o impacto de um cargo na Direcção)**

			Value	Asymp. Std. Error(a)	Approx. T(b)	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Lambda	Symmetric	,258	,120	1,879	,060
		Impacto da ocupação de um cargo na direcção na vida sócio-profissional Dependent	,190	,105	1,701	,089
		Profissão das Inquiridas Dependent	,400	,190	1,701	,089
	Goodman and Kruskal tau	Impacto da ocupação de um cargo na direcção na vida sócio-profissional Dependent	,147	,062		,079(c)
		Profissão das Inquiridas Dependent	,396	,089		,000(c)
	Uncertainty Coefficient	Symmetric	,281	,078	3,169	,041(d)
		Impacto da ocupação de um cargo na direcção na vida sócio-profissional Dependent	,224	,065	3,169	,041(d)
		Profissão das Inquiridas Dependent	,379	,109	3,169	,041(d)

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

c Based on chi-square approximation

d Likelihood ratio chi-square probability.

### Quadro nº 37 – Medidas Direccionais (Actividade exercida e o impacto de um cargo na Direcção)

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,823	,027
	Cramer's V	,475	,027
	Contingency Coefficient	,636	,027
N of Valid Cases		34	

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

### Quadro nº 38 – Medidas Simétricas (Actividade exercida e o impacto de um cargo na Direcção)

**Importância do Cargo ocupado na direcção \* Cargo que ocupa na direcção Crosstabulation**

		Cargo que ocupa na direcção													Total		
		Secretário	Direcção do Dept. Marketing	Directora Comercial	Directora Dpt. Eng. Química	Directora Geral	Interrresidente	Secretária	Secretária Geral	Sub-Directora	Tesoureira	Tesoureira Adjunta	Vice-Presidente	Vice-Presidente para actividade		Vogal	
Importância do Cargo ocupado na direcção	Nada Importante	Count	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
		% within Cargo que ocupa na direcção	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	20,0%	,0%	,0%	2,9%	
	Importante	Count	1	1	0	0	0	1	6	2	0	0	0	0	2	13	
		% within Cargo que ocupa na direcção	100,0%	100,0%	,0%	,0%	,0%	50,0%	54,5%	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	66,7%	38,2%	
	Bastante Importante	Count	0	0	0	1	0	1	3	0	0	1	1	3	1	12	
		% within Cargo que ocupa na direcção	,0%	,0%	,0%	100,0%	,0%	50,0%	27,3%	,0%	,0%	50,0%	100,0%	60,0%	100,0%	33,3%	35,3%
	Muito Importante	Count	0	0	1	0	1	0	2	0	2	1	0	1	0	8	
		% within Cargo que ocupa na direcção	,0%	,0%	100,0%	,0%	100,0%	,0%	18,2%	,0%	100,0%	50,0%	,0%	20,0%	,0%	23,5%	
<b>Total</b>		Count	1	1	1	1	1	2	11	2	2	2	1	5	1	34	
		% within Cargo que ocupa na direcção	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Quadro nº 39 – (Cargo ocupado relação com importância do mesmo)**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	37,832(a)	39	,523
Likelihood Ratio	39,440	39	,450
N of Valid Cases	34		

a 56 cells (100,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,03.

**Quadro n° 40 – Testes do Qui-quadrado (Cargo ocupado relação com importância do mesmo)**

			Value	Asymp. Std. Error(a)	Approx. T(b)	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Lambda	Symmetric	,273	,049	4,306	,000
		Importância do Cargo ocupado na direcção Dependent	,524	,109	4,032	,000
		Cargo que ocupa na direcção Dependent	,043	,043	1,015	,310
	Goodman and Kruskal tau	Importância do Cargo ocupado na direcção Dependent	,446	,053		,263(c)
		Cargo que ocupa na direcção Dependent	,100	,026		,306(c)
	Uncertainty Coefficient	Symmetric	,338	,044	5,938	,450(d)
		Importância do Cargo ocupado na direcção Dependent	,492	,075	5,938	,450(d)
		Cargo que ocupa na direcção Dependent	,257	,034	5,938	,450(d)

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

c Based on chi-square approximation

d Likelihood ratio chi-square probability.

**Quadro n° 41 – Medidas Direccionais (Cargo ocupado relação com importância do mesmo)**

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	1,055	,523
	Cramer's V	,609	,523
	Contingency Coefficient	,726	,523
N of Valid Cases		34	

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

**Quadro nº 42 – Medidas Simétricas (Cargo ocupado relação com importância do mesmo)**

		Cargo que ocupa na direcção														Total
		1ª Sec	Dir. Dept. Mark	Dir. Com.	Dir. Dpt. Eng. Quim.	Dir. Geral Interna	Presidente	Secr .	Secr . Geral I	Sub-Directora	Tesour eira	Tesour eira-Adjunta	Vice-Presidente	Vice-Presidente para activid .	Vogal	
Satisfeita	Count	0	0	0	0	0	1	6	1	1	0	1	1	0	0	11
	%	,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	50,0%	54,5%	100,0%	50,0%	,0%	100,0%	25,0%	,0%	,0%	34,4%
Bastante satisfeita	Count	1	0	0	0	0	1	3	0	0	2	0	2	0	1	10
	% within	100,0%	,0%	,0%	,0%	,0%	50,0%	27,3%	,0%	,0%	100,0%	,0%	50,0%	,0%	33,3%	31,3%
Muito Satisfeita	Count	0	1	1	1	1	0	2	0	1	0	0	1	1	2	11
	% within	,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	,0%	18,2%	,0%	50,0%	,0%	,0%	25,0%	100,0%	66,7%	34,4%
Total	Count	1	1	1	1	1	2	11	1	2	2	1	4	1	3	32
	% within	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Quadro nº 43 – Cargo que ocupa na Direcção e grau de satisfação**



	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	26,724(a)	26	,424
Likelihood Ratio	30,678	26	,240
N of Valid Cases	32		

a 42 cells (100,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,31.

#### Quadro nº 44 – Testes do Qui-Quadrado (Cargo que ocupa na Direcção e grau de satisfação)

			Value	Asymp. Std. Error(a)	Approx. T(b)	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Lambda	Symmetric	,262	,058	3,623	,000
		Satisfação com o cargo que ocupa na direcção Dependent	,524	,118	3,623	,000
		Cargo que ocupa na direcção Dependent	,000	,000	.(c)	.(c)
	Goodman and Kruskal tau	Satisfação com o cargo que ocupa na direcção Dependent	,419	,059		,464(d)
		Cargo que ocupa na direcção Dependent	,071	,035		,329(d)
	Uncertainty Coefficient	Symmetric	,288	,047	5,112	,240(e)
		Satisfação com o cargo que ocupa na direcção Dependent	,437	,086	5,112	,240(e)
		Cargo que ocupa na direcção Dependent	,214	,032	5,112	,240(e)

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

c Cannot be computed because the asymptotic standard error equals zero.

d Based on chi-square approximation

e Likelihood ratio chi-square probability.

#### Quadro nº 45 – Medidas Direccionais (Cargo que ocupa na Direcção e grau de satisfação)

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	,914	,424
	Cramer's V	,646	,424
	Contingency Coefficient	,675	,424
N of Valid Cases		32	

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

**Quadro nº 46 – Medidas Simétricas (Cargo que ocupa na Direcção e grau de satisfação)**

		Cargo que ocupa na direcção														Total
		1ª Sec	Dir. Dept. Mark	Dir. Com.	Dir. Dpt. Eng. Quim.	Dir. Geral Interna	Presidente	Secr	Secr. Geral	Sub-Directora	Tesoureira	Tesoureira-Adjunta	Vice-Presidente	Vice-Presidente para activid.	Vogal	
Nada Visível	Count	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
	%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	20%	0%	0%	2,9%
Pouco Visível	Count	0	0	0	0	0	0	3	0	2	0	1	0	0	0	5
	% within	0%	0%	0%	0%	0%	0%	27,3%	0%	100%	0%	100%	0%	0%	0%	
Visível	Count	1	1	0	0	1	2	6	1	0	0	0	1	0	3	16
	% within	100%	100%	0%	0%	100%	100%	54,5%	50%	0%	0%	0%	20%	0%	100%	47,1%
Bastante Visível	Count	0	0	0	0	0	0	2	1	0	2	0	3	1	0	9
	% within	0%	0%	0%	0%	0%	0%	18,2%	50%	0	100%	0	60%	100%	0	26,5%
Muito Visível	Count	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	% within	0%	0%	100%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5,9%
TOTAL	Count	1	1	1	1	1	2	11	2	2	2	1	5	1	3	34
	% within	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

**Quadro nº 47 – Cargo que ocupa na Direcção e grau de visibilidade na comunidade**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	75,274(a)	52	,019
Likelihood Ratio	53,082	52	,432
N of Valid Cases	34		

a 69 cells (98,6%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,03.

#### Quadro n° 48 – Testes do Qui-Quadrado (Cargo que ocupa na Direcção e grau de visibilidade na comunidade)

			Value	Asymp. Std. Error(a)	Approx. T(b)	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Lambda	Symmetric	,317	,096	2,770	,006
		Visibilidade do cargo ocupado na direcção Dependent	,556	,128	3,322	,001
		Cargo que ocupa na direcção Dependent	,130	,107	1,156	,248
	Goodman and Kruskal tau	Visibilidade do cargo ocupado na direcção Dependent	,548	,050		,033(c)
		Cargo que ocupa na direcção Dependent	,159	,026		,064(c)
	Uncertainty Coefficient	Symmetric	,441	,056	5,657	,432(d)
		Visibilidade do cargo ocupado na direcção Dependent	,608	,079	5,657	,432(d)
		Cargo que ocupa na direcção Dependent	,346	,049	5,657	,432(d)

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

c Based on chi-square approximation

d Likelihood ratio chi-square probability.

#### Quadro n° 49 – Medidas Direccionais (Cargo que ocupa na Direcção e grau de visibilidade na comunidade)

		Value	Approx. Sig.
Nominal by Nominal	Phi	1,488	,019
	Cramer's V	,744	,019
	Contingency Coefficient	,830	,019
N of Valid Cases		34	

a Not assuming the null hypothesis.

b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

**Quadro nº 50- Medidas Simétricas (Cargo que ocupa na Direcção e grau de Visibilidade na comunidade)**

N	Valid	34
	Missing	0
Mean		1,32
Median		1,00
Mode		1
Std. Deviation		,684
Skewness		2,501
Std. Error of Skewness		,403
Kurtosis		6,794
Std. Error of Kurtosis		,788
Percentiles	10	1,00
	20	1,00
	25	1,00
	30	1,00
	40	1,00
	50	1,00
	60	1,00
	70	1,00
	75	1,25
	80	2,00
	90	2,00

**Quadro nº 51 – Estatísticas (Número de Associações em que é filiada)**

Nível de Escolaridade	Escolaridade Pais	
	Frequências	Percentagens
1º C. Ens. Básico	10%	10%
2º C. Ens. Básico	1%	1%
3º C. Ens. Básico	15%	15%
Ens. Sec. Via Tec. Prof.	9%	9%
Ens. Sec. Via ens.	9%	9%
Ens. Médio/Bacharelato	4%	4%
Licenc.	46%	46%
Mestr.	3%	3%
Doutor.	3%	3%
Total	68	100%

**Quadro nº 52 – Escolaridade dos Pais**

<i>Nível de escolaridade dos pais</i>						
Nível de Escolaridade	Pai		Mãe		TOTAL	
	Frequências	Perc.	Frequências	Perc.	Frequências	Perc.
1º Ciclo do Ensino Básico	4	6%	3	4%	7	10%
2º Ciclo do Ensino Básico	0	0%	1	1%	1	1%
3º Ciclo do Ensino Básico	4	6%	6	9%	10	15%
Ensino Secundário Via Técnico Profissional	3	4%	3	4%	6	9%
Ensino Secundário Via ensino	4	6%	2	3%	6	9%
Ensino Médio/Bacharelato	2	3%	1	1%	3	4%
Licenciatura	14	21%	17	25%	31	46%
Mestrado	2	3%	0	0%	2	3%
Doutoramento	1	1%	1	1%	2	3%
Total	34	50%	34	50%	68	100%

**Quadro nº 53 – Nível de escolaridade do Pai e da Mãe**

<b>H M</b>	<b>BEP</b>	<b>BD</b>	<b>BP</b>	<b>PBIC</b>	<b>PBTEI</b>	<b>PBE</b>	<b>PBIP</b>	<b>PBA</b>	<b>OI</b>	<b>OA</b>
<b>BEP</b>	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP	BEP
<b>BD</b>	BEP	BD	BDP	BD	BD	BD	BD	BD	BD	BD
<b>BP</b>	BEP	BDP	BP	BP	BP	BP	BP	BP	BP	BP
<b>PBIC</b>	BEP	BD	BP	PBIC	PBIC	PBIC	PBPA	PBAP	PBIC	PBIC
<b>PBTEI</b>	BEP	BD	BP	PBIC	PBTEI	PBTEI	PBPA	PBAP	PBTEI	PBTEI
<b>PBE</b>	BEP	BD	BP	PBIC	PBTEI	PBE	PBPA	PBAP	OP	OP
<b>PBIP</b>	BEP	BD	BP	PBPA	PBPA	PBPA	PBIP	PBAP	PBPA	PBPA
<b>PBA</b>	BEP	BD	BP	PBAP	PBAP	PBAP	PBAP	PBA	PBAP	PBAP
<b>OI</b>	BEP	BD	BP	PBIC	PBTEI	PBEP	PBPA	PBAP	OI	OIA
<b>OA</b>	BEP	BD	BP	PBIC	PBTEI	PBEP	PBPA	PBAP	OIA	OA

**Quadro nº 54 – Matriz de construção dos Lugares de Classe de Família/Classe de Origem (Dulce Magalhães)**



# **ANEXO III**

## **Diário de Campo**

**DATA:** 2 de Setembro de 2008

**LOCAL:** Visita a três associações (Orfeão Universitário do Porto, Coral do ICBAS e Terra Vivente)

**ASSUNTO:** Reconhecimento das Instalações das Associações e administração dos inquéritos

No final de mais um dia de trabalho também ele consagrado ao estudo das associações juvenis, segui viagem já previamente delineada rumo a algumas associações juvenis do centro da cidade do Porto. A primeira paragem foi no Orfeão Universitário do Porto, onde se encontravam uma grande parte dos associados, já que se estava numa época do ano crucial para esta associação, tanto a nível de angariação de associados, pois estávamos no início das aulas, como também devido à organização do maior evento daquela associação, o FITU, que me disseram ir já na vigésima segunda edição. Como tal, foi relativamente fácil encontrar os membros do género feminino pertencentes à direcção e órgãos sociais. A sede desta associação fica na Ruas dos Bragas, onde também se localiza actualmente a Faculdade de Direito da Universidade do Porto e o núcleo dos cursos de Jornalismo e Comunicação Social da Faculdade de Letras, depreendendo-se que é um local com um ambiente estritamente académico. A sede está quase sempre com as portas abertas e no dia em que a visitei não foi excepção.

As instalações do Orfeão ocupam o primeiro de um piso cedido pela reitoria para várias actividades ligadas ao universo da cultura académica, neste caso a de carácter mais musical, por isso neste mesmo edificio, podemos encontrar a funcionar também as instalações outros grupos académicos, que no entanto, não são considerados associações juvenis por a maior parte dos seus membros já serem antigos alunos da Universidade do Porto.

No interior da sede do Orfeão, podem ver-se os instrumentos espalhados e bastantes associados dispersos pelas salas, ou a ensaiar, ou a conversar entre si. Na sala da direcção, encontram-se quase sempre as mulheres pertencentes à direcção. Disseram-me que iam brevemente haver eleições, e que uma das novidades seria uma presidente mulher e uma mudança no panorama da composição dos membros da direcção, pois a maior parte seriam associados do género feminino. Uma tendência aceite aparentemente de forma natural pelos membros da associação.

Seguidamente a esta visita, desci a rua dos Bragas e encaminhei-me para a Cordoaria, onde se localiza a sede do Coral do ICBAS, também ele um grupo de carácter académico e de acesso restrito aos alunos da Universidade do Porto, mas em que a maior parte dos cantores pertencem mesmo ao ICBAS (Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar). Esta associação, ao contrário do Orfeão que está aberto aos seus associados todos os dias, só tem actividades durante duas vezes por semana, por isso tive de esperar por um dos dias de ensaio, segundo as instruções que o porteiro do ICBAS me tinha dado previamente. Esta quinta-feira era o dia do início das actividades para o novo ano lectivo, já que como associação do meio académico e situando-se dentro do próprio instituto de ensino, durante o verão encerra as portas.

Alguns dos membros que se encontravam à porta da sala de ensaios, uma sala cedida pelo Instituto para o coro, pensaram que eu estaria ali para fazer os testes para entrar no coro. Depois de ter dito que tinha outras razões para estar ali, mostraram-se um pouco desanimados, queixando-se da falta de novos associados e novas vozes para o coro. A maior parte dos membros do género masculino da direcção encontravam-se ali para o ensaio, e só uma rapariga da direcção estava presente, a qual depois de me explicar o funcionamento da associação (espectáculos, instalações disponíveis, recursos económicos e um pouco do historial) respondeu ao inquérito e levou os restantes para depois dar às suas colegas, já que como estavam nos cursos de medicina explicavam com esse facto as ausências a alguns ensaios, ou espectáculos.

No final do meu dia de visitas a algumas associações do centro do Porto, dirigi-me até à sede na Rua dos Caldeireiros da Associação Terra Viva – Terra Vivente. Como não existia qualquer indicação no início da rua de onde pudesse ser a sede, questionei alguns dos moradores daquela zona. Apesar da zona histórica do Porto apresentar problemas sociais, como violência, analfabetismo, pobreza, a associação foi rapidamente localizada pelos moradores, descrevendo-a como “a casa escura com uns papéis pendurados na porta”, o que de certa forma denota o reconhecimento da existência da associação. Depois de ter tocado à campainha sem sucesso e de a “casa escura” estar mesmo às escuras, optei pelo meio mais fácil, um telefonema para um número de telemóvel que estava num dos muitos panfletos espalhados pela grande janela da entrada.

Finalmente, logo de seguida ao telefonema foi-me aberta a porta para as instalações da associação, pelo presidente, o Paiva, assim denominado pelos associados e pelos membros do pequeno mundo associativo portuense. Rapidamente tentou-me

explicar o porquê das luzes apagadas e da informação do horário na porta, que comunicava a abertura da sede entre as quinze horas e as dezanove horas da tarde, o que naquele dia não se tinha passado. As instalações desta associação ficam num rés-do-chão de uma das casas do centro histórico, e comunicam directamente com a vizinhança, que segundo o presidente é o público alvo da associação (maioritariamente jovens com problemas de cariz sócio-económico). As actividades desenvolvidas passam por experiências ao ar livre, com fins-de-semana passados em zonas mais rurais do distrito do Porto e em formações na sede da associação.

No entanto, a maior parte dos membros da direcção não se encontra no activo, e o único membro da direcção do género feminino tinha apenas uma representação “um pouco fictícia”, pois encontrava-se no Brasil a estudar há um ano. No final desta visita, dei por terminado o trabalho por aquele dia.

**DATA:** 3 de Setembro de 2008

**LOCAL:** Visita a quatro associações (Casa da Madeira, MOCAMFE, JUP e Fábrica do Som)

**ASSUNTO:** Reconhecimento das Instalações das Associações e administração dos inquéritos

No segundo dia dedicado às visitas às associações, mais uma vez escolhi quatro que se localizavam no centro da cidade do Porto por se encontrarem perto do meu local de trabalho.

A primeira visita recaiu na associação Casa da Madeira do Porto, a sede situa-se numa das ruas de Cedofeita, tendo um estandarte com a bandeira da Madeira, um dos símbolos sinalizadores que ali se encontra associação, e como depois mais tarde notei um motivo de orgulho e distinção daqueles associados. Tal como algumas associações que tinha visitado anteriormente, as instalações estavam fechadas e no interior encontrava-se apenas o presidente.

A sede desta associação encontra-se numa casa antiga recuperada e com instalações amplas e uma decoração mais formal, que a que tinha encontrado na associação Terra Viva, Terra Vivente. A conversa foi curta, já que o presidente se encontrava de saída, mas as informações recolhidas deram para fazer um breve retrato da associação. Este tinha sido alvo de obras estruturais para alargar o bar, que é um espaço explorado pela associação e para obter alguns lucros para a sua manutenção. O dinamismo da associação passa um pouco pela exploração do bar e da sua abertura ao público jovem, maioritariamente estudantes madeirenses que se encontram no Porto a estudar e a viver e aos seus colegas. Conclui-se que o objectivo é proporcionar um espaço de convívio a esta população mais específica, mas que também não deixam de interagir com a restante comunidade e de estarem mais vocacionados para uma actividade económica lucrativa, o que se insere já num novo estilo de associativismo, que até há bem pouco tempo não existia nestes módulos.

Depois de deixar dois questionários para as duas únicas mulheres na direcção desta associação, as quais por falta de tempo e algumas quezílias entre membros da direcção frequentavam muito pouco as instalações da associação, preparei-me para seguir rumo para outra associação indicada no mapa das associações juvenis portuenses.

Por volta das 18h30 cheguei às instalações do JUP (Jornal Universitário do Porto), localizadas na Rua de Miguel Bombarda, o que vem também um pouco no

seguimento da distribuição geográfica da maior parte das associações juvenis portuenses, a maior parte concentram-se no centro da cidade, mais propriamente na zona de Cedofeita e da Cordoaria.

Das três visitas que tinha feito anteriormente ao JUP, apenas neste dia consegui falar com alguns membros da direcção, nos outros dias a sede estava sempre fechada e uma das vezes apenas avistei a empregada de limpeza que por sinais me indicou que estavam fechados e que não sabia quando abriam. A explicação para esta situação foi-me dada nesta visita, quando a vice-presidente referiu que a sede da associação só estava aberta no final de cada mês para efectuarem a paginação e terminarem a edição do jornal. O restante trabalho, a redacção e a pesquisa são feitas pelos associados em suas casas, recorrendo às suas próprias ferramentas de trabalho em casa, um dos exemplos era um dos associados que se encontrava na sala de redacção com o seu próprio portátil a trabalhar na parte gráfica da edição do jornal.

A casa antiga onde se localiza o JUP tem três pisos, mas apenas tive acesso aos dois primeiros. O rés-do-chão é o local dedicado a exposições permanentes, tal como se pode ler na indicação numa das janelas que dá para a rua. No corredor de entrada, vêem-se listas de jornais empilhados de edições anteriores que provavelmente não foram distribuídos, e as escadas que fazem ligação com a sala de redacção. Assim, no primeiro piso as duas salas existentes são ocupadas pelos associados do JUP, numa encontram-se os computadores já bastante antigos e que ocupam a maior parte das mesas e do espaço. A decoração da sala é feita de desenhos e frases de intervenção escritas nas paredes e ainda se podem ver espalhados alguns placards com flyers e cartazes de festas, ou notícias de jornal. A segunda sala é ocupada pela presidente, e outros membros da direcção, mas o espaço está decorado da mesma forma. Tudo parece estar um pouco desarrumado.

Nesta visita tive contacto com a vice-presidente, que depois de responder ao questionário tentou arranjar uma forma de contacto para as restantes associadas que também pertenciam à direcção. A formação dos corpos sociais tinha sido recente e instável devido a alguns problemas internos, uma das razões para que o JUP ainda não estivesse a funcionar em pleno e que muitos dos membros da direcção não aparecessem com tanta frequência na sede.

Segui em direcção à associação Fábrica de Som, que se encontrava bastante mais distanciada do centro da cidade e do núcleo das restantes associações. A sede ficava numa casa antiga da zona oriental do Porto. Apenas consegui visualizar o exterior da

associação, já que se encontrava fechada, pelos cartazes nas janelas que anunciavam actuações de bandas de rock pouco conhecidas pelo grande público, percebi que as instalações serviam como espaço para concertos em alguns dias específicos e como estúdio de gravações musicais. Não existia campainha e como tal depois de bater consecutivamente à porta tive de desistir.

Como nesse dia o tempo já era curto optei por ir directamente à casa de uma amiga que pertence aos corpos dirigentes da associação MOCAMFE do núcleo regional do Porto. Esta associação tem sede na parte Oriental da cidade do Porto, mais propriamente em Paranhos. Contudo, a maior parte dos associados e membros da direcção adoptam outros pontos de encontro para as reuniões, por exemplo as suas próprias casas. Os inquéritos para as restantes associadas foram deixados na casa dela, pois brevemente iriam ter uma reunião para discutirem as actividades para o próximo ano. A conversa centrou-se essencialmente nas actividades da associação e no impacto que têm na comunidade onde existe cada um dos núcleos regionais. Basicamente as actividades desta associação centram-se na organização de campos de férias para jovens e também no restauro de algum do espólio habitacional da associação.

**DATA:** 5 de Setembro de 2008

**LOCAL:** Reunião com o presidente da Associação CAOS e visita às instalações das associações sediadas na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (TIC TAC – Teatro Amador de Ciências, NECTAR e Grupo de Folclore da Faculdade de Ciências)

**HORA:** 18h30 – 21h30

Um dos problemas que já tinha surgido em anteriores visitas e que se revelou ser o mais problemático para o decorrer da investigação e da aplicação do método quantitativo foi a falta de disponibilidade de muitos dos membros das direcções para manterem as portas abertas das associações tanto para actividades das mesmas, como para receberem algum visitante. Desta forma, tive de me adaptar aos contratemplos e optei por marcar telefonicamente um encontro com o presidente da CAOS, uma reunião na FAJDP (Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto), já que por motivos aliados ao funcionamento da associação do mesmo, ele tinha marcado previamente uma reunião com o presidente da FAJDP Júlio Oliveira.

Depois das apresentações formais, a Cláudia, uma das funcionárias da FAJDP e o presidente da CAOS ainda se debruçaram sobre algumas questões logísticas entre as duas instituições e alguns minutos a seguir sentamo-nos todos na grande mesa de reuniões. A FAJDP tem as suas instalações tal como muitas outras associações numa casa antiga do centro da cidade. Como Federação é uma instituição maior que as restantes associações e por isso mesmo com alguns objectivos e financiamentos diferentes. Logo à entrada foi criado um espaço para uma UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Activa), onde estão dispostos computadores em algumas mesas encostadas às paredes cheias de panfletos das actividades associativas e de oferta/procura de emprego.

A sala de reuniões onde nos encontrávamos acaba por ser o epicentro de toda a actividade da Federação com as associações e onde se encontram as duas funcionárias a trabalhar diariamente. Uma televisão com ecrã gigante que está sempre ligada a canais que passam música rock e pop faz com que o ambiente se torne mais informal.

A conversa com o presidente da CAOS revestiu-se de um carácter também ele mais informal, apesar de que a sua faixa etária se situava entre os quarenta, quarenta e cinco anos, o que em outras situações poderia ter-me obrigado a seguir outros moldes de comunicação para este diálogo.

A CAOS foi-me descrita como uma associação ligada à comunidade onde está inserida e levando a cabo alguns projectos para colmatar algumas das necessidades



socioeconómicas da população mais jovem que habita nos bairros sociais do Cerco e do Lagarteiro. Durante a nossa conversação, o presidente atendeu várias chamadas relacionadas com a associação, e em todas elas pareceu exercer sempre um papel muito enérgico.

No final desta breve reunião, o presidente prometeu levar os questionários com ele e aplicá-los às várias mulheres que ocupam cargos na direcção da associação, mas salientando sempre a falta de tempo que muitos dos associados têm.

Como muitas das associações estão distanciadas geograficamente entre si, uma das soluções aplicadas foram as visitas a núcleos de associações que estivessem o mais próximo possível entre si. A segunda parte do dia centrou-se na ida às instalações das três associações que tinham sede na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, no pólo universitário do Campo Alegre.

A busca pelas instalações de cada uma das três associações revelou-se um pouco mais complicada do que se esperava, já que a grande parte dos alunos não sabia da existência das associações na Faculdade. A associação de estudantes foi então apontada como o único local onde poderia obter alguma informação. Situada numa nova parte adjacente ao edifício da faculdade a associação de estudantes da FCUP e depois como me pude aperceber também as três associações ocupam um dos pisos. Na sala da associação de estudantes indicaram-me um corredor com três pequenas salas que tinham colado na porta um papel com a indicação que cada uma das associações funcionava ali.

Como em nenhuma das três associações estivesse alguém, optei por me dirigir a uma das salas que estava aberta. Apercebi-me que as restantes salas deviam ser como aquela em que tinha entrado: bastante estreitas, com uma única janela e com pouco espaço para material e pessoal, encontravam-se apenas duas pessoas na sala, mas já assim o espaço parecia bastante reduzido.

Uma das pessoas que se encontrava na sala aberta deu-me um número de telemóvel com a indicação quanto à associação NECTAR, as restantes duas associações, ninguém parecia saber alguma coisa sobre algum dos associados, ou até se ainda se encontravam em funcionamento.

Como não sabia se alguma das associadas da NECTAR ainda se encontrava pela faculdade liguei para o número que me tinha sido fornecido e falei directamente com uma das jovens associadas pertencente aos corpos sociais. Mais uma vez o contacto foi feito via telefone, pois segundo as informações a sede raramente estava aberta e o projecto tinha sido colocado um pouco em “standby” devido ao final da vida académica

e o prosseguimento para a vida profissional, a disponibilidade deixou de ser a mesma que a inicial.

Tendo em conta esta situação, introduzi um novo método de aplicação dos inquéritos, através do envio dos mesmos por e-mail para as associações. O primeiro caso foi o da NECTAR.

**DATA:** 9 de Setembro de 2008

**LOCAL:** Visita ao Rampa Clube

**ASSUNTO:** Reconhecimento das Instalações das Associações e administração dos inquéritos

Numa anterior visita feita ao Vega Clube uma associação juvenil ligada à Opus Dei, indicaram-me a associação juvenil Rampa Clube como sendo a associação também ligada ao mesmo movimento religioso, mas trabalhando exclusivamente para o sector feminino. Enquanto que o Vega Clube seria a associação juvenil com actividades estritamente ligadas aos jovens do género masculino.

A sede desta associação ficam na Avenida da Boavista, uma zona mais modernizada da cidade do Porto e as instalações ocupam dois andares de um prédio bastante recente. Tal como a maior parte das associações não existe nenhum placard a anunciar que ali se encontra uma associação. Apenas o botão da campainha está identificado com o nome.

A entrada para associação é feita a partir de um grande hall de entrada, com alguns móveis imponentes. As salas onde decorrem as actividades encontram-se num corredor mais afastado, longe do olhar dos visitantes. Uma sala de estar majestosa recebe os possíveis visitantes, ou convidados, com uma decoração muito formal, podemos dizer até um pouco opressiva, já que nos faz temer “qualquer passo em falso”. Os sinais exteriores de riqueza estão bem patentes, desde o mobiliário, até à presença constante de uma funcionária da associação, uma senhora já com uma certa idade e que se movimenta entre os diversos escritórios de alguns membros da direcção.

Depois de me indicarem para esperar nessa mesma sala, fui recebida por uma das associadas mais velhas, que nesse momento se encontrava a leccionar uma aula às associadas que frequentam o ensino superior. A conversa decorreu da forma mais

formal possível, muito diferente das associações que até então tinha tido contacto, que se tinham mostrado mais informais na parte comunicacional. No final da visita, mais uma vez foi-me explicado a pouca disponibilidade por parte dos membros da direcção para responderem ao questionário, devido ao volume de trabalho que tinham tanto na associação, como fora.

**DATA:** 10 de Setembro de 2008

**LOCAL:** Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP)

**ASSUNTO:** Visita às instalações das associações sediadas na FEUP

A faculdade de engenharia da universidade do Porto situa-se no lado Oriental da cidade, no pólo universitário da Asperela, perto do Hospital de São João. Com uma arquitectura moderna, as instalações da FEUP ocupam um grande edifício com vários departamentos e salas de aula. O coral de engenharia e o Grupo Local Best Porto ocupam duas salas, tal como os restantes grupos ligados à FEUP. Depois de percorrer a faculdade em busca da sala pertencente à associação Grupo Best Porto, deparei com o quase total desconhecimento por parte dos alunos da existência da mesma e ausência de sinais informativos. Apenas os funcionários sabiam indicar, ainda com algumas dúvidas da localização da sala.

O grupo Local Best Porto ficava situado numa sala bastante afastada, ao fundo de um corredor. Quando entrei a sala estava a ser esvaziada, pois estavam em mudanças de instalações para a nova sede da associação de estudantes, que ocupava agora um novo edifício mesmo em frente da faculdade. A maior parte das pessoas na sala eram da direcção e apenas se encontrava uma rapariga, que rapidamente se identificou como sendo apenas sócia. O pouco que restava na sala era os computadores e os posters e algumas caixas com papéis dentro. A associação parecia-se mais com a sede de uma micro empresa, com os associados cada um com o seu computador e secretária. Como estavam em mudanças e já os tinha contactado anteriormente por e-mail no sentido de preencherem os questionários, pediram-me desculpa e encurtaram um pouco a visita.

Seguidamente, dirigi-me para a segunda associação que tinha as suas instalações na FEUP, o Coral de Engenharia, fui acompanhada pela rapariga do grupo Best Porto, que me indicou o caminho para a sala. Depois de algumas tentativas para ver se

encontrava-se alguém dentro da sala, já que era dia de ensaio, desisti e como a sala pertencente às duas tunas da FEUP estivesse aberta perguntei lá. Rapidamente me passaram por caloiira que vinha às audições, depois de explicar o porquê da minha ida ali, mudaram de comportamento e informaram-me que era raro existirem ensaios, e a sala quase nunca estava aberta, pelo que depreendi, que a actividade do coral tinha estagnado.

Das duas outras associações, apenas uma se encontrava a trabalhar, JUNIFEUP consulting., uma espécie de micro empresa que tem como associados e trabalhadores os estudantes das diferentes áreas de Engenharia, um espaço onde podem exercer alguma da experiência e conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Esta associação ocupa uma sala num dos departamentos de engenharia, um edifício aparte do das salas de aula da faculdade.

**DATA:** 10 de Setembro de 2008

**LOCAL:** Faculdade de Economia da Universidade do Porto

**ASSUNTO:** Visita às instalações da FEP Júnior Consulting.

Localizada no edifício da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), a sede da FEP Júnior Consulting. Ocupava uma sala ampla dividida por sectores de acção da associação, de um lado temos as secretárias dispostas lado a lado para o trabalho dos associados e numa segunda divisão separada por uma parede uma outra sala com mais computadores para o trabalho exclusivo da direcção.

Diferentemente das anteriores visitas, na minha deslocação à FEP facilmente consegui receber indicações da localização da sala onde se encontrava a funcionar a associação e todos os alunos e funcionários pareciam estar bastante informados sobre as actividades da mesma e a aprovação tanto por parte dos mesmos era patente.

No momento da minha visita à sede, encontravam-se apenas o grupo das directoras da associação na sala. Como fui reconhecida por uma dirigente que pertencia a outra associação onde eu era associada, fui apresentada ao grupo de dirigentes e pude facilmente aperceber-me de algumas das dinâmicas que ali funcionavam.

Muitas das dirigentes tinham escolhido aquela associação como uma “rampa de lançamento” para a vida profissional futura. O trabalho na associação era estruturado como se de uma mini-empresa se tratasse, por isso os dirigentes associados

participavam na elaboração de projectos de marketing e prospecção de mercado em colaboração com grandes empresas do mercado nacional e internacional. Deslocavam-se também a eventos, como exposições e feiras nacionais para aprenderem *in loco* novas técnicas profissionais e alargar a sua rede de contactos no mercado de trabalho.

Esta associação foi de todas a que já tinha visitado aquela que detinha as melhores instalações e os melhores equipamentos, vários computadores para cada um dos dirigentes e todo o material de escritório necessário. Tudo na sala estava arrumado e notava-se um certo orgulho naqueles que estavam presentes em mostrar as suas instalações.

Seguidamente a ter aplicado todos os questionários surgiram os dois primeiros dirigentes homens, que se demoraram apenas alguns minutos, apenas o tempo para combinarem alguns detalhes com as restantes colegas de direcção, dizendo que elas são as que estavam encarregadas de quase tudo.

**DATA:** 11 de Setembro

**LOCAL:** Sede da Associação Mundo a Sorrir (Rua Mouzinho da Silveira)

**ASSUNTO:** Visita das Instalações da associação

**HORA:** 22h00

Depois de uma visita à morada indicada nas inscrições RNAJ como sendo a sede da associação, confirmou-se que esta era em outro lugar e aquela morada apenas servia como receptáculo da correspondência da associação. Após o telefonema com o presidente da associação foi-me indicada uma nova morada, onde se localizava a sede.

Como muitos dos associados e dirigentes desta associação são médicos dentistas, o horário de funcionamento da associação é sempre combinado entre os mesmos, sendo que a sede serve mais para reuniões de direcção e armazenamento de material relacionado com o âmbito de acção da associação. O restante trabalho dos associados é feito essencialmente fora da associação, em contacto com a comunidade, por exemplo em parcerias com escolas, com instituições de solidariedade social e até em alguns países dos PALOP para promover a higiene oral.

A sede da associação ocupa um prédio restaurado cedido pela Camara Municipal do Porto na parte histórica da Ribeira. Uma das queixas apresentadas foi relativa à “vizinhança”, já que eram bastante ruidosos e sem grandes hábitos de higiene, o exemplo estava no exterior da associação, perto do qual se amontoavam uma série de

dejectos e sacos do lixo. Ainda a acrescentar a essa queixa, fizeram notar a falta de espaço dentro da sede, que por ser tão pequena não lhes permitia efectuar todo o trabalho que pretendiam ali. A ideia desta associação é desenvolver futuramente uma clínica médica dentária com tratamento gratuito para todos os habitantes da cidade do Porto que tenham carências económicas, como tal a sede de associação não apresenta as condições necessárias para o desenvolvimento do projecto.

O edifício era de dois andares e no primeiro logo à entrada estavam empilhadas bastantes caixas com material odontológico, o que tornava ainda a sala mais pequena e com pouco espaço tal como tinham referido para trabalharem. Uma mesa redonda e algumas cadeiras constituíam o único local daquele espaço para as reuniões da direcção, o piso de cima estava também repleto de material.

Uma dos elementos diferenciadores desta associação juvenil das restantes era a contratualização de uma pessoa para fazer algum serviço de carácter mais logístico, que os restantes associados por falta de tempo devido às suas carreiras profissionais e académicas não podiam. Uma outra razão para terem uma secretária a tempo inteiro prendia-se com a apresentação da candidatura da associação a IPSS, o que iria mudar brevemente a situação da associação perante a lei.

# **ANEXO IV**

## Cronograma

Actividades	MESES											
	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.
<b>Fase preparatória</b>												
<b>1. Escolha da Temática</b>	X											
<b>2. Delimitação dos objectos gerais e Específicos</b>	X	x										
<b>3. Exploração e análise bibliográfica</b>	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
<b>4. Definição das teorias base do trabalho</b>	x	x	x									
<b>5. Construção das hipóteses</b>	X	x										
<b>Escolha dos métodos e técnicas de observação</b>												
<b>6. Escolha da população alvo e da amostra</b>		x	x	X	X							
<b>7. Escolha e construção das técnicas de recolha de informação</b>		x	x	x								
<b>Administração das técnicas</b>												
<b>8. Recolha dos dados estatísticos da população amostral</b>									X	X	X	
<b>9. Construção de uma</b>						X	X	x				



<b>base de dados estatística</b>												
<b>Análise da Informação</b>												
<b>10. Análise da informação teórico-estatística</b>											<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Metodologias de avaliação</b>												
<b>11. Avaliação interna</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Conclusão</b>												
<b>12. Redacção e entrega do relatório final</b>											<b>X</b>	<b>X</b>

# **ANEXOS V**

	Designação	Concelho	Direcções Mistas (membros de ambos os géneros)
1	Associação Age-i-Feup	Porto	<a href="#">Sim</a>
2	Associação Bushidokan de Artes Marciais	Porto	Não
3	Associação Ensemble Vocal Pro Música	Porto	Sim
4	Associação Jovens Flautistas do Porto	Porto	
5	Associação Juvenil Escola de Futebol Hernâni Gonçalves	Porto	Não
6	Associação Portuguesa - PEJ	Porto	Sim
7	Associação Recreativa Juvenil Fábrica de Som	Porto	Não
8	Associação Tuna de Engenharia Univ. Porto	Porto	Não
9	Atlético Clube do Monte dos Burgos	Porto	Não
10	Centro Regional de Formação de Animadores - CREFA	Porto	Sim
11	Clube Atletismo Foz do Douro	Porto	Não
12	Comissão de Jovens de Ramalde	Porto	
13	Coral de Engenharia da Universidade do Porto	Porto	Sim
14	Coral do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar	Porto	Sim
15	Eclipse Arte, associação cultural	Porto	Sim
16	Estufa - Associação Cultural	Porto	
17	FEP Junior Consulting Empresa da Faculdade de Economia do Porto Associação	Porto	Sim
18	Grupo de Folclore da Faculdade Ciências	Porto	
19	Grupo Desportivo Recreativo e Cultural Campequeno	Porto	Não
20	Grupo Local Best Porto	Porto	Sim
21	Interartes - Associação Juvenil e Artística	Porto	Sim
22	Junifeup - Júnior Empresa da Fac. Eng. da Univ. do Porto - Associação	Porto	Sim
23	MOCAMFE - Tempo Livre	Porto	Sim
24	Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários Portugueses	Porto	Sim
25	NECTAR - Núcleo de Estudos de Ciências e Tecnologia do Ambiente	Porto	Sim
26	Núcleo de Jornalismo Académico do Porto	Porto	Sim
27	Orfeão Universitário do Porto	Porto	Sim
28	Primeiro Andar - Associação Cultural	Porto	
29	Rampa Clube	Porto	Não
30	Teatro Art' Imagem	Porto	Não
31	Teatro Universitário do Porto	Porto	
32	Terra Vivente - Associação de Ecologia Social	Porto	Não
33	TIC TAC - Teatro Amador de Ciências	Porto	Sim
34	Tuna Académica de Biomédicas	Porto	Não
35	Vega Clube	Porto	Não

**Quadro nº 1 – Associações juvenis Portuenses**

